

33

ano 9 | junho 2018

@metropolis



Revista  
Eletrônica  
de Estudos  
Urbanos  
e Regionais

# revista eletrônica *e-metropolis*

Vinculada à rede interinstitucional do Observatório das Metrópoles (UFRJ), a revista eletrônica de estudos urbanos e regionais *e-metropolis* é editada por uma equipe de professores e pesquisadores e tem por objetivo principal suscitar o debate e incentivar a divulgação de trabalhos filiados ao planejamento urbano e regional e áreas afins. A *e-metropolis* busca, portanto, se constituir como um meio ágil de acesso democrático ao conhecimento, que parte do ambiente acadêmico e almeja ir além deste, dirigindo-se a todas as pessoas que se interessam pela dinâmica da vida urbana contemporânea em seu caráter multidisciplinar.

Publicadas trimestralmente, as edições da *e-metropolis* mantêm, em geral, uma estrutura que se compõe em duas partes. Na primeira parte da revista encontram-se os artigos estrito senso, que iniciam com um artigo de capa, no qual um especialista convidado aborda um tema relativo ao planejamento urbano e regional e suas interfaces, seguido dos artigos submetidos ao corpo editorial da revista e aprovados por pareceristas, conforme o formato *blind-review*. A segunda parte é composta por uma entrevista, por resenhas de obras recém-lançadas (livros e filmes), pela seção especial - que traz a ideia de um texto mais livre e ensaístico sobre temas que tangenciem as questões urbanas - e, finalmente, pelo ensaio fotográfico, que faz pensar sobre as questões do presente da cidade por meio de imagens fotográficas.

Para submissão de trabalhos, o corpo editorial recebe artigos, ensaios fotográficos, resenhas e textos para a seção especial em fluxo contínuo, assim como sugestões e críticas. Para mais informações, sugerimos consultar o site da revista: [www.emetropolis.net](http://www.emetropolis.net).

**Observatório das Metrópoles**  
Prédio da Reitoria, sala 522  
Cidade Universitária - Ilha do Fundão  
21941-590 Rio de Janeiro RJ

Tel: (21) 2598-1932  
Fax: (21) 2598-1950

E-mail:  
[emetropolis@bservatoriodasmetropoles.net](mailto:emetropolis@bservatoriodasmetropoles.net)

Website:  
[www.emetropolis.net](http://www.emetropolis.net)

## editor-chefe

Prof<sup>o</sup> Dr. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

## coordenadores editoriais

Fernando Pinho

Juciano Martins Rodrigues

## editores

Fernanda Pernasetti

Heitor Vianna Moura

Patrícia Ramos Novaes

Pedro Paulo Machado Bastos

Priscilla Rodrigues Fonseca

Renata Brauner Ferreira

Renata Cristina Antão

Samuel Thomas Jaenisch

Tarcyla Fidalgo Ribeiro

Thaís Velasco

## conselho editorial

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Ana Lúcia Rodrigues (DCS/UEM)

Prof Dr. Aristides Moysés (MDPT/PUC-Goiás)

Prof Dr. Carlos de Mattos (IEU/PUC-Chile)

Prof Dr. Carlos Vainer (IPPUR/UFRJ)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Claudia Ribeiro Pfeiffer (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Emilio Pradilla Cobos (UAM do México)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Fania Fridman (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Frederico Araujo (IPPUR/UFRJ)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Héléne Rivière d'Arc (IHEAL)

Prof Dr. Henri Acserald (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Hermes MagalhãesTavares (IPPUR/UFRJ)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Inaiá Maria Moreira Carvalho (UFB)

Prof Dr. João Seixas (ICS)

Prof Dr. Jorge Natal (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Jose Luis Coraggio (UNGS/Argentina)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Lúcia Maria Machado Bógus (FAU/USP)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Luciana Corrêa do Lago (IPPUR/UFRJ)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Luciana Teixeira Andrade (PUC-Minas)

Prof Dr. Luciano Fedozzi (IFCH/UFRGS)

Prof Dr. Luiz Antonio Machado (IUPERJ)

Prof Dr. Manuel Villaverde Cabral (ICS)

Prof Dr. Marcelo Baumann Burgos (PUC-Rio/CEDES)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Márcia Leite (PPCIS/UERJ)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Maria Julieta Nunes (IPPUR/UFRJ)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Maria Ligia de Oliveira Barbosa (IFCS/UFRJ)

Prof Dr. Mauro Kleiman (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Robert Pechman (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Robert H. Wilson (University of Texas)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Rosa Moura (IPARDES)

Ms. Rosetta Mammarella (NERU/FEE)

Prof Dr. Sergio de Azevedo (LESCE/UENF)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Simaia do Socorro Sales das Mercês (NAEA/UFPA)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sol Garson (PPED/IE/UFRJ)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Suzana Pasternak (FAU/USP)

## apoio técnico editorial

Luísa Sobral

Juciano Martins Rodrigues

## suporte administrativo

Elizabeth Alves

Karoline Souza

# Editorial

nº 33 ▪ ano 9 | junho de 2018

**A** *e-metropolis* chega à sua 33ª edição com um conjunto de artigos, ensaio fotográfico e resenha temáticos sobre mercado e capital imobiliário, imaginário urbano, participação social, arte e cinema. Desde já, convidamos a todos e a todas a embarcarmos em mais um momento de reflexão e debate sobre o urbano e o regional brindado pelos companheiros e companheiras aqui publicados!

Intitulado “Anti-sujeitos de crédito: para-corporativismo financeiro e possibilidade política”, o nosso artigo de capa é de autoria de Brian Whitener, da University of South Alabama. Whitener examina algumas das consequências da expansão do crédito de massa a partir do ano de 2003 no Brasil. Partindo do contexto político-econômico do governo Lula, examina a concessão de crédito como forma de financiamento paracorporativo, as razões implicadas nisto e, por fim, as possibilidades de políticas de curto prazo abertas pelo crédito de massa e pelo horizonte da inadimplência.

O artigo “A morfologia urbana do capital imobiliário: expansão dos loteamentos fechados em Taubaté-SP” analisa a lógica condicionante dos loteamentos fechados no município de Taubaté, no estado de São Paulo. Os autores argumentam que, desde os anos 1990, a lógica do mercado imobiliário encontrou condições para sua inserção no circuito de valorização e reprodução do capital por meio de empreendimentos do tipo “condomínio-fechado” naquela cidade. O artigo propõe uma reflexão sobre o tema, atribuindo ao Plano Diretor a responsabilidade por normatizar e limitar os rebatimentos espaciais negativos provocados pelos loteamentos fechados.

Em “Modos de dizer a cidade con-

temporânea: desafios de ler e escrever Salvador”, Liliâne Vasconcelos de Jesus reflete criticamente sobre as imagens que representam a capital baiana instituídas pela literatura e pela mídia contemporânea. Guiada pelo “fascínio inevitável exercido pela urbe”, o artigo se coloca na tarefa de propor, tematizar e problematizar a condição física e o discurso sobre a cidade em uma constituição simbólica que dê conta de representar a experiência urbana soteropolitana através daqueles interlocutores.

Outro artigo de tema muito pertinente para os tempos atuais, em que nunca se questionou tão a fundo o status quo da nossa democracia, é o artigo da professora Miriam Medina-Velasco. Trazendo como pano de fundo o contexto colombiano, a autora apresenta o estudo dos processos de tomada de decisão presentes nas Consultas Populares de caráter municipal relacionadas às atividades de exploração do uso do solo naquele país. Para Medina-Velasco, a Consulta Popular na Colômbia tem contribuído positivamente para ampliar o exercício da autonomia local na discussão e decisão sobre os interesses em relação ao uso do solo e os atores envolvidos.

No artigo “Desculpe incomodar o silêncio de vocês: o transporte coletivo enquanto espaço público”, Priscila Santos analisa o ônibus urbano, importante personagem da vida das cidades. Sob o aspecto do passageiro do transporte coletivo enquanto uma releitura contemporânea da figura do flâneur, resgata a reflexão sobre o ambiente construído e as práticas socioculturais contemporâneas e enquanto microcosmo da cidade e, consequentemente, janela para a observação das questões em torno do sujeito social e espaço de resistência da esfera pública.

A entrevistada desta edição é a pesquisadora, arquiteta e urbanista Helena Menna Barreto Silva. Realizada por Eduardo Augusto Sombini e João Monteiro, a entrevista trata dos percursos e problemas das políticas de habitação popular em áreas centrais, explorando em mais profundidade o caso de São Paulo. A pesquisadora elabora uma análise do modelo dominante de intervenção em áreas centrais no país e da ausência de políticas e instrumentos adequados ao equacionamento da habitação popular das cidades. Além disso, explora as dinâmicas imobiliárias e populacionais da área central de São Paulo na última década, apontando as parcerias público-privadas como o novo modelo privilegiado de implementação de programas habitacionais na área central.

Já o ensaio fotográfico desta edição, cujo título é “A cidade que acorda e a cidade que dorme: a invisibilidade da população em situação de rua as autoras,” traz uma reflexão sobre a questão habitacional, a segregação e a discriminação no espaço urbano no Brasil a partir da observação da cidade de Maringá. O ensaio retrata a diferença de paisagem noturna e diurna da cidade a partir da apropriação do espaço público da cidade pelos “sem-teto”. Expulsos dos espaços privados do mercado imobiliário, a presença dessa parcela da população na paisagem urbana é contestada a todo o tempo.

Para finalizar esta edição, temos, ainda: uma seção especial assinada pelo professor Robert Pechman, do IPPUR/UFRJ, intitulada “Cai a noite sobre a cidade. Imagens sorradeiras da urbe na pintura de Jan Siebert”; e a resenha “Peixes e aquários; pessoas e cidades: a simbiótica relação entre habitantes e seus locais de moradia” assinada por Nathalia Gonçalves, que analisa o filme que já se tornou um clássico do cinema brasileiro e, por que não, uma referência para estudiosos e pesquisadores de todos os campos das Ciências Sociais e Humanas – *Aquarius* (2016), estrelado por Sonia Braga e dirigido por Kleber Mendonça Filho. Boa leitura! ■



# Índice

nº 33 • ano 9 | junho de 2018

## Capa

- 06 Anti-sujeitos de crédito: para-corporativismo financeiro e possibilidade política

*Credit Anti-subjects: financial paracorporativism and political possibility*

Por Brian Whitener

## Artigos

- 15 A morfologia urbana do capital imobiliário: expansão dos loteamentos fechados em Taubaté-SP

*Real estate capital urban morphology: expansion of shut allotments in Taubaté-SP*

Por Diego Rodrigo de Oliveira e Silvio Luiz da Costa

- 25 Modos de dizer a cidade contemporânea: desafios de ler e escrever Salvador

*Modes of telling the contemporary city: challenges in reading and writing Salvador*

Por Liliane Vasconcelos de Jesus

- 32 Participación y territorio: el caso de las consultas populares en Colombia

*Collaboration and territory: the case of referendums in Colombia*

Por Miriam Medina-Velasco

- 44 Desculpe incomodar o silêncio de vocês: o transporte coletivo enquanto espaço público

*Sorry to disturb your silence: mass transportation as public space*

Por Priscila Gonçalves Santos

## Ensaio

- 54 A cidade que acorda e a cidade dorme: a invisibilidade da população em situação de rua

*The awake city and the sleeping city: homeless population's invisibility*

Por Ana Lúcia Rodrigues, Pollyana Larissa Machiavelli e Priscila de Almeida Souza

## Entrevista

- 58 Habitação no Centro de São Paulo: políticas, disputas e impasses

*Housing in downtown São Paulo: policies, disputes and impasses*

Com Helena Menna Barreto Silva

Por Eduardo Augusto Wellendor Sombini e João Carlos Carvalhaes dos Santos Monteiro

## Resenha

- 71 Peixes e aquários; pessoas e cidades: a simbiótica relação entre habitantes e seus locais de moradia

*Fish and aquariums; people and cities: the symbiotic relationship between inhabitants and their dwelling places*

Por Nathalia Assmann Gonçalves

## Especial

- 74 Cai a noite sobre a cidade. Imagens sorrateiras da urbe na pintura de Jan Siebert

*Night falls over the city: cunning images of the city in Jan Sibert's painting*

Por Robert Pechman

## ficha técnica

Projeto gráfico e diagramação

**Paula Sobrino**

[paulasobrino@gmail.com](mailto:paulasobrino@gmail.com)

Revisão

**Aline Castilho**

[alinecastilho1@hotmail.com](mailto:alinecastilho1@hotmail.com)

A ilustração de capa foi feita por **Helena Rocha Salomão**, designer com especialização no Instituto Europeo de Design.

[hsalomao@gmail.com](mailto:hsalomao@gmail.com)

capa

# Anti-sujeitos de crédito

para-corporativismo financeiro  
e possibilidade política

Brian Whitener



**Brian Whitener**

*é professor assistente,  
University of Alabama, PHD.*

[bwhitener@southalabama.edu](mailto:bwhitener@southalabama.edu)

## RESUMO

Este artigo examina algumas das consequências da expansão do crédito de massa a partir do ano de 2003. Após situar a expansão do crédito pessoal durante o governo Lula em um contexto político-econômico mais amplo, passo a examinar três questões: primeiro, a concessão de crédito como forma de financiamento paracorporativo; segundo, o tipo específico de assuntos, ou o que eu chamo de “anti-assunto”, o qual fez a expansão do crédito surgir; e, em terceiro lugar, as possibilidades de políticas de curto prazo abertas pelo crédito de massa e o horizonte da inadimplência. O material aqui apresentado foi extraído do capítulo de um livro, *Crisis Cultures: The Rise of Finance in Mexico and Brazil*, publicado pela University of Pittsburgh Press.

## ABSTRACT

*This essay examines some of the consequences of the expansion of mass credit since 2003. After situating the expansion of personal credit during the Lula administrations within a larger political economic context, I turn to examine three issues: first, the provision of credit as a form of financial para-corporatism; second, the specific type of subjects, or what I term “anti-subjects,” the credit expansion has called forth; and, thirdly, the short-term political possibilities opened by mass credit and the horizon of default. The material here is extracted from a chapter of a book, *Crisis Cultures: The Rise of Finance in Mexico and Brazil*, forthcoming from the University of Pittsburgh Press.*

*Elio Gaspari: Como saideira, Gullar, como é que você vê as perspectivas de socialismo no Brasil hoje?*

*Ferreira Gullar: A longuíssimo prazo... A longuíssimo prazo...*

*Elio Gaspari: E com juros!*

*Ferreira Gullar: E com juros!...*

(Entrevista em 70/80 Cultura em Trânsito.  
Da Repressão à Abertura, p. 182)

No início dos anos 2000, a crise financeira e política geral dos países latino-americanos começou a ser “estabilizada” e muitos se mudaram para um novo modelo de acumulação liderado pelas finanças e exportações (Morais e Saad-Filho, 2005, p. 20). No caso do Brasil, esse modelo possui dois componentes fundamentais: crédito pessoal para incentivar o consumo doméstico e a exportação de produtos primários, em especial petróleo, minerais e alimentos, para a China e outros países (Gonçalves, p. 16). Como tal, o novo modelo econômico que surgiu após a crise cambial de 1999 e durante a primeira e segunda administrações de Lula foi uma mistura de indústrias financeiras e extrativistas (Paulani, *Brasil Delivery*, pp. 46-49; Anderson, “Lula’s Brazil”). Uma das características distintivas deste período no Brasil é o grau em que os fluxos de capital globais foram canalizados pelo Estado e pelos bancos para estruturas de crédito pessoal e capital operacional para empresas, permitindo assim um boom temporário alimentado pelo consumo doméstico e “campeões nacionais” extrativistas, em particular após 2005-6 (Morais e Saad-Filho, 2012, p. 793; de Mello e Garcia, 2012”, p. 145). Se os anos 1990 foram os anos em que uma nova arquitetura institucional para a valorização e a circulação financeira foi finalizada no Brasil, mas durante o qual o capital internacional fluiu de forma inconstante, durante as presidências de Lula, devido em parte às baixas taxas

de juros da Reserva Federal dos EUA e as taxas de juros excessivamente elevadas no Brasil, foram aqueles anos em que o capital fluiu de forma constante e, embora certamente volátil após a crise financeira de 2008 e a crise da zona do euro em 2011, após cada retorno da crise, os fluxos de capital retornaram (Kaltenbrunner e Paineira, 2017, p. 7-8.).

Esses fluxos de capital global, juntamente com a expansão da economia da China e a necessidade de recursos extrativistas e outros, produziram um momento de ebulição social e político – um período de planos e projeções, muitos dos quais, à medida que os espectros de estagnação econômica começaram a reaparecer em 2013, nunca foram realizados e alguns dos quais já se transformaram em ruínas durante a calamidade social e política dos últimos anos. Esses fluxos, e como foram canalizados – para cartões de crédito, habitação e autoempréstimos, em projetos de infraestrutura e construção que alimentaram formas políticas e outras de corrupção – marcaram profundamente a vida cotidiana e as formações políticas e sociais no Brasil nas duas últimas décadas, mas não foram frequentemente colocados no centro da análise, o que é minha intenção aqui. A seguir, tenho três objetivos: primeiro, discutir a provisão de crédito como uma forma de paracorporativismo financeiro; em segundo lugar, para examinar os tipos específicos de sujeitos, ou antissujeitos, o crédito produz; e, em terceiro lugar, refletir sobre as possibilidades políticas de curto prazo abertas pelo crédito de massa e a inadimplência.

## CRÉDITO E PARACORPORATIVISMO FINANCEIRO

A chamada “nova classe média” do Brasil tem sido objeto de inúmeros estudos e homenagens – talvez ao ponto de exaustão e paródia. Eles foram chamados de novos batalhadores, vistos como uma nova fonte de riqueza “no fundo da pirâmide”, e anunciados como protagonistas de uma nova era da política brasileira. No entanto, o que foi negligenciado ou subanalisado, durante muitos anos, nestes hinos e pesquisas, talvez finalmente esteja chegando à superfície: a centralidade do crédito – que não é um salário, mas sim dinheiro que tem de pagar e com interesse – durante os anos do PT e o papel do Estado em providenciá-lo (Paulani, “A inserção”). O que se perdeu entre as celebrações de “desenvolvimento sustentável” e mobilidade ascendente de classe é que, desde 2003, o Brasil testemunhou uma enorme expansão do crédito pessoal, em quase todos os setores da sociedade. Com

a desaceleração do crescimento do PIB, a partir de 2012 e após as reviravoltas populares em junho de 2013, há mais espaço para abordagens críticas para essa expansão e para questionar o papel do Estado na produção de uma situação em que, em março de 2016, 41% dos brasileiros com idade superior a 18 anos estavam atrasados em uma conta (Serasa).

Enquanto os salários reais certamente aumentaram no período posterior a 2003, a expansão do crédito tem sido forte também (Lavinias, 2017 p. 25). Por exemplo, o crédito total para as famílias como porcentagem do PIB, que é uma regra comum para medir o valor do crédito ao consumidor, passou de 14,01% em março de 2007 para 25,24% em janeiro de 2016 (Banco Central do Brasil, 2017). Como resultado, pagar as dívidas e o interesse passou a ocupar uma porcentagem crescente de renda disponível das famílias: até janeiro de 2016, o serviço da dívida não hipotecária ocupava cerca de 20% de todo o rendimento disponível no Brasil em termos sazonalmente ajustados (Banco Central do Brasil, 2017). Para fins de comparação, o serviço de dívida não hipotecária nos Estados Unidos foi igual a 5,52% do lucro no primeiro trimestre de 2016. Nos meses anteriores à crise financeira de 2008, o total de pagamentos do serviço da dívida doméstica nos Estados Unidos rompeu 13% pela primeira vez desde que o Federal Reserve começou a rastrear esses números em 1980 (Federal Reserve, 2015).

As décadas de 1980 e 1990 testemunharam uma lacuna crescente entre os mercados de trabalho formais e informais e a crescente incapacidade do Estado para mediar a relação capital-trabalho através de estruturas corporativas tradicionais (Bensusán e von Bülow, 1998 e Boito Jr., 1999). O crédito, como um dispositivo promovido pelo Estado e que relaciona os trabalhadores e os não empregados com os capitalistas financeiros, desempenhou um papel paradoxal nessa situação. Como observa Lena Lavinias, garantir a provisão de crédito foi um pilar importante do programa de desenvolvimento social de Lula para promover o consumo interno. A expansão do crédito foi uma dinâmica apoiada pelo Estado, em um sentido material real, mas também no sentido de o governo estar atento à sua propagação por meio também de mercados. Em alguns casos, o crédito pessoal foi fornecido por bancos vinculados ao Estado, mas ao contrário do corporativismo clássico, os indivíduos não foram organizados por meio de provisão de crédito em grupos com representantes designados.

No entanto, há um sentido em que o Estado ajudou a organizar indivíduos em grupos determinados, não para que o Estado domine, mas sim para domínio do mercado. Isso foi feito de duas maneiras. No

paracorporativismo do crédito, as corporações financeiras têm acesso a grupos constituídos pelo Estado (por exemplo: aposentados, servidores públicos e membros do sindicato) que então optam por entrar ou não na fraca coletividade de devedores. No segundo vetor, a preocupação do Estado com a expansão do crédito e, em particular, a preocupação do Estado com a expansão do crédito para indivíduos dentro e fora dos setores da classe média tradicional e da classe trabalhadora (por exemplo: marginalizados ou subempregados), produzem condições em que muitos desses indivíduos se tornam parte dessa nova formação coletiva de devedores. Como tal, a participação do Estado e a preocupação com a expansão do crédito sustentam a criação de devedores neste período como um grupo fracamente vinculado – como indivíduos que são unidos por sua recente exposição comum a flutuações nas taxas de juros, choques externos e picos no desemprego. O paracorporativismo das finanças produz uma fraca coletividade que, dependendo das condições frágeis do crédito, pode sair às ruas exigindo a radicalização de um governo da esquerda ou pode apoiar silenciosamente um projeto de austeridade.

Assim, a expansão do crédito pessoal deve ser vista, juntamente com o papel da polícia estadual e das forças paramilitares no mesmo período, como uma estrutura que emerge para restabelecer uma forma de controle social além dos processos de produção, fora da forma tradicional de capital – a mediação do trabalho através do salário –, o que não quer dizer que essa forma tradicional de mediação tenha desaparecido, mas foi complementada pelo crédito e, em certos momentos e locais, pela violência do Estado. O fato de que a violência e o crédito do Estado como uma estrutura paracorporativista não tradicional são imbricados neste período é importante porque a promessa utópica de crédito, a “igualdade” pelo consumo que promete, é altamente instável e ilusória. Um ponto-chave de imbricação, que talvez tenha sido pouco notado, entre a volta ao crédito e o aumento da violência legitimada ou mediada pelo Estado são os sujeitos e, em particular, os tipos de sujeitos suscitados pelo regime jurídico específico necessário para o crédito massivo. Para aprofundar esses primeiros laços não aparentes entre violência e crédito, debruçar-me-ei sobre os antissujeitos de crédito.

## OS ANTISSUJEITOS DE CRÉDITO

O sujeito tem sido o centro de alguns dos melhores e mais importantes trabalhos contemporâneos de dívida e crédito, e o mais aprofundado até agora

sobre a relação entre o sujeito e a dívida é o *Making of Indebted Man* de Maurizio Lazzarato (2012), que rastreia a assimetria de poder inerente à dívida. Com base em uma rica tradição filosófica de pensamento sobre a dívida (incluindo Nietzsche, Marx, Deleuze e Guattari), Lazzarato argumenta que as relações dívida e devedor-credor são como o “arquétipo das relações sociais”. Para Lazzarato, tornar a dívida o arquétipo de relações sociais significa que a sociedade se baseia em “uma assimetria de poder e não na troca comercial que implica e pressupõe igualdade” (p. 33). A dívida implica a produção de um sujeito que seculariza culpa cristã, prometendo pagar e cumprir suas promessas (p. 164).

Ao pensar sobre os tipos de sujeitos produzidos pelo crédito de massa no Brasil, parto de uma abordagem um pouco diferente no terreno do sujeito, que parte do trabalho de Michael Foucault. Em *Vigiar e Punir*, Foucault discute os procedimentos disciplinares modernos como a produção da “alma moderna” (p. 23). Com o surgimento de aparelhos disciplinares e instituições de cerco, técnicas disciplinares, como a prisão, vieram reformar a alma em vez de punir o corpo. No entanto, eles fizeram isso através de um conjunto complexo de processos voltados para o corpo, que Foucault descreve como a arte das distribuições (colocando corpos em espaços fechados e porcionados), o controle da atividade (de tempo e gesto), a organização de “gêneses” (várias formas de treinamento) e a composição das forças (combinando taticamente corpos individuais em “máquinas” maiores). Todas essas são operações em um corpo, mas também dão origem à interioridade do sujeito, sua “alma”.<sup>1</sup>

Se o sujeito, tal como o conhecemos, desde o século XVII foi criado por “sujeito a outra pessoa por controle e dependência” e através da produção de “consciência ou autoconhecimento” (“The Subject”, p. 781), argumento que o ambiente jurídico específi-

1 Neste ensaio, minha compreensão do sujeito é extraída do trabalho de Foucault. Para Foucault, o sujeito é historicamente produzido como uma interioridade. Em seu trabalho *História da Sexualidade*, vol. 1, Foucault observa como o dispositivo cristão de confissão é secularizado pelo Estado moderno e as ciências humanas para produzir um sujeito moderno aberto à regulação pelo Estado e essas ciências. Essa compreensão do assunto está presente em todo o trabalho de Foucault, e para Foucault essa interioridade é tanto “real” quanto ideológica. Eu implanto essa compreensão do sujeito como uma interioridade produzida para destacar como essa técnica de controle começa a desaparecer com a expansão do crédito no Brasil. O que me interessa particularmente é como os Estados nos momentos de finanças e circulação parecem menos interessados em rastrear, policiar, regularizar e catalogar os estados interiores de seus “sujeitos”.



co de expansão do crédito exigiu uma mudança nesse aparelho, desde uma preocupação com o monitoramento da interioridade dos indivíduos para transformar o sujeito em uma porta de acesso para um bem. Ou seja, no momento do crédito pessoal, o Estado tornou-se menos preocupado com as “almas” ou a interioridade dos indivíduos e, em vez disso, preparou um ambiente legal em que o sujeito serve de portão para a retomada ou a apreensão de ativos e renda. Como veremos abaixo, esse ambiente legal, que expõe os indivíduos à violência e à privação do Estado de novas maneiras, era um requisito para a expansão do crédito pessoal.

Essa abordagem do assunto e do crédito difere da de Lazzarato, que se concentra em uma secularização da culpa cristã. Minha posição é que o crédito, especificamente na forma como foi massificado no Brasil, representa menos uma relação social de obrigação e mais um novo compromisso por parte do Estado para usar ou permitir que a violência aproveite os ativos e defenda uma definição mais restrita de propriedade e garantia. Ou seja, o crédito como uma relação social não é apenas definido por uma relação credor-devedor direta, mas é moldado por e requer um novo ambiente social, que combina características jurídicas muito específicas e instituições e aparelhos de segurança pública.

Para “convencer” os bancos a emprestar aos indivíduos, foi exigido que lhes desse a habilidade, a autoridade e os meios para retomar o crédito que foi usado para comprar, capturar a renda futura e/ou os ativos postados como garantia. Em resumo, o crédito exige a preparação de um ambiente legal em que a recuperação seja rápida e difícil de contestar, e as forças do Estado ou do paraestado indicam sua disposição para fazer ou apoiar o trabalho de reintegração de posse e para defender noções de propriedade privada intensificadas. Dessa forma, o crédito representa um importante ponto de imbricação entre o Estado de segurança militarizado e o Estado paracorporativista financeiro. Esse ambiente legal, devido a novos vínculos entre aparelhos estatais repressivos e institucionais, produz não sujeitos com “almas modernas”, mas, sim, sujeitos cuja interioridade não é mais uma grande preocupação e que servem, nas relações sociais de crédito, principalmente como uma porta de acesso para ativos ou renda a serem apreendidos.

A preparação desse ambiente social e a força necessária para sustentá-lo podem ser descritas como a nova lógica de segurança do crédito. Para tomar um exemplo, entre muitos: Ana Carla A. Costa e João M. P. de Mello em *Judicial Risk and Credit Market Performance: Micro Evidence from Brazilian Payroll Loans* (2006) apresentam o argumento para a criação desse novo ambiente:

In recent years, the literature has built a near consensus that ‘sound’ institutions are congenial to good economic performance (North 1994). Institutions, insofar as they determine the economic environment agents operate in, should be important for explaining economic outcomes. Quite often, the specific mechanism through which institutions influence economic performance is protection from expropriation. In environments in which expropriation is likely, agents underinvest (from a social perspective) relative to more secure ones. In the end, a plethora of suboptimal micro-economic decisions amount to a poorer aggregate economic performance. (p. 156)<sup>2</sup>

O ambiente que deve ser criado é aquele em que os credores são protegidos da “expropriação”. O quadro legal de reposição e falência foi objeto de grande mudança no início dos anos 2000 no Brasil: a reposição foi facilitada, a falência tornou-se menos complicada e certos tipos de credores ganharam prioridade em relação a outros, e o uso de renda futura como garantia para empréstimos de crédito consignado foi defendido pelo Estado no tribunal (Ferreira 2008, p. 13; Assunção, Benmelech, e Silva, 2013; De Mello e Garcia, 2012; e Araujo, Ferreira, e Funchal, 2012). O objetivo central dessas mudanças foi facilitar a recuperação e revenda de ativos e isso foi feito, principalmente, removendo direitos e remédios legais dos devedores. Antes dessas mudanças, o quadro jurídico geral que rege a recuperação de garantias era que os credores podiam retomar, mas não podiam revender até que os devedores esgotassem uma série de medidas legais e jurídicas.

O argumento apresentado pelos decisores políticos e pelos banqueiros foi que facilitar a reposição e permitir que os pagamentos fossem deduzidos diretamente do rendimento dos indivíduos permitiria que os credores aprofundassem os mercados de crédito emprestando para indivíduos mais arriscados. Esse tipo de argumento é apresentado em detalhes em Juliano Assunção, Efraim Benmelech e Fernando S. S. Silva, em *Repossession and the Democratization of Credit*. (2013). Os autores analisam as mudanças na

2 Tradução: Nos últimos anos, a literatura construiu um consenso de que as instituições “sólidas” são compatíveis com o bom desempenho econômico (North 1994). As instituições, na medida em que determinam o funcionamento dos agentes do ambiente econômico, devem ser importantes para explicar os resultados econômicos. Muitas vezes, o mecanismo específico através do qual as instituições influenciam o desempenho econômico é proteção contra expropriação. Em ambientes em que é provável a expropriação, os agentes subinvestem (de uma perspectiva social) em relação aos mais seguros. No final, uma grande quantidade de decisões microeconômicas subótimas equivale a um desempenho econômico agregado mais pobre.

lei de reintegração de posse no mercado de empréstimos automotivos, fazendo eco de uma posição teórica que proliferou em toda a literatura econômica e mídia popular nesses anos, que mudar a natureza da “propriedade”, tornando-a mais disponível para apreensão foi de fato uma forma de “democratização”, entendida como um aumento do acesso à igualdade de consumo oferecida pelo crédito. Escrevem:

Our evidence suggests that the legal change has led to larger loans with lower spreads, longer maturities, and higher leverage. It has also brought about a “democratization” of credit, enabling riskier, low-income borrowers to obtain loans and purchase newer, more expensive cars. Although the credit reform has improved access to credit by expanding credit to riskier borrowers, it has also led to increased incidences of default and repossession. In sum, this article provides evidence on the consequences of a credit reform, highlighting the crucial role that collateral plays in credit markets. (p. 19)<sup>3</sup>

Esses tipos de mudanças nas leis de reposição e falência reformularam tanto a importância da propriedade privada quanto a compreensão legal da propriedade. De um modo geral, a propriedade torna-se muito menos “privada”, muito mais fungível e fácil de aproveitar, e a importância da reposição como algo fundamental para defender a ordem social existente torna-se muito mais pronunciada. Se o crédito for uma parte do processo de democratização, e uma parte fundamental da extensão do crédito é a facilidade de recuperação e a apreensão direta do rendimento que leva os lucros para cima, então as agências estaduais e paraestatais que aplicam essas leis têm o mandato de efetuar ou ameaçar apreensões usando os meios necessários. Propriedade, quanto mais se torna discursivamente associada à democracia, torna-se cada vez mais sagrada – na medida em que a defesa dos direitos de propriedade se torna parte da defesa das próprias instituições da democracia.

No famoso ensaio sobre os aparelhos ideológicos do Estado de Althusser, ele argumenta inicialmente que existe uma relação dialética entre os aparelhos de

Estado repressivos e institucionais. No entanto, ao longo do ensaio, fica claro que, como a maioria dos teóricos no momento da democracia de massa ou do Estado de bem-estar social, Althusser está mais interessado nos aparelhos institucionais, em particular naqueles usados para impor e inculcar ideologia (de fato, o ensaio sobre os aparelhos institucionais nasceu de um projeto maior no sistema escolar francês que havia sido abandonado). A análise genealógica de Foucault sobre regimes de poder repressivo soberano, disciplinar e biopolítico rompe com a ênfase de Althusser na ideologia, em parte recorrendo ao corpo (disciplina) e à população (biopolítica), mas na concepção de poder de Foucault ainda não há espaço para uma contabilização da violência estatal e paraestado. No entanto, em um momento de acumulação liderada pelas finanças, quando as novas formas dos aparelhos de estado repressivos penetram e saturam o campo social, precisamos encontrar maneiras de rastrear e explicar a coerção como algo diferente do simples irmão mais velho de consentimento, disciplina ou méconnaissance.

O que torna difícil falar sobre temas de crédito é que essa é uma subjetividade que não privilegia a interioridade. Em *Vigiar e Punir*, Foucault empurra para além da teoria da interpelação de Althusser para examinar as formas em que o sujeito realiza sua própria sujeição por autovigilância. Nesse trabalho, Foucault fala do sujeito como um efeito de poder, a interioridade do sujeito sendo uma dobra criada pelo poder. Se o aumento do crédito em massa produz novas imbricações entre a concepção jurídica da propriedade e o poder do Estado para impor essa concepção, o que significa para o sujeito e sujeição? Claramente, não estamos mais no terreno do poder e da disciplina, que era um conceito de estado do bem-estar ou estado popular nacional, e, em vez de autovigilância ou monitoramento da interioridade, temos o sujeito como uma porta de acesso. Os sujeitos de crédito são vazios porque os novos regimes de propriedade e apreensão não se importam muito com sua particularidade, pouco se preocupam em cultivar sua interioridade; em vez disso, o sujeito é um portal para a apreensão de um ativo ou renda. Contra Lazarrato e a interpretação do crédito ou da dívida como culpa, quando se trata de crédito ligado a um bem tangível, revendável ou a um fluxo de renda, a culpa do sujeito é de menor importância. O que importa é a capacidade de capturar e revender ou o poder de forçar a circulação “livre” de garantias e ativos: se você não pode pagar, outra pessoa irá comprar o bem pelo qual você já fez uma série de pagamentos. Ou se você não tem bens e seus salários futuros foram prometidos como garantia, não importa se você se sente culpado ou tem o suficiente

<sup>3</sup> Tradução: Nossa evidência sugere que a mudança legal levou a empréstimos maiores com menores *spreads*, vencimentos mais longos e maior alavancagem. Também trouxe uma “democratização” do crédito, permitindo que os mutuários mais ricos e de baixa renda obtenham empréstimos e adquiram carros mais novos e mais caros. Embora a reforma de crédito tenha melhorado o acesso ao crédito, expandindo-o para mutuários mais arriscados, também levou ao aumento da incidência de inadimplência e recuperação. Em suma, este artigo fornece evidências sobre as consequências de uma reforma de crédito, destacando o papel crucial que a garantia produz nos mercados de crédito.

para pagar, o Estado e os bancos vão captar seus cheques. A partir desta perspectiva sobre o crédito, não há sujeito, apenas há uma portão, uma passagem para um fluxo de ativos ou renda.

Assim, meu argumento é que o ambiente legal que sustenta a expansão do crédito pessoal no Brasil exigiu uma nova imbricação entre a ameaça de violência estatal ou sancionada pelo Estado e a produção de sujeitos. Os sujeitos produzidos nesse momento, que podemos chamar de “antissujeitos” devido à forma como a sua produção rompe com a tradição pastoral cristã de monitorar e cultivar a interioridade, estão expostos de novas maneiras à ameaça ou possibilidade de violência do Estado, tanto porque o crédito é intrinsecamente instável como uma formação paracorporativa (levando assim ao uso da violência estatal como suplemento) e porque o Estado comprometeu-se a defender uma nova e mais rígida concepção da propriedade privada, bem como a usar a força para captar os ativos e a renda como a bolha de crédito se expande e depois se desinfla.

## A COLETIVIDADE FRÁGIL DO CRÉDITO E OS FUTUROS POSSÍVEIS

O que tentei traçar neste breve ensaio tem sido alguns dos usos das finanças, como uma forma de paracorporativismo; os tipos de sujeitos suscitados pelo crédito massivo; e a imbricação entre as finanças e a violência. Se certas formas de crédito pessoal implicam um afastamento da interioridade do sujeito, o que a estrutura das finanças pessoais de massa no Brasil deixou em seu rastro foi uma formação ambivalente paracorporativista. O desaparecimento do experimento com crédito massivo no Brasil ainda não se desenvolveu completamente, e ainda não está claro se os altos níveis de endividamento irromperão em uma crise ou se famílias e indivíduos, enquanto sofrem com o aumento do desemprego e a falha no salário, conseguem encontrar maneiras de pagar lentamente suas dívidas. A título de conclusão, quero refletir sobre alguns dos possíveis futuros políticos da frágil coletividade paracorporativista invocada por esse momento de crédito.

Uma maneira de retratar essa coletividade frágil e irrepresentável é concentrar-se naqueles indivíduos que o crédito tornou mais vulneráveis, o que pode ser feito extrapolando dados nacionais e de nível de cidade. Primeiro, a nível nacional, o “Mapa da Inadimplência no Brasil”, da Serasa de 2014, revelou que as populações atualmente com maior dificuldade em administrar seus créditos são as pobres urbanas:

com 23% dos “Jovens Adultos da Periferia” e 17% da “Massa Trabalhadora Urbana” tendo uma conta de crédito em inadimplência em 30 a 90 dias. Um estudo de Data Favela de 2015 revelou que “48% disseram ter usado o cartão de crédito emprestado de parentes ou amigos” e um estudo de 2014 descobriu que três entre quatro pessoas que emprestam seus nomes (para membros da família ou amigos retirarem crédito) têm contas inadimplentes (Instituto GEOC, p. 19). Em nível nacional, em março de 2016, 41% da população com mais de 18 anos tinham pelo menos uma conta de crédito que estava por trás do pagamento, e, destes, 77,2% ganhavam até o dobro do salário mínimo, com 40% recebendo entre um e dois salários mínimos e 37,2% vivendo com menos de R\$ 880,00 (Serasa).

Podemos tirar disso uma conclusão talvez óbvia: os adultos em comunidades de baixa renda, seja no Rio ou Recife, são o grupo com maior necessidade de crédito para preencher o que seus salários não conseguem fornecer. Eles também são o grupo com menor margem de erro quando se trata de pagar suas dívidas. Bastas algumas semanas de trabalho perdidas ou a perda de emprego para que indivíduos fiquem presos em uma esteira ou sob uma montanha de dívida impagável. Em segundo lugar, à medida que a economia continua a contratar, estas serão as primeiras pessoas a sair do trabalho, o que as torna entre as mais vulneráveis às formas de decisão econômica que afetarão sua capacidade de auto-reprodução, como ter que decidir entre pagar sua dívida ou aluguel, comida etc.

Tanto o discurso midiático quanto institucional em torno do crédito o consideraram positivo, ao contrário de ser uma forma de exploração financeira, e as formas em que o crédito exacerbou a vulnerabilidade já significativa dos indivíduos marginalizados são frequentemente ignoradas. Numa situação em que o Estado já começou a tomar medidas para diminuir a oferta de crédito e em que cada vez mais indivíduos ficam para trás nos pagamentos, será cada vez mais difícil evitar a inadimplência ao estender ou transferir sua dívida. À medida que o tempo (e o crédito) se esgotam nessa onda financeira, a única alavanca deixada à disposição do Estado para impor o pagamento e a manutenção da extração financeira é a violência, seja física, legal ou implícita, e essas formas de violência encontrarão como alvo provável aqueles que têm maior dificuldade em evitar a inadimplência, em lidar com as dívidas.

As finanças produziram, em todo o espaço territorial da nação, novas formas de paracorporativismo financeiro, mas também produziram novas possibilidades políticas. Essas possibilidades de novas relações

políticas estão enraizadas em como as finanças, em particular o crédito, criam novas formas de comunidade possível ou a possível politização da frágil coletividade dos devedores. Há duas maneiras pelas quais podemos demonstrar isso. Primeiro, à medida que o ar começou a escorrer lentamente da bolha de crédito, uma sensação comum de exasperação com a promoção do crédito do Estado como uma forma de igualdade e inclusão e a natureza ilusória da democratização do crédito tem sido evidente em todos os setores sociais – o que acho que é uma lição que podemos tirar dos protestos de junho de 2013. Em segundo lugar, devido à redefinição legal da propriedade privada, o Estado agora tem que defendê-la muito mais intensamente e com um custo maior. Além disso, a instabilidade do crédito como estrutura paracorporativista significa que o Estado deve confiar mais na alavanca da violência para controlar as populações rebeldes, particularmente se a bolha de crédito começa a desinflar e, especialmente, se a estoura.

Se o presente for um momento de espera contínua para a resolução da atual onda de finanças, então, dentro do desenlace contínuo, existem pelo menos dois futuros possíveis. Em primeiro lugar, à medida que o desemprego continua a aumentar, as medidas de austeridade avançam e a oferta de crédito encolhe, vários setores da população estão expostos a formas rotineiras, diretas ou indiretas de violência estatal, seja nas ruas, nos momentos de recuperação ou, colateralmente, nos acidentes necessários resultantes da militarização do cotidiano e da criminalização da pobreza. No segundo, o trabalho difícil e complicado de organizar e politizar algum segmento da frágil coletividade dos devedores resulta em uma política que exige, não apenas a restauração dos fluxos de crédito, mas talvez a sua própria abolição. Aqui, no arco ambíguo, que se desenvolve lentamente entre o reembolso e a recuperação, um caminho se divide em dois: de um lado, uma política de repressão que completaria o movimento entre empréstimo e reembolso e, por outro, uma política contra as sutis, obscuras, e destrutivas formas de exploração suscitadas pelas finanças. Enquanto historicamente vimos que o primeiro superou com mais frequência o último, na repetição reside a possibilidade de variação e a esperança de que neste momento o resultado possa ser diferente.

## REFERÊNCIAS

Anderson, Perry. “Lula’s Brazil.” *London Review of Books*. <https://www.lrb.co.uk/v33/n07/perry-an->

derson/lulas-brazil

Araujo, Aloisio P., Rafael V.X. Ferreira, and Bruno Funchal. “The Brazilian Bankruptcy Law Experience.” *Journal of Corporate Finance* 18.4 (2012): 994-1004.

Assunção, Juliano, Efraim Benmelech, and Fernando S. S. Silva. “Repossession and the Democratization of Credit.” *Review of Financial Studies* (2013). doi: 10.1093/rfs/hht080

Banco Central do Brasil. “Séries Temporais.” <http://www4.bcb.gov.br/pec/series/port/aviso.asp> 20624, Credit operations outstanding - Households - % of GDP. Aug 26 2017.

Banco Central do Brasil. “Séries Temporais.” <http://www4.bcb.gov.br/pec/series/port/aviso.asp> 20399, Household debt service ratio without mortgage loans – Seasonally adjusted data. Aug 26 2017.

Bensusán, Graciela and Marisa von Bülow. “La reforma institucional del corporativismo sindical: las experiencias de Brasil y México.” *Perfiles Latinoamericanos* 11 (1998): 185-229.

Boito Jr., Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.

Brasileiros. “Há espaço para bancos crescerem na favela.” March 3, 2015. <http://brasileiros.com.br/2015/03/ha-espaco-para-bancos-crescerem-na-favela/>

Costa, Ana Carla A. and João M. P. De Mello. “Judicial Risk and Credit Market Performance: Micro Evidence from Brazilian Payroll Loans.” NBER Working Paper No. 12252 (2006). <http://www.nber.org/papers/w12252>.

Federal Reserve. “Household Debt Service and Financial Obligations Ratios” (2015). <http://www.federalreserve.gov/releases/housedebt/>

Ferreira, Isabel Cristina. “Crédito consignado e superendividamento.” Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, PUC (2008).

Foucault, Michel. *Discipline and Punish: The Birth of the Prison*. Trans. Alan Sheridan. New York: Vintage Books, 1979.

Foucault, Michel. “The Subject and Power.” *Critical Inquiry* 8.4 (1982): 777-795.

Gonçalves, Reinaldo. “Novo Desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado.” <http://www.bresser-pereira.org.br/view.asp?cod=5060>

Instituto GEOC. “41,16% dos brasileiros sentiram no bolso a recessão econômica em 2014.”

Kaltenbrunner, Annina and Juan Pablo Painceira. “Subordinated Financial Integration and Financialisation in Emerging Capitalist Economies:

- The Brazilian Experience.” *New Political Economy* (2017), DOI: 10.1080/13563467.2017.1349089
- Lavinias, Lena. *The Takeover of Social Policy by Financialization: The Brazilian Paradox*. New York: Palgrave, 2017.
- Lazzarato, Maurizio. *The Making of Indebted Man: An Essay on the Neoliberal Condition*. Los Angeles: Semiotext(e), 2012.
- De Mello, João Manoel P. and Márcio G.P. Garcia. “Bye, bye financial repression, hello financial deepening: The anatomy of a financial boom.” *The Quarterly Review of Economics and Finance* 52.2 (2012): 135-53.
- Morais, Lecio and Alfredo Saad-Filho. “Lula and the Continuity of Neoliberalism in Brazil: Strategic Choice, Economic Imperative or Political Schizophrenia?” *Historical Materialism*, 13.1 (2005): 3-32.
- Morais, Lecio and Alfredo Saad-Filho. “Neo-developmentalism and the Challenges of Economic Policy-making under Dilma Rousseff.” *Critical Sociology* 38.6 (2012): 789-798.
- Paulani, Leda Maria. *Brasil Delivery*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2008.
- Paulani, Leda Maria. “A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história.” *Boletim de Economia e Política Internacional* 10 (abril 2012): 89-102.
- Serasa. “Inadimplência atinge 60 milhões.” <http://noticias.serasaexperian.com.br/blog/2016/04/13/inadimplencia-atinge-60-milhoes-de-brasileiros-e-bate-recorde-80-dos-devedores-ganham-ate-dois-salarios-minimos/>
- Serasa. “Mapa da Inadimplência no Brasil.” <http://www.serasaexperian.com.br/estudo-inadimplencia/19> July 2015. ■



Diego Rodrigo de Oliveira  
Silvio Luiz da Costa

# A morfologia urbana do capital imobiliário

## expansão dos loteamentos fechados em Taubaté-SP

### Resumo

*O presente estudo analisa a lógica condicionante dos loteamentos fechados no município de Taubaté. Nos últimos vinte anos, a lógica do mercado imobiliário encontrou condições nesse local para sua inserção no circuito de valorização e reprodução do capital, por meio de empreendimentos comercialmente definidos como condomínios fechados. As situações de violência urbana são apresentadas como motivadoras para a expansão desses empreendimentos, porém não se observa nesse período um aumento nos índices de violência na mesma proporção. Sendo o espaço geográfico dialético e os espaços fechados de habitação portadores de discursos ideológicos, os rebatimentos espaciais oriundos desses enclaves impactam a vida urbana, sobretudo a cidadania e o uso do espaço público, revelando a face antidemocrática desse modelo privativo de habitação.*

Capital imobiliário

Loteamentos fechados

Expansão

Taubaté

### Abstract

*The present study analyzes the conditioning logic of closed lots in the municipality of Taubaté. In the last twenty years, the logic of the real estate market has found conditions in this place for its insertion in the circuit of valorization and reproduction of the capital, by means of enterprises commercially defined as closed condominiums. The situations of urban violence are presented as motivating factors for the expansion of these enterprises, but in this period there has not been an increase in violence rates in the same proportion. Being the dialectical geographic space and the closed spaces of housing, bearing ideological discourses, the spatial refutations from these enclaves impact the urban life, especially the citizenship and the use of the public space, revealing the antidemocratic face of this private housing model.*

Real estate capital

Closed lots

Expansion

Taubaté

## INTRODUÇÃO

Taubaté protagonizou um boom na expansão de loteamentos fechados na virada de século e mais ainda nas décadas de 2000 e 2010. O crescimento dos espaços fechados costuma ser apresentado como consequência da violência urbana, no entanto, a dilatação desses empreendimentos encontra-se desproporcional à variação das taxas de criminalidade desse período. Nesse sentido, observa-se a estratégia do mercado imobiliário de produzir um discurso, manipulando em especial o medo, como forma de alavancar seus negócios.

O exclusivismo em habitar entre iguais, o status, a negação da cidade, as sensações e seduções de pertencimento a um produto imobiliário exitoso são alguns dos elementos simbólicos e ideológicos que constituem e orientam esse fenômeno urbano, os quais são analisados nesse estudo no contexto da produção capitalista do espaço, uma vez que o capital imobiliário encontra na produção da paisagem urbana condições para o constante crescimento da mais-valia fundiária e, por conseguinte, sua própria valorização e reprodução.

Segundo Sposito (2007), essa mutação na produção do espaço relaciona-se a uma inflexão no capitalismo internacional ocorrida na década de 1970 marcada pela transição do modelo fordista de produção para o modelo flexível de produção. Isso significou em algumas cidades um processo de reestruturação urbana em função da nova divisão regional do trabalho, que, no estado de São Paulo, foi expressa, sobretudo, pelo crescimento de cidades localizadas no interior. Ainda nessa década, segundo Lefebvre (1999, p.143) o capitalismo internacional sinaliza seu esgotamento e encontra “um novo alento na conquista do espaço, em termos triviais, na especulação imobiliária, nas grandes obras (dentro e fora das cidades), na compra e na venda do espaço. E isso à escala mundial”.

Nesse sentido, a reestruturação urbana experimentada nessas cidades resulta também na redefinição da lógica centro-periferia, uma vez que nessas periferias urbanas emergem novas subjetividades e variabilidades de conteúdos sociais. O mercado imobiliário, sensível às mudanças nas dinâmicas de estruturação do espaço urbano, insere seus tentáculos no circuito de valorização e reprodução do grande capital por meio da produção de espaços fechados, que não necessariamente responde às demandas urbanas, e sim aos interesses privados sintonizados com o sistema financeiro (BOTELHO, 2007).

No encontro com essas reflexões questiona-se: a violência urbana em Taubaté, por si justifica o número crescente de loteamentos fechados pela cidade,

sobretudo nos últimos vinte anos? Será a violência ou o medo da violência a causa da fuga para os enclaves fortificados? É possível explicar a expansão dos loteamentos fechados por outros elementos se não a violência urbana? Qual é o impacto dessas formas espaciais para a cidade como um todo? Em que medida essa lógica de expansão dos espaços fechados compromete a construção de uma cidade mais democrática? Essas perguntas norteiam este estudo na busca de reflexões que, por sua vez, potencializem o entendimento dos elementos que constituem a cidade.

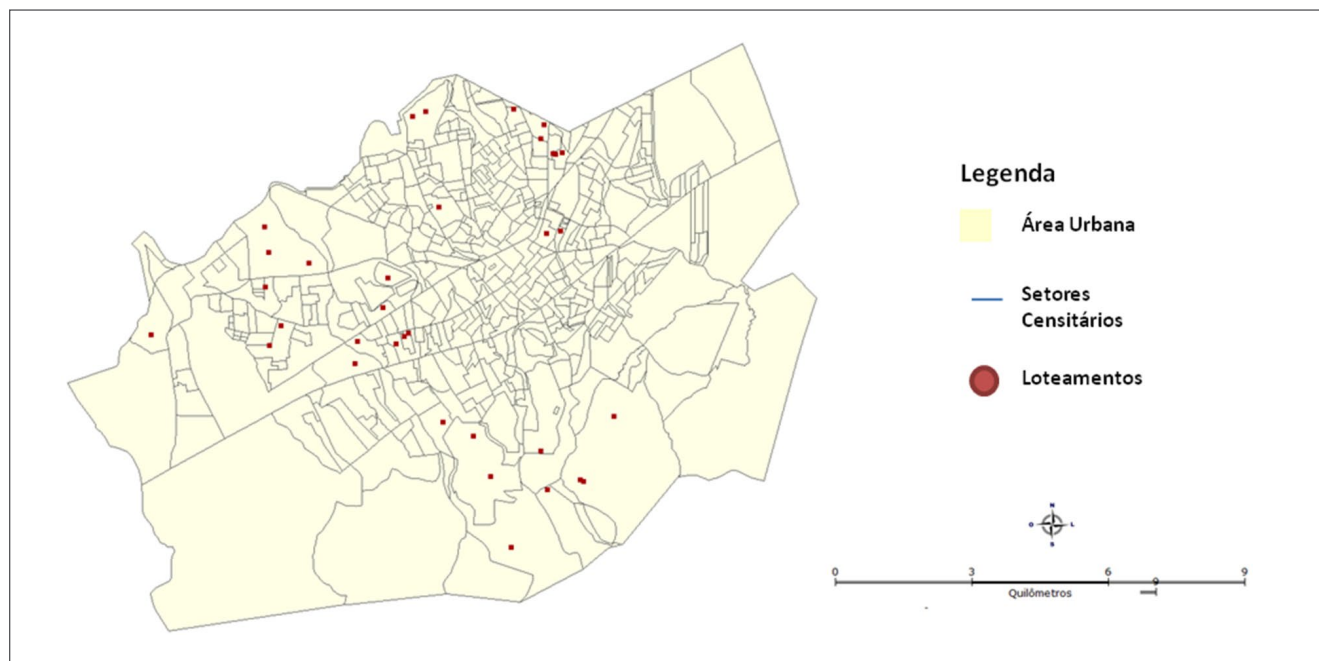
## A PRODUÇÃO DO ESPAÇO COMO LOTEAMENTOS FECHADOS

A produção do espaço urbano de Taubaté subordina-se de modo consentido a um específico modelo de expansão urbana, também conhecido nas cidades médias de Marília, Presidente Prudente e São Carlos (SPOSITO, 2013), caracterizado pelo espraiamento do tecido urbano em direção à periferia mediante a produção de loteamentos fechados. Situado no eixo Rio-São Paulo, a aproximadamente 150 km da capital e com uma população em torno de 300 mil habitantes, no município de Taubaté também se observa esses novos *habitats* urbanos em emergência.

Para Sposito (2013, p.62), não se trata de um fenômeno exclusivamente brasileiro, ainda que guarde suas especificidades, mas sim de um processo urbano global que se realiza localmente. Nessa direção, Souza (2008, p.70) afirma que “a proliferação das *gated communities* é um fenômeno internacional”, mesmo que possuam nomes diferentes, “a essência parece ser a mesma, ainda que a complexidade que se alcançou no Brasil, sobretudo em São Paulo, seja bastante impressionante”.

Segundo a Secretaria de Planejamento Urbano de Taubaté, o município possui 44 loteamentos fechados consolidados a partir da década de 1980. Esse dado revela o adensamento de um específico modelo de produção do espaço urbano reflexo de uma específica percepção de cidade. Nesse sentido, os enclaves fortificados são configurações urbanas de uma fração de classes de médio e alto poder aquisitivo que os considera alternativa ao medo da violência, portanto não são exclusivamente reflexos da violência em si, mas de uma construção no imaginário social. O mapa 1 revela a espacialização dos loteamentos fechados sobre a área urbana de Taubaté.

O arranjo espacial dos loteamentos fechados em Taubaté aponta sua condição quase restrita e exclusivamente periférica, apesar de alguns deles estarem localizados em raio menor a partir do centro tradi-



**Mapa 1:**  
Loteamentos  
fechados  
na área urbana  
do município  
de Taubaté-SP.

cional ou em função das recentes expansões urbanas do setor sul, sudeste e sudoeste (Leis Complementares 238/2011 e 20/2017) que deslocaram os loteamentos que ora localizavam-se no limite urbano para uma posição intermediária, mas ainda contribuindo para a composição de um semiarco periférico em torno do centro tradicional.

Importa ressaltar que Taubaté possui em seus extremos urbanos, leste e oeste, dois distritos industriais. Os conteúdos sociais desses extremos são profundamente significados pelas práticas produtivas que ali se encontram, evidenciando, portanto, que a periferia desse município não se deu exclusivamente devido à formação de loteamentos populares (regulares ou irregulares) ou em função dos novos espaços fechados.

Como observado por Costa (2005, p.147), os condomínios industriais de Taubaté se instalaram na década de 1990 ao lado de bairros precários, produzindo contrastes em uma região semiperiférica. Para esse autor, são ilhas de excelência justapostas às áreas onde predominam a “violência, a marginalidade e a ausência do poder público na garantia de direitos essenciais”. Os loteamentos fechados também representam ilhas, ao passo que, na sua condição periférica, são represados por áreas de alta vulnerabilidade social. Portanto, destaca-se a periferia como lugar de tensões que se dão de modo discreto, calma e friamente, entretanto ainda se desconhece o potencial das ilhas de exclusividade como perpetuadoras e reprodutoras das desigualdades nessa localidade, uma vez observada a aproximação geométrica com distanciamento social entre os diversos sujeitos sociais.

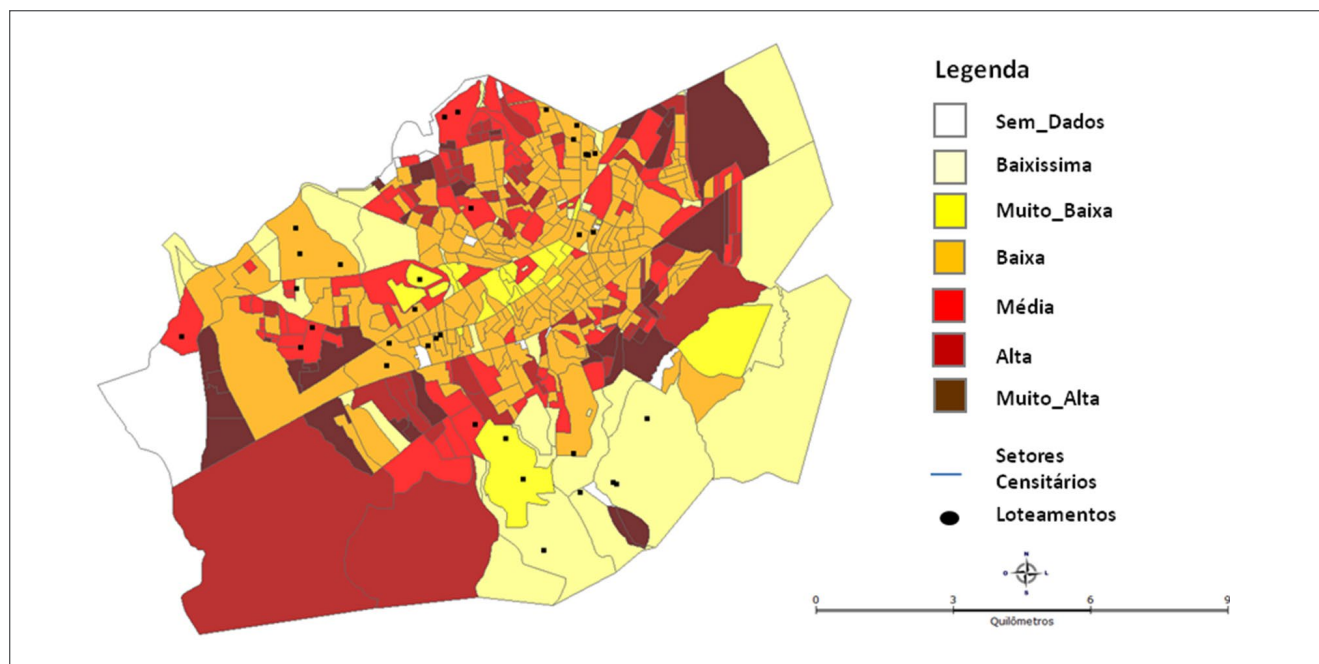
Neste caso, os efeitos de lugar podem comprometer o desenvolvimento urbano de Taubaté.

Se os distritos limitam a expansão urbana para além deles (no setor oeste ainda ocorre a coexistência de loteamentos fechados, de loteamentos populares e de fábricas, diferentemente do setor leste, devido também ali se situar uma área militar), a região de várzea ao norte de Taubaté cria um obstáculo natural para o crescimento da malha urbana nesta direção. Sendo assim, como já citados, os setores que comportam a expansão urbana estão no sudoeste, sul e sudeste do município.

Taubaté está diante de uma fragilização do modelo de cidade compacta e, por outro lado, de recrudescimento de uma urbanização dispersa, descontínua, em função dos vazios urbanos, e cada vez mais fragmentada. Ocorre uma desconcentração concentrada dos munícipes que decidem participar (ou não) da vida urbana por meio dos loteamentos fechados. Ao mesmo tempo, é patente a emergência de novas subjetividades na periferia de Taubaté. No limite, é plausível afirmar a existência de várias periferias.

A expansão urbana e, por conseguinte, a produção capitalista do espaço são justificadas pela necessidade de oferecer abrigo aos grandes projetos de loteamentos fechados. Em que pese a atuação da lógica do capital imobiliário nessa localidade, a expansão territorial tem suas limitações. Isso significa dizer que é sobre os setores sudoeste, sul e sudeste que ainda há relativo banco de terras disponível para a expansão configurada em espaços fechados de habitação.

A lógica de produção e reprodução do capital imobiliário para além da necessidade de banco de



**Mapa 2:**  
Índice Paulista de Vulnerabilidade Social no município de Taubaté-SP.

terras supõe a contradição socioeconômica para se justificar enquanto estrutura. O mapa 2 mostra os loteamentos fechados de médio e alto poder aquisitivo localizados sobre áreas de alta vulnerabilidade social em Taubaté, transformando desigualdade social em valor de terra, ou melhor, em produtos imobiliários exitosos.

Se a lógica de expansão dos loteamentos fechados confunde-se com a lógica do capital imobiliário, é por meio do uso político do medo que o capital imobiliário busca legitimar seu discurso e, consequentemente, aprofundar sua atuação sobre os rumos da cidade.

## MEDO, VIOLÊNCIA E PROPAGANDA DA VIOLÊNCIA

O medo é um afeto indissociável da humanidade desde seu aparecimento e sua constante evolução. Como dissera Jean Paul Sartre, “todos os homens têm medo. Quem não tem medo não é normal; isso nada tem a ver com a coragem”. Pode-se dizer que no Brasil, a partir da década de 1970, o medo se intensifica entre os componentes da paisagem urbana, em função também do aparecimento de espaços habitacionais fechados. Refletindo as proporções inéditas com que o medo se dissemina e se reproduz no período atual da globalização, Melgaço (2010, p. 105-106) chega a afirmar que “o medo passa a fazer parte do imaginário coletivo e isso altera o cotidiano das pessoas e a maneira como usam o território”.

Caldeira (2000, p.27) sugere a ideia de ordena-

mento do mundo condicionado a partir das falas sobre a violência. Assim, para essa autora, as narrativas que tangem ou represem o entendimento de violência correspondem a processos de produção de práticas sociais.

A repetição das histórias, no entanto, só serve para reforçar as sensações de perigo, insegurança e perturbação das pessoas. Assim, a fala do crime alimenta um círculo em que o medo é trabalhado e reproduzido, e no qual a violência é a um só tempo combatida e ampliada.

Dessa forma, é perceptível, nas últimas décadas, a existência permanente e generalizada do medo, mais do que em qualquer outro período histórico. Contribui na produção desse medo generalizado a proliferação ideológica da violência vinculada aos grandes centros urbanos e não necessariamente na cidade real de Taubaté. A contaminação do discurso da violência de um território mais violento para outro menos dá-se por meio da difusão de notícias sensacionalistas e apelativas, que aderem intensivamente à campanha de massificação da violência, geometricamente não pertencentes a todos os territórios, entretanto ganham status de violência real e onipresente, e, por consequência, todos vivem em estado de alerta permanente e de iminente ameaça, desconsiderando-se as particularidades e condições de cada território. Desse modo, estar em qualquer lugar que não seja o habitat do cotidiano é estar cercado de insegurança e consequentes cuidados. O lugar diferente do meu é estranho e causa medo.

Segundo Bittencourt (2009, p.2) se o sentimento oriundo do medo é abstrato, sua repercussão na paisagem urbana é concreta, visível e palpável. Assim sendo, a abstração, ou psicosfera do medo, é “uma justificativa para a instalação de uma *tecnoesfera de segurança*. Essa tecnoesfera diz respeito a toda forma de materialidade técnica em torno do ideal de segurança [...]” (MELGAÇO, 2010, p.106).

Destarte, é possível reiterar que a psicosfera do medo procede como mola propulsora da modificação da paisagem urbana, podendo essa ser contemplada a partir da concepção de violência, já que, na perspectiva dessa psicosfera, a violência pode ser assimilada como uma percepção esquizofrênica da realidade, ou melhor, “isso faz com que a paisagem urbana seja transformada não somente por causa da violência, mas também em razão do medo da violência” (*Ibid*, p.107). Desse modo, as narrativas construídas com base no discurso do medo repercutem em formas de segregações, de distâncias, de proibições e de exclusões na cidade (CALDEIRA, 2000).

A violência urbana é tida como expressão concreta de um arranjo de fatores e variáveis, que, por seu lado, também estão intrinsecamente ligados à urbanização excludente que marca a sociedade brasileira desde meados do século XX estendendo-se até os dias atuais. A produção da paisagem urbana também é condicionada pela violência, e, paradoxalmente, essa mesma paisagem pode ser produtora de violências. Parte da expressão dessa violência passa pelos índices de criminalidade. Desse modo, segue os índices de criminalidade em Taubaté do ano de 1999 até 2015.

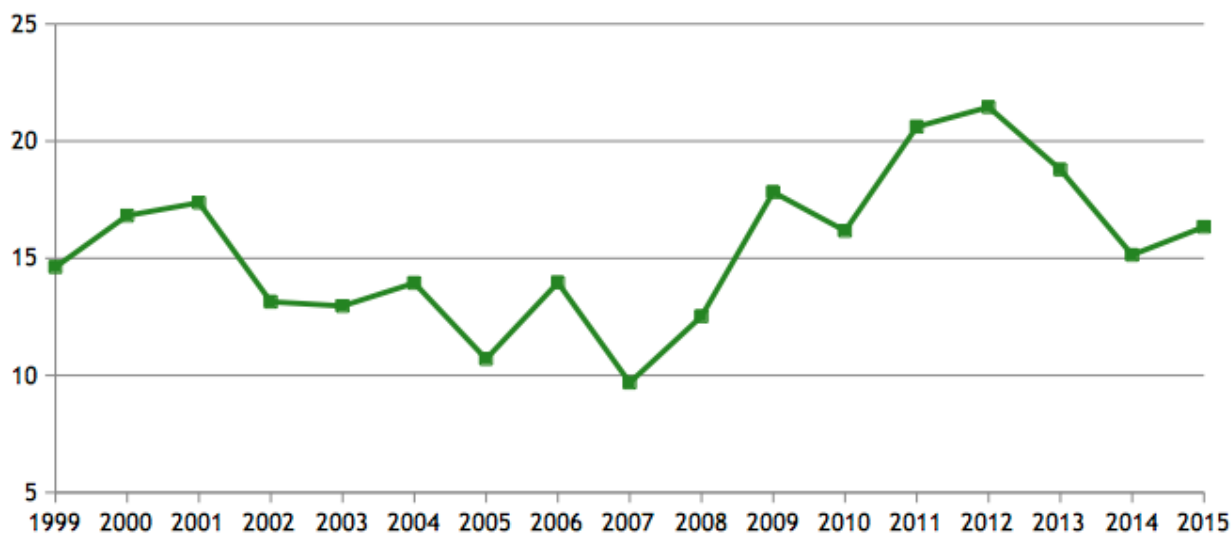
A análise dos gráficos aponta para uma relativa estabilidade nas curvas de criminalidade em Taubaté, com algumas variações pontuais. Esse fato leva a indicação da desproporcionalidade existente entre o

número crescente de espaços fechados e a variação das taxas de roubo, furto e homicídios neste município. Para sustentar a fuga para os enclaves, os interesses privados exploram a cidade construída no imaginário coletivo por meio da canalização e convergência de práticas violentas pertencentes a outras escalas geográficas. Os meios de comunicação são instrumentos poderosos que, ao apresentarem a violência como espetáculo, contribuem para a difusão do medo, que é rapidamente capitaneado pelo mercado imobiliário na forma de loteamento fechado.

## A PRODUÇÃO DO ESPAÇO: MERCADORIA E DISTINÇÃO

Modelos específicos de produção da paisagem urbana emergiram nas últimas décadas, mirando a realização do capital na esfera imobiliária, dado que, “um dos indicadores dessas mudanças está no aumento das iniciativas de incorporações imobiliárias muradas, de acesso controlado e/ou vigiadas que estabelecem novas formas de segregação socioespacial” (SPOSITO, 2007, s/p). Por isso, Botelho (2005) entende o espaço como meio de produção por se tratar de condição para a geração de mais-valia, uma mercadoria que pode ser comercializada. Admitindo a premissa que estipula a privatização dos meios de produção um dos pilares do capitalismo, o espaço caminha também para o seu processo de privatização na medida em que o capital se apropria dele como produto a ser consumido. O espaço, para além da reprodução da vida, reproduz o capital. No caso do loteamento fechado, essa privatização do espaço atinge o espaço público das ruas e praças, infraestrutura construída com dinheiro público não

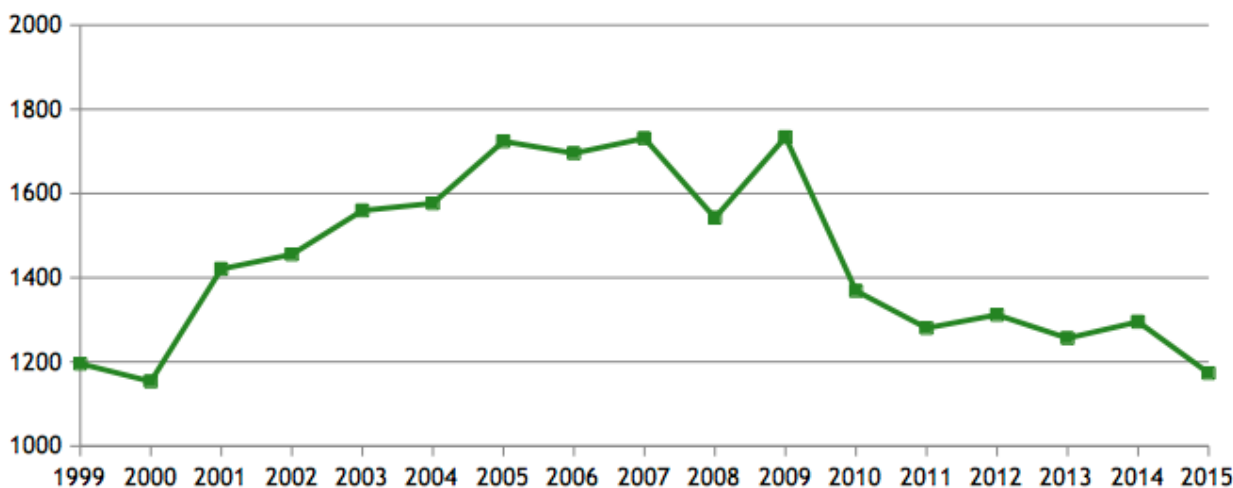
Gráfico 1: Loteamentos fechados na área urbana do município de Taubaté-SP.



Organizado pelos autores. Fonte: SSP - SP

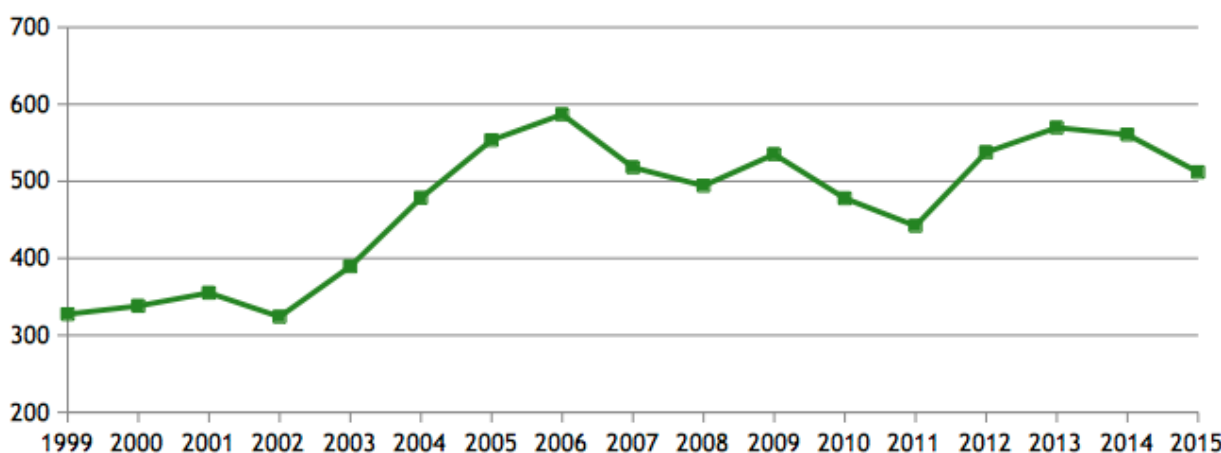


Gráfico 2: Furto por 100 mil habitantes em Taubaté (1999-2015)



Organizado pelos autores. Fonte: SSP - SP

Gráfico 3: Roubo por 100 mil habitantes em Taubaté (1999-2015)



Organizado pelos autores. Fonte: SSP - SP

mais acessível à coletividade.

Os loteamentos fechados são, por excelência, nichos de mercado que buscam, por meio da mercantilização e hierarquização do espaço urbano, a valorização e acumulação do capital fixo. Carlos (2008, p.83) esclarece que “a reprodução do espaço urbano recria, constantemente, as condições gerais a partir das quais se realiza o processo de reprodução do capital”. Sposito (2007), ao produzir uma série de pesquisas em municípios médios do interior do estado de São Paulo, estipulou algumas particularidades relativas à implantação de loteamentos fechados, sendo elas: i) disponibilidade de terras com os preços mais baixos, visto que na sua maioria são áreas rurais; ii) distâncias intraurbanas menores em função do porte médio da cidade; iii) proximidade entre os sujeitos sociais que envolvem os contraditórios interesses que tangem a produção desse tipo de paisagem urbana.

O conjunto desses elementos permite anunciar que a lógica da acumulação capitalista a partir do espaço privatizado assume considerável relevância na expansão dos loteamentos fechados, dado que as variáveis estão justapostas de tal modo que objetiva lograr a geração crescente de excedentes financeiros. Por outro lado, se não há uma proporção entre o aumento no número de condomínios e os dados sobre a violência urbana, o mesmo não se pode dizer das representações dessa violência propagandeada e seus poderosos efeitos na produção do medo.

O capital espacializado em forma de loteamentos fechados ao ambicionar conteúdos financeiros para o setor imobiliário não poderia fazê-lo por completo, solitariamente. Carece de instrumentos outros que corroborem com a reprodução e crescimento do capital investido. A criação de um discurso hegemônico fortemente ancorado em ideais padronizados como

novos estilos de vida é permanentemente difundida por meio da publicidade e propaganda, que assumem considerável vigor apelativo, ao passo que ensaiam em suas publicações o surgimento de paraísos munidos com fortes aparatos de segurança, serviços variados, lazer entre quatro muros, exclusividade e conservação da intimidade, expressos na forma de loteamentos fechados. Uma ilusão criada em torno de uma tão sonhada ilha de fantasias. “O objetivo das propagandas é seduzir. Os anúncios usam um repertório de imagens e valores que fala à sensibilidade e fantasia das pessoas, a fim de atingir seus desejos” (CALDEIRA, 2000, p. 265).

Segundo essas propagandas, um novo conceito de moradia surge por meio dos loteamentos fechados, articulando cinco elementos básicos: segurança, isolamento, homogeneidade social, equipamentos e serviços. Dessa maneira, esses espaços assumem status de mundos separados, superior ao da cidade. Os “anúncios apresentam a imagem de ilhas às quais se podem retornar ao fim do dia para encontrar um mundo exclusivo de prazer entre pares, onde a ‘convivência sem inconveniência’ seria possível” (*Ibid.*, 1997, p. 160).

Como resposta à lógica de acumulação capitalista, o agente modulador da expansão urbana via loteamentos fechados é o próprio capital imobiliário, que se apropria do discurso ideológico e do ideal de um específico segmento da sociedade, que busca nos enclaves fortificados um mecanismo que seja capaz de produzir distinção, exclusividade e status. Portanto, a expansão desses espaços é alimentada por uma condição de caos permanente e de uma perene desigualdade socioeconômica, dado que essa lógica, além de usufruir do uso político do medo da violência, coopta e canaliza o estilo de vida de um segmento médio e alto da sociedade para a produção de espaços privativos e excludentes, longe do ideal de um espaço para todos, autenticamente democratizado.

Os enclaves urbanos habitacionais são expressões espaciais da lógica de atuação do mercado imobiliário que agem por meio dos agentes moduladores que representam seus interesses, a saber, a própria esfera imobiliária e o poder público, sendo a primeira o grande cimento, uma vez que captura as sensações, emoções, símbolos, formas de distinções e buscas incansáveis por status de um segmento específico da sociedade e as convergem em ilhas de fantasias, ou melhor, em um particular modelo de produção do espaço urbano. Essa forma de apropriação do espaço é encarada por essa pesquisa como parte do circuito de valorização e reprodução do grande capital, que, por conseguinte, não atende às reais demandas urbanas, mas responde aos interesses da especulação imo-

biliária. É a partir da psicosfera do medo, do status e da exclusividade, ou seja, da produção de sentido de uma específica fração de classe social, a saber, proprietária de um copioso capital econômico, portanto de poder simbólico, que a tecnoesfera da segurança encontra substrato para a espacialização da lógica do capital imobiliário no espaço urbano.

“O consumo mais ou menos ostentatório do espaço é uma das formas por excelência de ostentação de poder”, logo de status e de diferenciação social (BOURDIEU, 1997, p.160). O consumo assume quase que uma centralidade no âmbito do mecanismo de distinção social, pois

A tarefa dos consumidores, e o principal motivo que os estimula a se engajar numa incessante atividade de consumo, é sair dessa invisibilidade e imaterialidade cinza e monótona, destacando-se da massa de objetos indistinguíveis “que flutuam com igual gravidade específica” e assim captar o olhar dos consumidores (BAUMAN, 2008, p.21).

A colonização do imaginário que tende a orientar para o consumo de espaços exclusivos repercute violentamente na criação de mecanismos de distinção social, que encaram o território como recurso, logo canalizam as inteligências para o processo de reprodução desse modelo de produção da paisagem. Nesse sentido, é patente o sequestro da alienação dessa fração de classe social em relação à produção do espaço, ou melhor, é no capital imobiliário que se encontra a centralidade da lógica de expansão dos loteamentos fechados, que compreende a psicosfera da camada de médio e alto poder aquisitivo e em seguida a coopta. Essa é a própria natureza de ser e agir dos agentes moduladores dessas formas espaciais. E se, do ponto de vista específico do loteamento fechado, pode ser ele tomado como um empreendimento de sucesso, da perspectiva da vida urbana é um instrumento de fabricação de avarias e fragilidades na sociabilidade e nos afetos que sustentam o modo urbano de ser, sentir, ocupar e pensar o espaço.

## O DECLÍNIO DO ESPAÇO PÚBLICO

Não é possível pensar o loteamento fechado somente entre os quatro muros que o represa, dado que se comporta como um considerável exportador de problemas para a cidade, muitos deles com origem no próprio enclave. Na vida urbana comum é que são sentidos os efeitos desse lugar, portanto, existe certo grau de ganho para aqueles que consomem os novos *habitats* urbanos, todavia, o prejuízo de maior

intensidade é socializado entre aqueles que não compartilham dessa estrutura.

Ao referir-se aos elementos básicos da experiência moderna de vida pública urbana, Caldeira (2000, p.302) apresenta as dinâmicas que constituem os princípios básicos desse novo ideal de espaço público: i) a primazia e a abertura de ruas; ii) livre circulação e, subsequentemente, os encontros impessoais e anônimos de pedestres; iii) uso público e espontâneo de ruas e praças; iv) mistura de diferentes grupos sociais.

Nessa acepção, verifica-se relativo rompimento das premissas do ideal moderno de espaço público que dão fôlego e base para o exercício da liberdade na cidade.

Nos enclaves, o objetivo é segregar e mudar o caráter da vida pública, transferindo atividades antes realizadas em espaços públicos heterogêneos para espaços privados que foram construídos como ambientes socialmente homogêneos, e destruindo o potencial das ruas de fornecer espaços para interações anônimas e tolerantes (*Ibid.*, p.313).

Mergulhadas na expansão do consumo de massa e no processo de redemocratização do país, as questões de distinção pertencentes ao segmento médio e alto da sociedade se tornam mais complexas. Esse segmento realiza quase que um movimento de mercado para encontrar novos espaços para consolidar-se, dado que não encontra mais substrato para se afirmar em espaços públicos, uma vez que já estão reconfigurados pela expansão do consumo e pelo processo de redemocratização, outorgando voz àqueles até então marginalizados, garantindo a esses alguma forma de *status* e retirando, em certa medida, os privilégios e o monopólio da cidadania daqueles que, historicamente, são detentores da palavra, do dinheiro e do poder. A socialização parcial de alguns símbolos de exclusividade em espaços públicos anula a caracterização da distinção social até então existente, pois as condições de diferenciação estão rompidas ou enfraquecidas. Para a reversão do empoderamento desses grupos sociais desfavorecidos é preciso criar novos arranjos no espaço, que por seu turno ofereçam uma nova roupagem à distinção social. É por meio dos loteamentos fechados que isso também se efetuará, pois, além de eles serem a própria distinção, é possível por meio deles bloquear qualquer conexão com o outro. “Sinais de distância social são substituídos por muros de concreto” (*Ibid.*, p.325). A negação da cidade passa a ganhar volume e conteúdo.

Observa-se que por um lado as classes média e alta buscam sistematicamente amparo e proteção em soluções escapistas, por outro, é inevitável o declínio

da cidadania. O fenômeno urbano dos enclaves fortificados no “longo prazo colabora para deteriorar a qualidade de vida, a civilidade e as condições de exercício da própria cidadania na cidade, sob determinados aspectos” (SOUZA, 2008, p.73). A cidadania passa obrigatoriamente pela postura ativa frente àqueles que detêm a oferta de serviços públicos, logo o Estado.

Quando é evidenciado o processo inverso, a “solução individualista e escapista exemplifica a sabedoria que reza a maximização de benefícios individuais, agregados, não representa, necessariamente, maximização de benefícios coletivos” (*Ibid.*, p.78). Àqueles desprivilegiados que se encontram excluídos dessa ilha de serenidade resta conviverem com os agravantes típicos da vida urbana acrescidos dos agravantes produzidos pelo próprio loteamento fechado, dado que essa forma espacial não é neutra, como muitos fazem acreditar, mas, pelo contrário, são fábricas que produzem mais insegurança, além de outros tipos de violências, como a intolerância, o preconceito e o distanciamento do outro, corroborando para “dissolver a imagem da cidade como uma entidade geográfica que, apesar da pobreza e da segregação, poderia ser apresentada sem maiores problemas como uma ‘unidade de diversidade’” (SOUZA, 2008, p.72).

Vale ressaltar que o loteamento fechado é contraditório. Recebe intencionalidades e oferta de intencionalidades, um paradoxo. É possível pensar de modo concreto nessa contradição naquilo que se relaciona à segurança, ou melhor, à sensação de segurança. Sendo esse espaço fechado, a tecnosfera resultante da psicosfera pautada em uma percepção de cidade violenta, ele próprio torna-se produtor de mais violência: intolerância, preconceito e negação ou anulação do outro, repercutindo desse modo na negação do uso de espaços públicos.

Esse descompromisso com a cidade se acentua quando o condômino utiliza pouco os serviços públicos como saúde, educação e mantém relação precária com o bairro, praças, igrejas, feiras, tendo supermercados, hipermercados e *shoppings* como espaços privilegiados de compra e também de lazer. Essa segregação e pouca dependência dos serviços públicos fazem com que esse cidadão de condição privilegiada de acesso a informação, locomoção e capital de influência participe pouco dos processos de luta pela melhoria das políticas públicas que poderiam beneficiar o conjunto da população.

A prática espacial da autosegregação pode resultar na nutrição e ampliação de preconceitos, da intolerância e do medo do outro, dado que a compreensão de mundo daqueles que logram habitar em espaços fechados é influenciada pelo próprio meio

que habita. Desse modo, viver entre iguais como símbolo de status e distinção social pouco contribui para o exercício da cidadania, para o fortalecimento da democracia e, sobretudo, para o desenvolvimento humano.

O loteamento fechado, desde sua concepção, é pensado para segregar, conforme indica Melgaço (2012, p.103) e Caldeira (2000, p.313). Nesse cenário de segregação, como é possível pensar nos mesmos direitos para grupos sociais distintos? Como é possível fazê-los acontecer em espaços fragmentados? Para onde vai a cidadania? São perguntas que podem mover as inteligências para melhor compreender esse fenômeno urbano e seus impactos no espaço.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobretudo nas duas últimas décadas, a produção e apropriação do espaço urbano de Taubaté tornaram-se escopo privilegiado para atuação de grandes empresas imobiliárias e incorporadoras, reafirmando a patente continuação de aproximação entre um específico modelo de produção do espaço, esse respondendo aos interesses privados, com a paisagem urbana. Mudam-se as roupagens, todavia permanece a lógica, uma modernização conservadora sobre o destino da cidade.

A engenharia por trás da lógica do loteamento fechado revela seu caráter falho ao não corroborar para tocar os desafiantes problemas urbanos presentes em cidades médias e grandes, inclusive no município de Taubaté. Sendo assim, os loteamentos fechados enquadram-se nas falsas soluções e em muitos casos para falsos problemas. O discurso feito pelo capital imobiliário via *marketing* sob a égide da mídia pode ser encarado como um golpe retórico, dado que, em municípios como Taubaté, há um descompasso entre a cidade representada pelo capital imobiliário e a cidade real que acontece todos os dias. Os dados apresentados mostram uma desproporcionalidade entre o crescimento dos condomínios e a evolução dos índices de violência no município.

A desconstrução da narrativa consolidada a partir da construção de um imaginário pautado na ideia de Taubaté como território do crime e consequentemente a solução na fuga para os enclaves fortificados é um dos sentidos deste estudo. Desse ponto de vista, é possível constatar no capital imobiliário a lógica do loteamento fechado que se estrutura e se reproduz, dado que as evidências reveladas aqui apontam para um descompasso entre o número crescente de loteamentos fechados e o crescimento da violência em Taubaté. Logo, observa-se que essa lógica responde à

cartilha do capital imobiliário, que sequestra para si a demanda por proteção do medo, por status e por distinção social, ambicionadas por uma fração de classe, ávida por conservar as gritantes e diversas formas de desigualdade em Taubaté.

Não obstante não lograr benefício para a vida urbana na sua totalidade, os enclaves fortificados impactam negativamente a cidade, por meio do declínio da cidadania, da democracia, dos obstáculos à mobilidade e do aumento da intolerância e do preconceito. No enclave também não é encontrada a solução para a violência, mas, pelo contrário, é por meio dele que outras formas de violência simbólica se difundem.

Conclui-se que a expansão desenfreada e desprovida de contrapartida dos loteamentos fechados na periferia urbana precisa ser repensada e, no limite, combatida. Ao Plano Diretor cabe normatizar e limitar os rebatimentos espaciais negativos provocados por esses espaços fechados, além de criar mecanismos que, ainda com a presença dessas formas de habitação, encolham os impactos degradantes na paisagem urbana. Criar instrumentos que possam capturar parte da mais-valia fundiária proveniente desses produtos imobiliários e direcionar para regiões com precários equipamentos urbanos poderia ser um mecanismo recompensador dos agravantes oriundos dessa autoritária e segregadora forma geográfica. É urgente pensar em formas espaciais que condicionem os encontros, as solidariedades geográficas, o renascimento do espaço público, e, sobretudo, a superação de identidades de classes, e que encontrem na humanidade o verdadeiro sentido do estar no mundo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BITTENCOURT, Renato Nunes. “O medo na era da liquidez”. **Ciência e Vida Filosofia**. Ano III, nº36, p. 19-27, 2009.
- BOTELHO, Adriano. **O financeiro e a financeirização do setor imobiliário**: uma análise da produção do espaço e da segregação socioespacial através do estudo do mercado de moradia na cidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- \_\_\_\_\_. “A cidade como negócio: produção do espaço e acumulação do capital no município de São Paulo”. **Cadernos Metrôpoles 18**,

- p.15-38, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. “Efeitos do lugar”. In: Bourdieu, P. (org.) **A miséria do mundo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: EDUSP, 2000.
- \_\_\_\_\_. “Enclaves fortificados: a nova segregação urbana”. **Novos Estudos CEBRAP**, nº47, p. 155-157, 1997.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, 270p.
- COSTA, Silvio Luiz. **Taubaté: o local e o global na construção do desenvolvimento**. Taubaté-SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2005.
- LEFEBVRE, Henri. **Revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. 178p.
- MELGAÇO, Lucas. **Securização urbana: da psicofesfera do medo à tecnosfera da segurança**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- \_\_\_\_\_. “A cidade de poucos: condomínios fechados e a privatização do espaço público em Campinas”. **Boletim Campineiro de Geografia**. v.2, nº1, p. 81-104, 2012.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999 (1996). 308p.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- SPOSITO, M. E. B; Góes, E. M. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. 1.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- \_\_\_\_\_. “Reestruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulista”. **Revista Electronica de Geografia Y Ciencias Sociales**, vol. XI, nº. 245 (11), 2007. ■



Liliane Vasconcelos de Jesus

# Modos de dizer a cidade contemporânea

## desafios de ler e escrever Salvador

### Resumo

*A cidade faz parte das discussões afeitas à contemporaneidade. Por mais complicada que possa parecer, a urbe exerce um fascínio inevitável, não somente por despertar o desejo de compreender o momento atual, como também por seu papel como pedra de toque no desfile da complexidade humana. É, nesse sentido, que perceber a cidade diante de sua condição física e de objeto do discurso converte-se em proposta, em tema, em problema, em constituição simbólica para uma representação que busca dar conta da experiência urbana atual e dos discursos que a representam. A partir dessa perspectiva, o presente trabalho busca refletir criticamente sobre as imagens que representam a capital baiana instituídas pela literatura e pela mídia contemporânea.*

Cidade

Salvador

Representação

Imaginário urbano

Contemporaneidade

### Abstract

*The city is part of the discussions affected by contemporaneity. As complicated as it may seem, the city has an inevitable fascination, not only for awakening the desire to understand the current moment, but also for its role as a touchstone in the parade of human complexity. It is in this sense that to perceive the city before its physical condition and object of the discourse becomes a proposal, a theme, a problem, a symbolic constitution for a representation that seeks to give an account of the current urban experience and the discursive ones that represent it. From this perspective, the present work seeks to reflect critically on the images that represent the Bahiana capital instituted by literature and contemporary media.*

City

Salvador

Representation

Urban imaginary

Contemporaneity

*Salvador não é para principiantes. Braços abertos podem afagar ou sufocar. Esse dualismo que se estende numa terceira via, quebrando os princípios da lógica, não clarifica, mas ajuda a enxergar esta cidade. (FILHO, 2014, p. 201)*

Uma cidade como Salvador jamais é, de fato, aquilo que falam dela. Como uma sedutora que não se deixa ver por completo, ela tem o poder de exercer um fascínio encantador num primeiro contato – mas, como aconselha o escritor João Filho, ela não é para principiantes. Muito mais do que demarcações binárias, a cidade não se deixa emoldurar, tende a escapar sempre a qualquer tipo de enquadramento que tenta apreendê-la por inteiro.

“[...] Salvador em si não se contém.” (FILHO, 2014, p. 235). Assim João Filho encerra o verbete que define a capital baiana no seu *Dicionário amoroso de Salvador*. Lançado em 2014 como projeto direcionado a interpretar o tecido urbano das cidades brasileiras, o livro é uma proposta de leitura e apreensão de Salvador a partir do olhar e das experiências urbanas do escritor João Filho pela cidade. Interessante é perceber que a cartografia que se divisa através dos verbetes literários da cidade – catalogados pelo autor – se constitui de potentes imagens que, dialogando com a obra *Guia de ruas e mistérios da cidade*, de Jorge Amado, (primeira edição publicada em 1945), deram/dão sentido ao leitor e ao viajante de outra Salvador.

No *Dicionário amoroso de Salvador*, é traçado um perfil contemporâneo das ruas e dos principais personagens que ainda podem ser identificados ou lembrados no cotidiano de uma cidade em que os fluxos são desestruturadores da paisagem tradicional.

Uma amiga chilena veio morar em Salvador, por motivos que agora não me vêm ao caso. Nas nossas conversas, o tema do estranhamento dela em relação à cidade vinha sempre à baila. Mulher viajada e lida, não conseguia dar conta do que era Salvador. Era Ásia? Era África? Portugal com fundos vincos árabes? Entre fascínio, estranheza e, terei que dizer, certa recusa, ela soltava: é uma confusão! (FILHO, 2014, p. 160)

João Filho traz à baila, ora com humor, ora com ironia, uma Salvador marcada por uma singularidade e/ou por uma diferença que não se deixa enredar por inteiro, há sempre algo que nos escapa e não se aceita definir: “Salvador é a confusão, todavia, algébrica. E expandida.” (2014, p. 161). A partir dessas tentativas de equacionamento, o texto enfatiza uma cidade confusa, resistente à apreensão por conta de suas peculiaridades culturais, que podem ser demarcadas princi-

palmente a partir da língua falada no cotidiano das ruas, avenidas e ladeiras da cidade. Foram essas particularidades cotidianas, aliás, que levaram o escritor Nivaldo Lariú a construir o *Dicionário de baianês*<sup>1</sup>. Reproduzimos, abaixo, a título de ilustração, alguns dos saborosos verbetes coligidos por Lariú:

Temos, portanto, nos textos de João Filho e de Nivaldo Lariú, possibilidades de leituras do cotidiano de Salvador narradas através de experiências urbanas que tentam definir o dia a dia da cidade. A percepção se dá a partir dos verbetes reunidos nos dois dicionários, que registram a cidade como o espaço da exclusividade, seja pela língua falada ou, mais especificamente, pela presença da diversidade cultural que a compõe.

Evidentemente, os dois textos mencionados acima são livros que buscam inscrever Salvador para leitores e viajantes que, através da cidade escrita, interpretam seu texto urbano. Em outras palavras, podemos considerar esses dois escritos, conforme denomina Guattari (2000), como uma produção de “subjetividade da cidade”, ou seja, uma produção de narrativas da cidade na qual a legibilidade da urbe representada se institui em um potente repertório sobre modos de dizer a cidade contemporânea. São experiências que ajudam a imprimir outras tantas cidades coexistentes no tecido urbano de Salvador, porém as tentativas de leituras e definições desses dois dicionários<sup>2</sup> despertam atenção diante da configuração da capital baiana marcada por uma singularidade ou, mais precisamente, por uma diferença que constrói um amplo repertório imagético sobre a cidade, reelaborado em diferentes linguagens e temporalidades. Curiosamente, essa constatação ganha mais intensidade quando se verifica que imagens que dialogam com o imaginário defendido por esses autores são oficializadas pela prefeitura de Salvador.

Apesar da multiplicidade abrangida por essas representações, interessa-nos refletir neste momento sobre a construção imagética desenvolvida a partir do corpo negro e da cultura afro-baiana, marcando o diferencial oficializado da cidade. Havendo semelhanças ou não para os leitores, o sentido que Salvador ganha no vídeo promocional é o de uma cidade que se assume diferente por ser diferente.

Já me explico. O vídeo promocional é de 2014

1 O livro, uma espécie de glossário do falar baiano, teve sua primeira edição publicada em 1992 e hoje se encontra na vigésima.

2 O dicionário de João Filho tem uma perspectiva predominantemente conotativa, usando de recursos líricos na definição dos verbetes que significam Salvador. Já o de Nivaldo Lariú consiste em um glossário com utilização de linguagem muito mais denotativa na tentativa de registrar o falar coloquial regional da capital baiana.

Colé, meu bródi!	Olá, amigo.
Colé, misera!	Olá, amigo.
Tô em água!	Estou bêbado.
Colé, men!	Olá, amigo.
Diga aê, desgraça!	Olá, amigo.
Digái, negão!	Olá, amigo. (independente da cor do amigo)
E aí, viado!	Olá, amigo. (independente da orientação sexual do amigo)
E aê, meu rei!?	Olá, amigo.
Ô, véi!	Olá, amigo.
Diga, mô pai!	Oi para você também, amigo!
ÊA!	Olá, amigo.
Colé de mêmro?	Como vai você?
É niuma, miserê	Sem problemas, amigo.
Relaxe mô fiu	Sem problemas, amigo.
Cê tá ligado qui cê é minha corrente, né vei?	Você sabe que é meu bom amigo, não é?
Bó pu regui, negão?	Vamos para a festa, amigo?
Aí cê me quebra, né bacana	Aí você me prejudica, não é, meu amigo?
Aooonde!	Não mesmo!
Eu tô ligado que cê tá ligado na de colé de merma	Estou ciente do seu conhecimento a respeito do assunto.
O brother tirou uma onda da porra.	O cara se achou.
Tá me tirando de otário é?	Está me fazendo de bobo?
Tá me comediando é?	Está me fazendo de bobo?
Se plante!	Fique na sua.
Se bote ae, vá!	Chamada ao combate físico
Eu me saí logo	Eu evitei a situação.
ôxe!	Todo baiano usa essa expressão para tudo, mas um forasteiro nunca acerta quando usa.
Lá ele! ou Lá nele	Eu não, sai fora, ou qualquer outra situação da qual a pessoa queira se livrar ou passar para outro.
Lasquei em banda!	Meteu sem dó nem pena.
Biriba nela mô pai	Manda ver! (no sentido sexual da coisa)
Ó paí ó*	Olhe para aí, olhe!

Fonte: LARLÚ, Nivaldo. Dicionário de baianês. Salvador: Editora do Autor, 1992.

#### Quadro 1: Verbetes do Dicionário de baianês

\* Essa expressão foi utilizada pela primeira vez pelo capitão português Manoel da Padaria a frente da Nau Bolseta, que por infortúnio (leia-se burrice) perdeu-se da frota portuguesa no caminho para as índias e veio parar na Bahia. Desde então, foi resgatada pelo povo baiano, assíduo leitor de Camões, já que se trata de um texto apócrifo d'Os Lusíadas, que nem os portugueses sabiam (nenhum jamais concluiu a leitura do clássico). É muito usada por aqui, tanto que virou filme, peça teatral, música, marca de refrigerante, água de coco, barzinho, cerveja, igreja...

e tem início com o som de tambores, seguido por imagens de ondas do mar colidindo com as pedras da praia. São cenas rápidas, lançadas com o intuito de descortinar a cidade através dos sentidos. O primeiro deles, após o movimento de abertura citado no parágrafo anterior, é o paladar<sup>3</sup>. A cidade convi-

<sup>3</sup> A comida feita de dendê é uma das marcas identitárias que conferem à cidade de Salvador uma identificação de baianidade. A culinária baiana, utilizando o dendê, foi bastante propagada, tanto na literatura escrita por Jorge Amado quan-

to nas músicas que falam de Salvador, dentre muitos outros veículos, construindo toda uma mística sobre o paladar local. Vale ressaltar que boa parte da comida baiana sofreu influência africana. Como fruto dessa influência e resistência, o acarajé, que surgiu primeiramente como oferenda nos terreiros de candomblé da Bahia, em 2004 foi reconhecido como patrimônio nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Segundo o então ministro da cultura Gilberto Gil, “as decisões tomadas foram fundamentais para a preservação da cultura e da identidade baianas”. De fato, esse reconhecimento, além de fortalecer tais laços de representação para a cidade, possibilitou que as atividades

da o telespectador a senti-la através dos seus sabores. Como não poderia deixar de ser, em se tratando de Salvador, a comida apresentada é feita com dendê: uma baiana acolhedora oferece um vistoso acarajé para o visitante. Durante a degustação, a imagem é entremeada a uma legenda que informa: a boca arde. Ao fundo do quadro, a arquitetura antiga dos caseiros do Pelourinho se destaca. O tom da narrativa é marcado pela cadência de cantos de origem africana, que se intensificam e constroem um ambiente de mistério e de sacralidade, ao fazer menção ao sentido posterior que é o tato, definido através do contato da pele negra com as águas do mar: a pele salga.

A visão é lembrada como sentido que eterniza as tradições da cultura popular de Salvador. Baianas negras, com seus potes de água de cheiro, são representadas diante da Igreja do Senhor do Bonfim. A cidade convida a perceber a audição pela batida do peito, que pulsa através do toque dos tambores tocados por três percussionistas negros nos espaços antigos da cidade. Assim, Salvador se apresenta através dos sentidos, exibindo, para além deles, a diferença.

A mídia publicitária ressalta uma cidade construída a partir de um conteúdo e repertório da diferença – a cultura afro-baiana –, da qual emanam representações que a consagram, no cenário nacional e fora dele, como uma cidade singular. Nesse sentido, a ótica da diferença parece tentar enredar Salvador a partir de uma estética contemporânea, que se dá pelo espaço e desejo de alteridade. Essa pretensa especificidade, é claro, não passa de uma forma de ler a cidade atual como estratégia de espetáculo. Não pretendo aqui enveredar pelas questões de mercado, mas perceber as táticas e desafios de ler a “escrita-desenho”, para lembrar Renato Gomes (2008), da capital baiana na contemporaneidade.

A diferença que se institui como um imaginário para a cidade é marcada principalmente por sons, imagens e cores de um repertório ligado à cultura dos negros que habitaram/habitam o território baiano. É interessante atentarmos, conforme salienta Eneida Cunha (1999, p. 1), que esse repertório se institui por “traços identitários resistentes” que consagram o discurso da afro-baianidade.

A resistência se consolidou principalmente na luta de afirmação, em que negros e negras se empenharam na capital baiana contra valores e modelos pautados por padrões brancos eurocêntricos. Aquilo que por tanto tempo na história da cidade de Salvador foi símbolo de atraso e repúdio – a diferença oriunda da cultura e do comportamento dos negros nas ruas da cidade – tornou-se, a partir do século XX

(mais especificamente a partir da década de 1950), símbolos e imagens elaborados para representação da cidade, com base em uma etnicidade fictícia. Como salienta o historiador João Reis (1988, p. 9), “[...] a singular identidade da Bahia no Brasil tem muito a ver com a densidade de sua população negra e o vigor de sua cultura de origem africana”. Vale lembrar aqui que, desde a década de 1930, a assimilação da cultura negra pela cidade letrada começa a ser decalcada pela produção local<sup>4</sup>, embora a intelectualidade da cidade ainda pensasse pertencer a modelos e valores tradicionais eurocêntricos.

Se levarmos em consideração que a imagem da cidade, ou mais exatamente o perfil que a representa, depende muitas vezes das necessidades e circunstâncias que gravitam em cada época, Salvador passa a ser pensada e representada através do conteúdo simbólico da diferença, pautada historicamente pela emergência cultural da matriz africana<sup>5</sup>.

Evidentemente, a instituição desse imaginário atravessou diversas temporalidades, sofrendo muitas ressignificações. Na atualidade, a cultura negra é o elemento principal na representação de Salvador. Mas, embora seja o centro das representações, contraditoriamente, isso não significa dizer que os negros, como sujeitos sociais, tenham cidadania plena nos espaços da cidade. Segundo Antonio Risério (1995, p. 66), “[...] usando livremente os conceitos de Gramsci, podemos afirmar tranquilamente que na Bahia [Salvador] de hoje, a cultura negromestiça não é dominante, mas é, certamente, hegemônica”. Na prática, o exercício dessa hegemonia não garante poder nem tampouco igualdade econômica aos cidadãos negros da cidade, pois são eles que habitam a maior parte das favelas, morros, ruas e periferias da cidade. Assim, a problemática se manifesta, sobretudo, pela

4 O romance *Jubiabá*, de Jorge Amado (2001), publicado originalmente em 1936, por exemplo, trouxe para o centro da narrativa um personagem negro e a cultura negra presente na cidade da Bahia.

5 A partir da década de 1950, começa a ganhar destaque em Salvador certa afirmação da cultura negra. Embora essa abertura tenha surgido em uma perspectiva ambígua, percebe-se um grande espaço de abertura para a organização e práticas culturais afro-brasileiras. A religião de matriz africana – o candomblé –, a cozinha do azeite, a capoeira e as artes populares ganham visibilidade na vida cultural de Salvador, que passa por significativas transformações, com a construção da Universidade Federal e, logo em seguida, do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO). A cidade letrada se volta para o cotidiano e para as tradições presentes na cidade. Na década de 1970, período da criação do bloco afro Ilê Ayê, a afirmação da negritude se consolida em diversos setores da sociedade baiana: “As raízes africanas reinventadas foram revividas na percussividade, nas músicas, no vestuário, nos comportamentos, criando um sentimento de negritude como referencial identificador.” (CUNHA; ALVES; BACELAR, 2004, p. 21).

das baianas de acarajé fossem regulamentadas como profissão (FRANCISCO, 2004).

desigualdade socioeconômica e pela mais perversa intolerância religiosa, que ainda imperam nas ruas, esquinas e becos da capital baiana. É razoável afirmar que há claras evidências de que a hegemonia cultural, na prática cotidiana da cidade, ocorre sob tensão.

Em outro vídeo publicitário, *Salvador destination*, a cidade dos sentidos e da diferença parece se contradizer, na medida em que apresenta o paradoxo de uma cidade que se quer tradicional e, ao mesmo tempo, moderna, mas se representa totalmente embranquecida. Como afirma a professora Ana Célia da Silva (2010, p. 160): “Nós estamos no século XXI, que é o século onde as diferenças e suas diversidades serão contempladas através do conhecimento, do reconhecimento e da interação das diferenças.” O vídeo, portanto, destoa por inteiro das imagens de interação, reconhecimento e convívio com a alteridade. As imagens divulgadas pela película destoam em todos os sentidos da capital baiana que se mostra e se vende enquanto uma cidade negra.

As contradições se assemelham àquilo que o escritor João Filho (2014, p. 160) declarou sobre Salvador: “[...] suas desavenças consigo mesma parecem numa primeira mirada não lhe causar constrangimentos.” Salvador não se intimida diante de deslocamentos de sentidos e representações ambíguas, que mais uma vez nos solicitam estratégias textuais diversas de interpretação.

No curta publicitário, construído pela empresa *Salvador destination*, idealizado com o intuito de promover a cidade para o turismo, a capital baiana mais uma vez tenta ser lida pela mídia atual. Nas imagens percebemos uma cidade lida do alto e embranquecida. São representações que retratam uma urbe ligada tanto às tradições (arquitetura antiga do Pelourinho) quanto aos espaços em amplo desenvolvimento (arranha-céus, sistema de transporte moderno o metrô etc.). A música, em diálogo com as imagens de Salvador, convida o visitante a desfrutar da cidade da felicidade, de um povo encantador, de sua rara e ampla hospitalidade. Até aqui, nada demais para um vídeo com o intuito de promover imagens de uma cidade, a fim de atrair turistas; o que causa estranheza nas imagens exibidas na tela é uma cidade como Salvador ser representada por uma perspectiva totalmente embranquecida. A cidade ideal mostrada pelas imagens não é habitada por negros, eles não são convidados a frequentar os espaços da cidade midiaticizada pelo vídeo<sup>6</sup>.

Primeiramente, as tomadas da cidade apresentadas pela filmagem acontecem sempre do alto, os

turistas não são convidados a experienciar a cidade, a interagir com o espaço público, com a rua. São planos interligados em *travelings* que constroem um olhar em suspensão dessa cidade. Os pontos turísticos (que concentram os momentos em que os atores brancos estão na cidade) nos são apresentados como esvaziados, a cidade ideal parece não precisar ser habitada. A interação e a sociabilidade da cidade se realizam apenas em espaços fechados, ambientes privados, protegidos, habitados por indivíduos caucasianos, nos quais se pretende caminhar com segurança. Nesse contexto, o *shopping* é representado como o lugar possível para uma visita confortável na atual Salvador. São imagens geradas do alto de um prédio grande e de arquitetura moderna. Trata-se do Shopping Barra, inaugurado como o “*shopping de toda gente*”, onde ricos e pobres, brancos e negros representam a possível interação do visitante com a cidade.

“O *shopping center*, seja qual for sua tipologia arquitetônica, é um simulacro de cidades de serviços em miniatura, onde todos os extremos do urbano foram liquidados [...]” (SARLO, 1997, p. 14) e é nessa perspectiva que o vídeo *Salvador destination* parece trabalhar, para vender imagens da cidade contemporânea, na qual os espaços fechados se sobrepõem à própria cidade. Significativamente, a gente desse *shopping*, apresentada na tela, faz parte de uma camada da população composta por pessoas brancas que caminham e consomem. A chave de interpretação para esse vídeo, supomos, talvez seja sugerir que a vida alegre e festiva da cidade, na atualidade, só seja possível nos espaços cindidos e vigiados, guiados pelo desejo do consumo e de uma suposta alegria, como no exemplo do centro de compras. A multidão, tão característica das imagens que representam o Carnaval de Salvador, é reduzida a um pequeno grupo de pessoas brancas que, embora estejam na rua do centro histórico, não estão inseridas na multidão.

Também nessa cena as ruas estão esvaziadas, não há multidão, não há interação. Na verdade, notamos que o espaço público, nesse vídeo, é o lugar do não convívio. A ideia de cidade que representa a diferença, em conexão com os espaços citadinos, se vê prejudicada, já que a cidade imaginada não dialoga com a Salvador “real”. Porém, vale ressaltar que as referências à tradição, apesar de tudo, ocorrem, por meio da menção à capoeira.

Outro possível viés para se empreender uma leitura da Salvador de hoje se dá pela ótica da exclusividade, representada pela ideia do culto à origem, do culto à primazia, como podemos perceber em algumas músicas interpretadas por cantores locais. Nelas, a capital baiana é reverenciada como sendo o berço sagrado, o lugar da raiz. Só para citar alguns exem-

<sup>6</sup> Esse vídeo causou grande repercussão na internet por ser considerado um vídeo racista em pleno século XXI. (VÍDEO, 2015).



plos temos: “Ilê Ayê/ Quem era eu pra quem hoje sou/ Tô catulado/ Tô santificado/ Sou bem nascido de Salvador” (BROWN, 2015). A cidade é cantada até os dias atuais como sendo o lugar onde tudo começou: “Que nação é essa do samba primeira capital brasileira/ Que o axé consagrou/ Que balança o mundo/ que arrasta massa/ Na capital da Bahia/ na capital da alegria/ Tem poeta na praça” (MERCURY, 2016).

Além da música, o *slogan* publicitário que representa atualmente a cidade, na gestão do prefeito Antônio Carlos Magalhães Neto, conhecido popularmente como Netinho, também se pauta na ideia de nascimento: “Prefeitura de Salvador, primeira capital do Brasil.” Essas recentes imagens comungam na verdade com a precisão da memória de ver Salvador como lugar da origem do país. Daí a tamanha importância que se dá ao fato, consagrando-o como um dos símbolos que diferenciam a cidade.

Sabemos que a memória aparece na contemporaneidade como importante caminho para dialogar com as questões conflitantes do atual momento nas cidades e o interessante é perceber aqui como, nas imagens do passado, o discurso da memória<sup>7</sup> surge como possibilidade de acesso e registro de Salvador no presente. É cada vez mais intensa a necessidade de retorno ao passado, como um desejo e sentimento de cidade que marcam os discursos que representam a capital baiana.

É preciso pôr em dúvida todo princípio que enreda Salvador em quadros fixos e em cartões-postais únicos, que delinea a cidade e a vende para o turismo. Muito mais do que vê-la, é necessário interpretá-la, para não se deixar envolver pelos discursos que por tanto tempo constituíram Salvador, pois, como afirma Renato Cordeiro Gomes (1994, p. 18): “Ler a escrita da cidade e a cidade como escrita é buscar o legível num jogo aberto sem soluções.”

A cidade faz parte das discussões afeitas à contemporaneidade. Por mais complicada que possa parecer, a urbe exerce um fascínio inevitável, não somente por despertar o desejo de compreender o momento atual, como também por seu papel como pedra de toque no desfile da complexidade humana. O espaço urbano é infalível para essas percepções, uma vez que a própria cidade é uma construção no espaço, como

7 Foge ao escopo deste trabalho uma discussão mais ampla sobre a questão da memória a partir da perspectiva do patrimônio histórico, que na atualidade é acessado através da mercantilização das cidades. Como afirma Paola Jaques (2010, p. 162), essa “[...] fórmula passou a ser conhecida de todos os discursos contemporâneos, quase esquizofrênicos: propostas preservacionistas para os centros históricos que se tornaram receptáculos de turistas”. A questão da memória como recurso para acessar a cidade atual, por sua vez, será discutida em outra seção.

afirma Kevin Lynch (1988), que pode ser notada no decorrer do tempo.

Segundo Pechman (2002), para que exista a cidade, não basta nomear o aglomerado de pedras, é necessário dar-lhe enquadramento em uma teia discursiva na qual ela passe a ser reconhecida não somente em sua alma mineral, mas na fluidez de um discurso que a represente. Tornar a cidade uma cadeia discursiva, por conseguinte, é percebê-la através da passagem da condição de um simples cenário para a condição de palco da existência humana. Nesse palco, a forma física é insuflada por fluxos e refluxos discursivos, que fazem a pedra se constituir em uma estrutura física do convívio e do comportamento dos grupos sociais. É da interação do homem com o espaço físico em que habita que se constitui a matéria discursiva para nomeação de cidade, captada diante das suas múltiplas representações. A cidade, concebida diante de sua condição física e de objeto do discurso, converte-se em proposta, em tema, em problema, em constituição simbólica para uma representação que busca dar conta da experiência da vida social.

Os processos de metaforização são estratégias que buscam sustentar a leitura da cidade tal qual um texto cuja tessitura vai tornando-se cada vez mais volátil, rarefeita: o sentido da cidade como um lugar intimamente ligado aos obstáculos para dizer o que ela poderia significar. (GOMES, 1994, p. 78).

As inúmeras possibilidades de representação da cidade estão articuladas a diversos discursos significativos, desde os documentais (históricos, jornalísticos, midiáticos) até os artístico-fotográficos (literários e cinematográficos). Todas essas imagens são articuladas por estratégias de metaforização que projetam sentidos, os quais, por sua vez, possibilitam uma cadeia discursiva na leitura da cidade.

Os discursos buscam representar o universo citadino (imaginário social) e atribuem à cidade *status* de texto, dando-lhe sentido, memória, identidade – enfim, constituindo-se no corpo discursivo de sua existência a partir do “viver em cidades”. Precisamos de textos que nos enviem o que vemos, para que reconsideremos o visto como texto. Assim é a cidade e, para que possamos entendê-la, é preciso interpretar os diversos discursos que a constituem e a representam.

A cidade se forma e se transforma a cada instante. A cada leitura e a cada olhar uma nova cidade se configura diante de quem a vê, conforme perspectivas variadas de conhecimento e apreensão do visível. Assim, os objetos que conformam o cenário da zona urbana são expostos a análises, mas cada ângulo de visão, cada interpretação modificam esse espaço. Cada leitura, seja ela feita através do conhecimento

urbanístico, filosófico, histórico, literário, cinematográfico, seja ela feita através de um olhar subjetivo, traz consigo abordagens variadas na forma de ver e perceber a cidade, contribuindo para a melhor compreensão da paisagem urbana. Por isso é que é preciso pensar os desafios de ler e escrever uma cidade como Salvador, que traz no cerne de suas representações a imagem da diferença. Como se coloca a questão do convívio nessa cidade, onde a diferença parece apaziguar os conflitos internos da experiência urbana?

Nessa empreitada, tem importante papel a comparação entre imagens versando sobre Salvador narradas tanto pela literatura quanto pela mídia produzidas entre 2000 e 2015. Acessar essas produções, gestadas de múltiplos desejos de cidade, de diferentes ideários, que irão se manifestar em representações infundáveis, significa buscar dar conta das transformações e/ou recorrências de imagens que fazem do tempo e do espaço o modo de ser, ler e ver a cidade, enfim a possibilidade de reflexões que ajudam acessar a urbanidade.

## REFERÊNCIAS

### LIVROS

- AMADO, Jorge. **Bahia de Todos-os-Santos**: guia de ruas e mistérios. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.
- AMADO, Jorge. **Jubiabá**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- CUNHA, Eneida L. **Cenas e cenários da cidade negra**. 1999. Disponível em: <<https://goo.gl/7sm9Ec>>. Acesso em: 10 dez. 2015.
- CUNHA, Eneida L.; BACELAR, Jerferson; ALVES, Lizir A. Bahia: colonization and cultures. In: VALDEZ, M.; KADIR, D. **Bahia**: colonização e culturas. New York, USA: Oxford Univ. Pres, 2004. p. 551-565. (Volume 2).
- FILHO, João. **Dicionário amoroso de Salvador**. Anajé, BA: Casarão do Verbo, 2014.
- GOMES, Renato C. **Todas as cidades, a cidade**: literatura e experiência urbana. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- GOMES, Renato C. “Da metrópole à cibercidade: cultura e cosmopolitismo”. In: MARGATO, Isabel (Org.); GOMES, Renato Cordeiro (Org.). **Espécies de espaço**: territorialidades, literatura, mídia. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 179-196.
- GUATTARI, Félix. **Caosmose**: um novo paradigma estético. Tradução Ana Lúcia de Oliveira e Lucia Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34, 2000.
- JAQUES, Paola B. “Zonas de tensão: em busca de microrresistências urbanas”. In: BRITTO, Fabiana D.; JAQUES, Paola B. **Corpocidade**: debates, ações e articulações. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 108-119.
- LARIÚ, Nivaldo. **Dicionário de baianês**. Salvador: Editora do Autor, 1992.
- LINCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- PECHMAN, Robert M. **Cidades estreitamente vigiadas**: o detetive e o urbanista. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- REIS, João J. (Org.). **Escravidão e invenção da liberdade**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- RISÉRIO, Antonio. **Avant-garde na Bahia**. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1995.
- SARLO, Beatriz. **Cenas da vida pós-moderna**: intelectuais, arte e vídeo-cultura na Argentina. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1997.
- SILVA, Ana Célia da. “Cidade e patrimônio cultural-apresentação”. In: RUBIM, Antonio Albino C.; ROCHA, Renata. **Políticas culturais para as cidades**. Salvador: EDUFBA, 2010.

### BIBLIOGRAFIA DIGITAL

- BROWN, C. **Por causa de você**. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/AhMp9y>>. Acesso em: 22 mar. 2016.
- ELCOTOUR BRASIL. **Salvador é uma festa para os sentidos**: sinte essa cidade! 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/ATtcIU>>. Acesso em: 28 jan. 2016, p.
- FRANCISCO, L. Acarajé é tombado como patrimônio nacional. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1 dez. 2004. Cotidiano, p. 1. Disponível em: <<https://goo.gl/7TQo0p>>. Acesso em: 05 out. 2015.
- MERCURY, D. **Cidade da música**. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/AhMp9y>>. Acesso em: 22 out. 2016.
- SALVADOR DESTINATION. **Doc. Salvador destination**. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/ATtcIU>>. Acesso em: 28 jan. 2016, p.1
- Vídeo sobre Salvador é considerado racista por internautas. **A Tarde**, Salvador. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/Y5Z91n>>. Acesso em: 20 dez. 2015. ■

Miriam Medina-Velasco

# Participación y territorio

## el caso de las consultas populares en Colombia

### Resumo

*A partir do ano 2013, no contexto colombiano ganham visibilidade as Consultas Populares de carácter municipal relacionadas com as atividades de exploração do subsolo. A tendência geral tem sido de recusar tais atividades no âmbito de alguns municípios, mas, o que podem revelar estes resultados? Este artigo apresenta um estudo dos processos de decisão, evidenciando que os resultados das Consultas Populares estão vinculados com uma mobilização em torno da proteção do futuro do território, mais que com a defesa das condições de vida existentes no período de decisão. Nessa dinâmica, a Consulta Popular na Colômbia se revela como um mecanismo de participação que contribui para a ampliação do exercício da autonomia local na discussão e decisão sobre as implicações dos interesses explicitados pelos diversos atores em relação ao destino de um determinado território, questão importante de ser considerada no contexto da Colômbia para este período de pós-conflito iniciado no final do ano 2016.*

Consulta popular

Autonomia local

Participação

Exploração do subsolo

### Abstract

*Since 2013, in Colombia, the public municipal consultations related with the subsoil exploitation activities gained visibility. The general trend has been the refusal of the mining and energetic activities on those territorial entities, but, what can these results reveal? This paper presents a study on the decision processes, proving that the results of the public consultations are more linked to a mobilization related with the protection of the territory future, than with the defense of existent living standards on the period of the decision. Thus, the public consultations are shown to us as a mechanism that contributes with the enlargement of the local autonomy exercise, on the discussion and decision concerning the implications of the interests explained by the various actors about the territory destiny, important point to be considered in the context of Colombia in the Post-Conflict period initiated at the end of 2016.*

Public consultations

Local autonomy

Participation

Subsoil exploitation

## INTRODUCCIÓN

El mecanismo de Consulta Popular se está utilizando ampliamente en varios países de América Latina, como uno de los instrumentos de democracia participativa consagrados en las Reformas Constitucionales de finales del Siglo XX. Existe una tendencia a apelar a este mecanismo para dirimir una diversidad de asuntos, que van desde el trato de animales (ej. corridas de toros) hasta cuestiones de índole territorial. La consulta Popular, que es de interés multidisciplinar, puede ser abordada desde diversas perspectivas, como objeto de estudio jurídico, económico, ambiental, entre otras, será tratada aquí, desde la perspectiva socio-espacial, lo que implica una lectura de múltiples variables para entender, ¿cuál es su significado como dispositivo político territorial?

La intensificación de las consultas municipales se puede considerar como un fenómeno que explicita en algún grado el ejercicio de la autonomía local, la defensa de la justicia territorial y la conciencia ambiental, por tanto, el objetivo propuesto es analizar la Consulta Popular como dispositivo que se fortalece y fortalece los procesos de discusión y decisión local sobre las cuestiones territoriales, en el actual escenario colombiano.

Para tanto, luego de esta introducción se contextualiza la Consulta Popular como instrumento de participación, a continuación se identifican las principales características socio-espaciales e institucionales de los municipios donde han sido aprobadas las consultas y se analizan los datos divulgados por la entidad oficial responsable por su control. Los alcances, las repercusiones y el significado de las decisiones con relación a los resultados de estas consultas se discuten, a la luz del contexto de las unidades territoriales que han manifestado su rechazo a las actividades mineras y de los debates públicos generados a partir de 2013, caracterizando los argumentos y discusiones de los actores involucrados, para finalmente tejer algunas reflexiones como aporte a futuros estudios.

## PARTICIPACIÓN Y CONSULTA POPULAR

En diversos países está consagrada la participación de los ciudadanos en las decisiones públicas, con el apoyo de una variedad de mecanismos y con alcances diferenciados en la asimilación de las iniciativas ciudadanas (Cunill, 1991; Avritzer, 2016). A pesar de que tales mecanismos tienen algún grado de institucionalidad garantizada en la legislación, los procedimientos son objeto de críticas desde diversas perspec-

tivas académicas (Medina-Velasco, 2002; Llorens, 2013; Escobar, 2014; Chamorro, 2016; Avritzer, 2016) y de las organizaciones populares, confluendo en la necesidad de profundizar, ampliar, consolidar y cualificar los espacios donde los ciudadanos puedan expresar cada vez más y mejor sus intereses y demandas.

Así, considerando inclusive la importancia de los tradicionales espacios de democracia representativa, se evidencia una tendencia a reconocer la necesidad de conjugarlos y fortalecerlos con los mecanismos institucionalizados de la democracia directa o participativa, para ampliar la posibilidad de debatir, incidir y decidir sobre los asuntos públicos. En ese sentido, se entiende que al ampliar los espacios de interlocución entre los actores de la sociedad civil y del poder público, no solo se hace plural el debate público y se valoran las reglas de juego institucionales, sino que además, se le otorga protagonismo a los ciudadanos, publicidad a las disputas públicas y lo que es mejor, contribuye a cualificar los procedimientos democráticos (Bobbio, 1986). De hecho, se reconoce que en los países de América Latina, a partir de la definición de diversos dispositivos de participación, tales como, asambleas, audiencias, órganos colegiados (conferencias y consejos sectoriales), entre otros, se amplían los espacios de participación y también se modifican las normas y procedimientos específicos del alcance del ejercicio de la soberanía por parte de los poderes ejecutivo y legislativo, desdoblado la soberanía política de tales poderes (Avritzer, 2016). En el caso de Colombia, estos mecanismos fueron consagrados en la Constitución (1991) y, a partir de su aprobación, una serie de disposiciones legales han institucionalizado y depurado los procedimientos<sup>1</sup> hasta la expedición de una ley estatutaria en 2015, como se observa en el cuadro 1.

1 En ese proceso de depuración, donde se decanta una normatividad orientada a proteger y garantizar las modalidades del derecho a la participación, interesa ilustrar el caso de la revisión de los apoyos en la recolección de firmas, pues son ampliamente especificados por la Registraduría Nacional del Estado Civil (RNEC), órgano competente para la verificación de los requisitos y control de procedimientos relativos a las inscripciones, registros y certificaciones. Tal órgano, encargado de diseñar los formularios, necesarios para la recolección de firmas y de reembolsar los costos de correo, cuando se utiliza este servicio, así como, de revisar las cuentas presentadas por los voceros o promotores, para verificar los apoyos ciudadanos y la legalidad de los firmantes, examina la inserción de estos en el censo electoral, lo que implica la confrontación con las bases de datos de este órgano, contemplando la posibilidad de cotejarlos hasta con expertos grafólogos. Todo esto es parte de la legitimidad que se le está imprimiendo a los mecanismos de participación en Colombia.

**Cuadro 1:** Marco legal de los mecanismos de participación en Colombia

Disposición	Objeto	Orientación
Constitución Nacional 1991	Art. 2° - Finalidades del Estado Título IV, Cap. I - de las formas de participación democrática (arts. 103 a 106)	Facilitar la participación de todos en las decisiones que los afectan y en la vida económica, política, administrativa y cultural de la Nación; establece los mecanismos de participación y formas de consulta según competencias.
Ley 131/1994	Dispone sobre el voto pragmático del Plan de Gobierno	Bases para Revocatoria del Mandato.
Ley 134/1994	Reglamenta las etapas, trámites y requisitos de formas de participación	Contiene definiciones y formas de implementación de cada mecanismo.
Res. 5641/1996 RNEC	Sobre la técnica de muestreo para verificación de firmas	Especifica procedimientos de control por parte de la RNEC.
Dec. 895/2000	Define aspectos operativos de inscripción, registro y certificación	Descripción de los pasos y exigencias para la validez de las iniciativas ciudadanas.
Ley 741/2002	Reglamenta el voto pragmático	Establece requisitos específicos para la Revocatoria del mandato.
Res. 1056/2004 RNEC	Simplificación de trámites de verificación de firmas	Observación de correspondencia con cedula y que conste en el censo electoral.
Res. 023/2005 RNEC	Procedimientos para verificar firmas	Aplicación de apoyos de la Res. 1056/2004.
Ley 1475 de 2011	Ley estatutaria de los partidos	Reglas de partidos políticos y procesos electorales
Ley 1757/2015	Estatuto de la Participación	Promover, proteger y garantizar modalidades del derecho a participar en la vida política, administrativa, económica, social y cultural, y de control del poder político.

Organizado por la autora con base en la legislación referenciada por la Registraduría Nacional del Estado Civil (RNEC) y disponible en el portal de la Secretaría del Senado de la República de Colombia.

De forma general, los mecanismos de democracia directa o participativa, legitimados a lo largo de las últimas décadas, pueden evaluarse a la luz de la clásica escala propuesta por Arnstein (1969; apud Souza, 2002). Bajo esa óptica se entiende que tales mecanismos se configuran como espacios político-institucionales con algún grado de autonomía, inclusive financiera, a la vez que traen implícitos procedimientos que garantizan la disponibilidad de información transparente para cualificar la capacidad de decisión de los ciudadanos, así como, garantías del poder de decisión. Sin embargo, también se pueden anotar sus limitaciones que derivan, en esencia, de la propia madurez del sistema democrático, pues los arraigos clientelistas conllevan prácticas de cooptación y manipulación, que también, obstaculizan y deslegitiman la inserción de los propios mecanismos institucionales, a la vez que, perpetúan el distanciamiento entre la cosa pública y los ciudadanos. En el cuadro 2 se presentan los instrumentos de participación.

Como se observa en el cuadro 2, son seis los mecanismos de participación ciudadana reglamentados en Colombia, todos ellos, menos el plebiscito, con potencialidad de tener su iniciativa u origen en la formulación autónoma por parte de los propios ciu-

dadanos (los tres primeros son de plena iniciativa ciudadana), lo que también les otorga capacidad o virtud como instrumentos para fortalecer la descentralización político administrativa en el país.

En una perspectiva amplia, puede afirmarse que, varios mecanismos de participación tienen algún grado de asimilación y repercusión en la vida político-administrativa del país, justo en el periodo de diálogos y acuerdos de paz con los grupos armados, que por décadas han actuado en este país. Para los objetivos de este trabajo, interesa destacar la Consulta Popular en las esferas locales, como mecanismo que históricamente ha sido usado en escala nacional para la aprobación de reformas constitucionales (Polo, 2012) y también, como instrumento que, por su sencillez y valor democrático, facilita la selección de candidatos dentro de los partidos políticos (Blanquer, 1991), por lo que se institucionalizó dentro de los procedimientos de consulta interna de los partidos políticos, como se presentó en el cuadro 1.<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Según el art. 5° de la Ley 1475 de 2011, dentro de los partidos y movimientos políticos “las consultas pueden ser internas o populares. Se denominarán internas cuando en ellas sólo puedan participar los miembros de la organización política



Cuadro 2: Mecanismos de participación ciudadana establecidos en Colombia

Mecanismos	Definición Ley 134/ 1994	Origen / iniciativa Ley 1757/2015	Cantidad de apoyos - art. 9° y 22° Ley 1757/2015
Iniciativa popular legislativa o normativa	Grupo de ciudadanos presentan Proyecto de Acto legislativo ante las Corporaciones correspondientes	Popular	Igual o superior al 5% (nacional) 10% (territorial) del Censo Electoral
Cabildo abierto	Reunión pública de los concejos distritales, municipales o de las juntas administradoras locales, en la cual los habitantes pueden participar directamente con el fin de discutir asuntos de interés para la comunidad	Popular	No inferior al 5 por mil de los ciudadanos del Censo Electoral
Revocatoria del mandato	Derecho político por medio del cual los ciudadanos dan por terminado el mandato que le han conferido a un gobernador o a un alcalde	Popular	No menos del 30% de los votos del elegido
Plebiscito	Pronunciamiento del pueblo convocado por el Presidente de la República, mediante el cual apoya o rechaza una determinada decisión del Ejecutivo	Autoridad pública	-
Referendo	Convocatoria que se hace al pueblo para que apruebe o rechace un proyecto de norma jurídica o derogue o no una norma ya vigente.	Popular o Autoridad pública	Igual o superior al 10% del Censo Electoral
Consulta Popular	Con base en una pregunta de carácter general sobre un asunto de trascendencia del nivel territorial correspondiente, es sometido según el caso, a consideración del pueblo para que éste se pronuncie formalmente al respecto	Popular o Autoridad pública	No menor del 10% del Censo Electoral territorial

Organizado por la autora con base en las disposiciones legales.

En el ámbito de las decisiones territoriales la Consulta Popular tiene importantes precedentes en el país puesto que, a partir de este dispositivo, se han manifestado los ciudadanos para la estructuración de áreas Metropolitanas, la delimitación geográfica, el establecimiento del día sin carro, la adquisición de terrenos para equipamientos públicos (ej. relleños sanitarios), entre otros asuntos, identificados a partir de 1998.<sup>3</sup> En esa dinámica, la Consulta Popular aparece como un instrumento que formaliza e intensifica la movilización de la comunidad local, en torno a una decisión y, lo que es más destacable, fortalece la capacidad de ejercer el control social sobre los resultados, vinculados con la obligatoriedad de acatamiento por parte de la autoridad político-

-administrativa del respectivo territorio.<sup>4</sup>

Así, la Consulta Popular tiene importantes contribuciones pero también evidentes limitaciones, debido a que, se le ve como un mecanismo esporádico y localizado en el tiempo, con poco (o ningún) carácter de espacio de deliberación formal (Souza, 2002), dado que su propósito es obtener un concepto favorable o desfavorable, a una pregunta formulada sintéticamente para generar respuestas de sí o no. Pese a ello, cabe observar que los méritos como mecanismo descentralizado de participación, en el caso colombiano, derivan especialmente del poder decisorio otorgado por su institucionalidad y, también, porque involucra el ciudadano común en los asuntos de interés público, otorgándole estatus de legalidad a la decisión ganadora. Por esto también, a pesar de reconocer sus limitaciones, se puede asimilar un mecanismo con potencialidad para intervenir de forma

que se encuentren en el registro de afiliados. Se denominarán populares cuando puedan hacerlo todos los ciudadanos inscritos en el censo electoral”, las dos son intermediadas procedimental y financieramente por el órgano electoral colombiano: la Registraduría Nacional del Estado Civil (RNEC).

<sup>3</sup> Según consta en la página web de la RNEC (2017), en Colombia se han realizado, 5 Consultas Populares, relativas a Áreas Metropolitanas y 27 sobre asuntos diversos, hasta 2011, sin contabilizar las consultas relacionadas con uso del subsuelo.

<sup>4</sup> En Colombia hay una tendencia a asociar el vocablo territorio a la delimitación municipal. Por cuestiones de espacio y foco, no se amplía esta discusión, pero interesa aclarar que territorio explicita relaciones de poder que se pueden configurar en diversas escalas espaciales y temporales, a partir de múltiples variables y variados agentes, como divulgado en varios trabajos de Souza (2002).

más democrática en la cuestión territorial, como es el caso de los municipios (con recursos en su subsuelo) objeto de este análisis.

## LOS MUNICIPIOS DE LA CONSULTA Y SUS VOCACIONES

Para la caracterización de los municipios estudiados, se asignó numeración y su localización aproximada se presenta en la Figura (al lado). Los tres primeros, Piedras (Tolima), Cajamarca (Tolima) y Cabrera (Cundinamarca) localizados en las montañas de la Región Andina, rechazaron la exploración minera e hidroeléctrica mientras, los otros dos, Tauramena (Casanare) y Cumaral (Meta), localizados en las planicies de la Región de los Llanos Orientales, se opusieron a la continuidad de la producción de hidrocarburos.<sup>5</sup>



**Figura:** Localización aproximada de los municipios en relación a Bogotá (punto central en rojo).

Si bien hay más de cuarenta y cuatro (44) municipios que se han movilizado por la realización de Consultas Populares,<sup>6</sup> hasta junio de 2017, los cinco (5)

<sup>5</sup> A cargo de la multinacional Anglo Gold Ashanti (1 y 2), Hidroeléctrica Emgesa (3) y de Ecopetrol (4 y 5).

<sup>6</sup> Hay otros municipios donde se intentó realizar la Consulta Popular y por diversos motivos fue suspendida (según informaciones de la RNEC) entre ellos, Monterrey (Casanare). En otros municipios no llegó a programarse: Espinal (Tolima); Pueblo Rico (Antioquia); Cabrera (Cundinamarca). En Paujil (Caquetá) y Marmato (Caldas). Mientras, hay otros con fecha

que más se han destacado por la efectiva implementación de tales consultas, están relativamente cerca de Bogotá, tienen una trayectoria histórica y cultural que se remonta a las ocupaciones precolombinas, y también han sido afectados, directa e indirectamente, por los continuos periodos de violencia por los que ha atravesado el país. Siendo así, es importante registrar que tales unidades territoriales tienen tradición de exploración de su subsuelo, en algunos casos desde décadas atrás, antes de las consultas.

Como se puede observar en la tabla, estos municipios tienen importante extensión territorial (especialmente el municipio 3), localizado en los Llanos Orientales, región de reciente atracción poblacional, motivada justamente, por la dinámica petrolera impulsada en esa área a partir de la década de 1990.

Es importante destacar que son municipios con menos de 25.000 habitantes y baja densidad poblacional (si comparada con la media nacional que oscila en 40 hab./Km<sup>2</sup>), clasificados de la cuarta a la sexta categoría según disposición legal.<sup>7</sup> Los municipios 1 y 3, de menor tamaño poblacional, son también los que tienen menor grado de urbanización, mientras que el 2 y 4 presentan un relativo equilibrio entre población rural y urbana, y el cuarto podría considerarse el más urbano. Cabe registrar, que son asentamientos donde se manifiestan dificultades en las condiciones de vida, en relación a empleo, satisfacción de las necesidades básicas y pobreza multidimensional, al igual que en la tasa de mortalidad infantil (solo el primero está por debajo de la media del país que es de 15/1000), y apenas dos de los municipios tienen el grado analfabetismo en un dígito.

Con relación a la prestación de servicios básicos, a pesar de que estos municipios presentan buena cobertura de energía, en el caso de acueducto los datos revelan un nivel de precariedad en relación a la media nacional, que está por encima del 92%, situación crítica para el caso del municipio 3, donde justamente quería implantarse el proyecto hidroeléctrico. La misma situación se observa en los datos de cobertura de gas natural y de acceso a internet en 2016 que todavía era muy incipiente para todos ellos.

definida para su realización, Pijao (Quindío) y Arbelaez (Cundinamarca) para el 9-07 y Pasca (Cundinamarca) para el 6-08 del 2017. Según información divulgada hasta junio de 2017.

<sup>7</sup> Con la finalidad de orientar el gasto público, en Colombia, la Ley 617 de 2000 establece las categorías de los municipios considerando población e ingresos corrientes de libre destinación. Se define una categoría especial: con más de 500.001 habs. y seis categorías más en orden decreciente. En términos de habitantes la 6ª categoría tiene población hasta 10 mil habs., la 5ª de más de 10 mil a 20 mil y la 4ª de más de 20 mil a 30 mil habitantes.

Datos escogidos	M. 1	M. 2	M. 3	M. 4	M. 5
Población 2017 (n. total de habitantes estimado)	5.662	19.626	4.456	23.387	18.270
Área territorial en Km <sup>2</sup>	361	520	449	2.391	580
Densidad poblacional (hab./km <sup>2</sup> )	15,57	37,80	10,02	9,23	31,07
Tasa de urbanización (%)	31,8	51,1	23,6	57,7	68,3
Tasa de población inactiva (%)	80,7	67,3	66,6	58,7	70,6
Índice de Necesidades Básicas Insatisfechas- NBI - 2005	33,7	28,3	37,4	33,7	23,3
Índice de Pobreza Multidimensional - IPM - 2005	64,9	51,1	48,3	64,9	48,3
Tasa de mortalidad infantil (por mil vivos) 2014	15,0	17,5	15,1	27,1	20,8
Tasa de analfabetismo mayores a 15 años - 2005 (%)	15,3	13,1	10,6	7,7	8,2
Cobertura de acueducto 2005 (%)	90,2	68,4	34,2	82,6	79,6
Cobertura de energía - 2015 (%)	94,6	94,4	97,8	95,1	99,7
Cobertura de gas natural - 2016 (%)	92,2	81,5	78,1	91,8	82,8
Cobertura internet - 2016 (%)	3,9	2,3	2,2	4,5	4,5
Clasif. en dinámica urbana - 2014	0,05	0,07	0,05	0,12	0,09
Clasif. en capacidad económica - 2014	0,58	0,50	0,24	0,81	0,65
Clasif. Calidad de vida - 2014	0,58	0,53	0,57	0,62	0,68
Clasif. en afinidad de temas ambientales - 2014	0,29	0,78	0,76	0,39	0,45
Clasif. en seguridad - 2014	0,61	0,19	0,86	0,40	0,58
Clasif. Desempeño Institucional - 2014	0,50	0,76	0,56	0,60	0,60
Índice de Desarrollo Territorial - 2015	68,4	69,9	71,6	83,8	83,8
Área sembrada en cultivos transitorios y permanentes - %	26,7	23,5	6,9	2,6	11,1
Área sembrada en pastos - %	62,0	43,1	43,9	79,5	80,7

Organizado por la autora con base en las informaciones disponibles en: <https://ddtspr.dnp.gov.co/fit/#/fichas> (DNP, 2017).

Nota: Se optó por trabajar con informaciones divulgadas apenas por el Departamento Nacional de Planeación - DNP, por cuanto esta entidad sintetiza y actualiza permanentemente, con el mismo criterio, los datos para todas las instancias territoriales, producidas por las otras entidades que cuidan de la información pública en el país.

**Tabla:**  
Caracterización de los Municipios de la consulta.

De igual forma, se puede observar en los datos presentados en la tabla, la clasificación o nota de los municipios, considerando las dimensiones urbana, económica, de calidad de vida, ambiental, de seguridad e institucional.<sup>8</sup> Confirmando su carácter de pequeños asentamientos con actividades rurales, los cinco municipios presentan una baja clasificación en la dimensión urbana, en cuanto que la calidad de vida y la dinámica económica los coloca más o menos en la media nacional, exceptuando el caso del 3, con capacidad económica bien inferior, en contraste

con el mejor desempeño del 4. Es variada la clasificación en la afinidad, de estas unidades territoriales, en relación con los temas ambientales, donde el municipio 1 y 3 (con menor grado de urbanización y menor dinámica urbana) tienen bajo desempeño y el 2, el más alto, justo el que tiene mejor clasificación institucional y donde ha tenido más visibilidad el momento de la consulta, pero que a la vez presenta un lugar más bajo en materia de seguridad.

La evaluación de los cinco municipios en relación al Índice de Desarrollo Territorial<sup>9</sup> expresa el hecho de que a pesar de su porte y categoría, son muni-

<sup>8</sup> La clasificación o nota es parte del contenido de las "Fichas de Caracterización Territorial", divulgadas por el DNP y va de 0 a 1, donde 0 (cero) expresa que el municipio tiene mayores limitaciones y 1 (uno) significa que tiene las mejores condiciones en la respectiva dimensión. Consultado en: <<https://ddtspr.dnp.gov.co/fit/#/fichas>>.

<sup>9</sup> El índice de desarrollo territorial tiene carácter político-administrativo y es calculado por el DNP integrando los datos del desempeño del municipio considerando cinco componentes a saber: eficacia, eficiencia, requisitos legales y gestión administrativa.

cipios con cierto grado de estructuración político administrativa, destacándose para los municipios 4 y 5, localizados en áreas petroleras, que revelan mejor desempeño en este indicador.

Para un mejor entendimiento de la realidad socio-espacial de estos entes territoriales se presentan datos sobre el área plantada, donde la proporción del área dedicada a pastos, en los cinco municipios, sobrepasa bastante la destinada a los cultivos; inclusive en el caso del municipio 2, (considerado la despensa agrícola del país) su área de pastos casi duplica la de cultivos, lo que evidencia un fenómeno común a varios países: dominio del sector pecuario sobre el agrícola, con todas las implicaciones que esto revela, en la generación de empleo agrícola, en la cuestión ambiental y en la seguridad alimentaria.

Entonces, considerando las informaciones presentadas en la tabla, se puede entender que los cinco municipios, tienen un perfil común a cualquier otro de los pequeños asentamientos colombianos, marcado por las dificultades en sus condiciones de vida, especialmente en relación al alto volumen de personas inactivas, cuestión derivada también de la expansión de las zonas ganaderas. No obstante, como se presenta en la siguiente sección, éstas no se dejaron atraer por los discursos de ‘generación de empleo’ para decirle ‘sí’ a las actividades propuestas.

De igual forma, en esos municipios no se encontraron datos que revelen el grado de intensidad del asociativismo socio-ambiental,<sup>10</sup> pero se pudo verificar que, la incipiente y dispersa capacidad organizativa en torno a cuestiones públicas, gira alrededor de los intereses de producción agropecuaria (caso concreto del municipio 4). Cabe también resaltar que, a pesar de ser instituidos y reglamentados por ley, los Consejos Territoriales de Planeación (CTP),<sup>11</sup> en el ámbito municipal, han sido poco implementados,

10 Esta observación no es concluyente puesto que las informaciones fueron verificadas en cada una de las páginas web oficiales de los respectivos municipios y a pesar de que éstas tienen un padrón nacional, no siempre están alimentadas y/o actualizadas. Las dificultades para identificar el tejido de organizaciones socio-ambientales en cada territorio, como propuesto inicialmente, tiene relación con la práctica de ‘auto preservación’ delante del cuadro de atentados a líderes populares.

11 Tales Consejos establecidos en la Constitución Nacional (art. 340) fueron reglamentados por las Leyes 152/1994 y 388/1997 son órganos colegiados con función consultiva de carácter permanente, instancia de participación y promoción del control social a la gestión pública en diversas escalas político-administrativas (municipal, distrital y departamental), con actuación principal en la formulación y evaluación de los Planes de Desarrollo para periodo administrativo, pero apenas con un papel muy puntual en relación a los Planes de Ordenamiento Territorial.

no solo en los municipios estudiados, sino en general en el contexto colombiano, además que tienen poca visibilidad y no han ganado plena institucionalidad como espacio de deliberación con regularidad en su funcionamiento.

## RESULTADOS DE LAS CONSULTAS POPULARES

En Colombia la actividad minera se ha incrementado en las últimas décadas, en consonancia con una estrategia de atracción de inversiones extranjeras (impulsada por el gobierno central), amparada en el entendimiento de que el ordenamiento del subsuelo es responsabilidad de la esfera nacional,<sup>12</sup> sin considerar otros dispositivos legales, tales como el que establece que el uso del suelo y ordenamiento territorial es de la órbita municipal, lo que a simple vista se evidencia como un cuadro de conflicto de competencias. Por esa y otras circunstancias, crecieron las voces de indignación de los movimientos ambientalistas, académicos y políticos, así también, se exteriorizaron los argumentos de asociaciones empresariales y de los órganos del gobierno, lo que intensificó los debates en la escala nacional, regional y municipal.

Así, la Consulta Popular aparece como un mecanismo necesario para discernir la explotación del subsuelo. Su realización comienza en el año 2013 y con ello se establece un ambiente de “incertidumbre jurídica”, relacionado con su validez para definir el conflicto entre el poder del ente central sobre el subsuelo y del ente municipal sobre el uso del suelo. En ese escenario, el pronunciamiento de la Corte Constitucional (en 2016) es favorable a la realización de las consultas y al poder de decisión local, lo que revela dos cuestiones importantes de subrayar para el objetivo de este estudio.

En primer lugar, la sentencia es fruto de un proceso legal instaurado contra la extracción de recursos no renovables, movido por una ciudadana de uno de los municipios afectados y se puede asimilar como un ejercicio de hermenéutica constitucional por parte del ciudadano común, cuando vulnerados sus derechos:

12 No cabe en este estudio entrar en los detalles cuantitativos de los títulos y de la producción del sector minero; apenas como ilustración se registra, por un lado, que el gobierno de Álvaro Uribe entregó en concesiones mineras entre 2004 y 2008 el equivalente al 10% del territorio colombiano (Vélez, 2010 apud Garcés; Rapalino 2015); por otro lado, vale subrayar que en la serie de datos sobre producción de oro, registrados a partir de 2001 por la Agencia Nacional Minera, la curva es creciente a partir de 2007 y el pico se presenta en 2011 (ACM, 2017).

**Cuadro 3:** Sinopsis de las Consultas Populares realizadas en Colombia (2013-2017)

Datos seleccionados	Munic. 1	Munic. 2	Munic 3	Munic. 4	Munic. 5
Fecha de realización	28/07/13	26/03/2017	23/02/2017	15/12/13	04/06/2017
Ciudadanos habilitados	5105	16312	3461	13372	15.782
Participación mínima según ley	1702	5438	1154	4457	5261
Foco de la actividad	Aurífera	Aurífera	Minera e Hidroeléctrica	Hidrocarburos	Hidrocarburos
Total votos de la consulta	3007	6296	1506	4598	7703
Votos a favor de la actividad (Sí)	24	76	23	151	183
Votos de rechazo a la activ. (No)	2971	6175	1465	4426	7475
<b>Tasa de rechazo a la actividad</b>	<b>98,8%</b>	<b>97,92%</b>	<b>98,80%</b>	<b>96,2%</b>	<b>97,04%</b>

Organizado por la autora con base en los datos de la RNEC (2017).

M.	Pregunta
1	<i>¿Está de acuerdo, como habitante del municipio [nombre], que se realice en nuestra jurisdicción actividades de exploración, explotación, tratamiento, transformación, transporte, lavado de materiales, provenientes de las actividades de explotación minera aurífera a gran escala, almacenamiento y el empleo de materiales nocivos para la salud y el medio ambiente, de manera específica el cianuro y/o cualquier otra sustancia o material peligroso asociado a dichas actividades y se utilicen las aguas superficiales y subterráneas de nuestro municipio e dichos desarrollos o en cualquier otro de naturaleza similar que pueda afectar y/o limitar el abastecimiento de agua potable para el consumo humano, la vocación productiva tradicional y agrícola de nuestro municipio?</i>
2	<i>¿Está usted de acuerdo SI o NO que en el municipio [nombre] se ejecuten proyectos y actividades mineras?</i>
3	<i>“¿Está usted de acuerdo SI o NO, que en el municipio [nombre], como zona de Reserva Campesina se ejecuten proyectos mineros y/o hidroeléctricos que transformen o afecten el uso del suelo el agua y la vocación agropecuaria?”</i>
4	<i>“Está usted de acuerdo con que se ejecuten actividades de exploración sísmica, perforación exploratoria, producción y transporte de hidrocarburos, en las veredas [nombres], donde se ubica la zona de recarga hídrica del municipio?”</i>
5	<i>¿Está usted de acuerdo ciudadano cumaraleño que dentro de la jurisdicción del municipio [nombre] se ejecuten actividades de exploración sísmica, perforación exploratoria y producción de hidrocarburos? Si... No...?</i>

**Cuadro 4:** Preguntas realizadas en las Consultas Populares

Organizado por la autora con base en las informaciones disponibles en RNEC (2017).

el acceso a la justicia y a la participación ciudadana (Haberle, 2002). En segundo lugar, la posición de la Corte, favorable a las consultas y a la obligatoriedad de atender sus resultados, determinado que: “los entes territoriales poseen la competencia para regular el uso del suelo y garantizar la protección del medio ambiente, incluso si al ejercer dicha prerrogativa terminan prohibiendo la actividad minera.”<sup>13</sup> Estos dos

13 La sentencia (T-445/2016) de la Corte Constitucional, además insta a diversos órganos del gobierno central a que “conformen una mesa de trabajo interinstitucional, a la cual podrán vincular más entidades y miembros de la sociedad civil, con el objeto de construir una investigación científica y sociológica en el cual se identifiquen y se precisen las conclusiones gubernamentales respecto a los impactos de la actividad minera en los ecosistemas del territorio Colombiano” (Corte, 2017).

hechos fortalecieron los procesos de consultas, legitimando su promoción en los otros municipios estudiados. Para un mejor entendimiento de este proceso de implementación de consultas en el escenario colombiano, se presentan algunos datos en el cuadro 3.

Queda evidente que, en los municipios donde se han realizado Consultas Populares sobre asuntos de explotación del subsuelo y uso hídrico, la participación ha superado el número de votos establecido por ley (un tercio de los votos habilitados) y, en todos ellos, ganó sustancialmente el ‘no’, o sea, el rechazo a las actividades pretendidas de acuerdo a las preguntas presentadas en el cuadro 4.

En relación a los argumentos<sup>14</sup> presentados en los

14 Expresados a través de medios de comunicación (de amplia difusión nacional) consultados, entre ellos: El Tiempo, El



debates por los diversos grupos de interés, se pueden identificar tres tendencias: una primera que representa por los gremios empresariales, defiende la continuidad de la actividad minera, como estratégica para la economía nacional, y, por lo tanto, considera la necesidad de frenar el poder de las consultas y hasta su revocamiento; una segunda de postura mediadora ejercida por algunas instancias de gobierno y asociaciones de clase, atribuye los resultados de las consultas, a problemas en las técnicas de extracción y/o al tipo de concesión otorgada por el gobierno central y, la última tendencia, hace una crítica radical a las actividades de extracción con impacto en el subsuelo. Esta última sintetiza la posición de académicos y ambientalistas.

Teniendo en cuenta lo anterior, los inconformes con los resultados de las consultas, (la primera tendencia), argumentan que las decisiones de éstas tendrán repercusiones en la credibilidad del país ante las potenciales inversiones de empresas extranjeras, en la posición competitiva del país, así como, los impactos en la dinámica económica y en las tasas de desempleo de los respectivos municipios, llegando a augurar la ocupación de las áreas mineras por la explotación ilegal,<sup>15</sup> pero, su preocupación principal es la rentabilidad del sector minero, en otras palabras, los obstáculos a la reproducción del capital.

La tendencia mediadora entiende que la movilización y el resultado de las consultas, sería un rechazo a la forma como, sin medir sus diversos efectos, se implementan grandes proyectos mineros, por tanto, priorizan como solución la reformulación o ajustes institucionales en la negociación y control de las actividades de exploración. En este caso, los actores que defienden las actividades mineras parecen articular una búsqueda de alternativas que, de un lado, permitan una concertación entre el papel de la nación como administrador del subsuelo y el papel de la administración municipal como ordenador del uso del suelo; y por otro, tal vez con menos visibilidad, decanten modelos de explotación de bajo impacto socio-ambiental (ACM, 2017); esta postura constituye ya un avance derivado de las Consultas Populares.

Mientras, la tercera tendencia alerta sobre los

---

Espectador, El Colombiano, La República, Caracol, Revista Semana, La Nación. Se entiende que estos medios tienen una postura sobre las consultas, cuyo análisis merece espacio y profundidad en abordaje específico.

15 Sería el caso del Municipio 2 (Cajamarca, Tolima), puesto que la multinacional abandonó los terrenos, en el momento en que se paralizaron las actividades y cuando ya se habían divulgado los datos de la voluminosa reserva de oro existente en su subsuelo.

peligros derivados del impacto de la explotación de los subsuelos, pues implica la degradación del entorno con depósitos de residuos, muchas veces de alta peligrosidad, así también, alerta sobre el desplazamiento de las actividades agrícolas tradicionales que garantizan la seguridad alimentaria, sustentan que, por mínima y cuidadosa que sea la actividad minera, ésta tiene consecuencias en la modificación de los ecosistemas originales. Bajo este argumento, cuando un pueblo decide mantener sus recursos en el subsuelo también se estaría negando a subsidiar el nivel de consumo (a veces suntuario) de aquellos que podrían pagar por su uso (Harvey, 2014), a costas de su patrimonio natural.

En ese orden de ideas, vale la pena registrar que, según un amplio estudio promovido por la Contraloría General de la República (2013), la minería tiene características particulares por la configuración de los emprendimientos, que es generalmente, de grandes capitales internacionales, bajo concesiones de gobiernos nacionales con algún tipo de beneficio fiscal, régimen cambiario privilegiado (no obliga a nacionalizar recursos) y flexibilización de la normatividad ambiental. De igual forma, el estudio muestra que los municipios eminentemente mineros tienden a ser parte del grupo de municipios con indicadores más desfavorables en el país.

El mismo estudio apunta que el empleo legal generado es menor que el impulsado por las actividades agrícolas y que el modelo minero, neo-extrativista, (denominado así por los autores) tiene impactos irreversibles, mantiene procedimientos operativos de altos riesgos (marcados por la imprevisibilidad), aumenta las desigualdades socio-ambientales y no contribuye a la disminución de la pobreza.<sup>16</sup> El estudio alerta sobre una grave evidencia: las regiones donde se identifican potencialidades mineras coinciden con las de escasa presencia del Estado y revelan graves condiciones de conflictividad y de violencia. Además, destaca que, solo un Estado con instituciones fuertes, tendrá capacidad de actuar en la compleja realidad de

---

16 Vale la pena registrar que el director de la investigación y experto en el asunto, el economista Jorge Luis Garay, participó de debates y conferencias en las etapas pre-consultas, donde expuso estos argumentos, revelando que en el contexto de América Latina, Colombia se destaca por favorecer el modelo neo-extrativista; puesto que esta industria no genera cadena de valor, ya que el 95% de la producción se exporta sin ninguna transformación y aporta apenas 0,6% al PIB nacional. También, en la visión de este investigador, la minería genera un híbrido de formatos que conviven con la explotación legal: la empresarial, la criminal, la informal con naturaleza diferente, que evidencian conflictos que pueden permanecer, inclusive después de los acuerdos de paz.

las actividades de explotación minera, no solo para evitar los daños a los ecosistemas y sus recursos no renovables, sino para promover justicia territorial. Por esta y otras razones se demanda el fortalecimiento de la función de control del Estado colombiano ampliándose efectivamente, incluso de lo meramente fiscal, a todo lo concerniente al patrimonio natural. Para esto también es necesario contar con el control social ejercido por una ciudadanía realmente informada, consciente, activa y participante. Las consultas parecen revelar indicios de esperanza en ese camino.

De hecho, visibilizar argumentos técnicos y políticos, como los registrados, también constituyen un aporte significativo de los propios procesos de estas Consultas. A pesar de que colocan en foco la actividad minera, sus contenidos tienen repercusión en discusiones más amplias relacionadas con los modelos energéticos y patrones de consumo.

En esta dinámica, también se denotan avances al reconocer que las alteraciones medioambientales son fruto de la producción y reproducción del capital, donde tales alteraciones reconfiguran nuevas acciones para generar capital, en otras palabras, también los asuntos medioambientales se perfilan atractivos para la generación de capital (Harvey, 2014). Lo paradójico es que en la estrecha y habitual perspectiva de corto plazo de los agentes que promueven el lucro y la centralización del poder en Colombia, tales oportunidades de negocio y gestión, no son asimiladas de forma práctica, quedando apenas en la retórica etérea de los discursos de empresarios y dirigentes políticos (ACM, 2017).

Con base en lo expuesto y a partir de los procesos estudiados, se entiende que los resultados de la Consulta Popular fueron derivados de algún grado de conciencia ciudadana sobre el futuro de su entorno, nutrida por la exposición de argumentos e intereses de los actores involucrados, donde directa o indirectamente, fueron alertados por académicos y ambientalistas sobre las repercusiones, coadyuvando el hecho de ser municipios con algún nivel de fortalecimiento institucional y presencia del Estado (inclusive por la cercanía geográfica con la capital del país). Por esto, los resultados revelan no solo una decisión ciudadana, sino también, el empoderamiento de los entes locales para definir el uso del suelo y, al hacerlo, a través de los mecanismos de participación, sus habitantes ejercen el deber y el derecho de mejorar sus condiciones de vida, de preservar y defender su entorno ecológico y la tierra como un bien colectivo, en últimas, de luchar por dignidad y justicia territorial.

## REFLEXIONES

La Consulta Popular se eleva como un importante mecanismo de carácter local y de control social sobre el desarrollo del territorio, especialmente en lo relativo al uso del suelo. Tal mecanismo es posible de ser implementado, para la definición de pertenencia territorial y la reconfiguración de asociaciones territoriales, así como para la localización de equipamientos urbanos. Este instrumento tendría también potencialidades para definir perímetro urbano, áreas de expansión o proyectos de impacto especial, entre otros componentes establecidos en los Planes de Ordenamiento Territorial o Planes Directores (en Brasil), impregnando de atributos democráticos, transparentes y participativos a los procesos de decisión sobre el futuro de la ciudad.

De forma general, el proceso de legitimación e institucionalización de las Consultas Populares en Colombia se revela como resultado de la interacción y disputa entre actores portadores de intereses en diversas escalas; para el caso, el interés local de preservación ambiental, prevaleció sobre el interés economicista de la escala nacional, así como también, la movilización derivada de las primeras consultas y de las acciones ciudadanas posibilitaron la depuración de las normas, a partir de la acción ciudadana. No obstante, todavía pueden ser mejor apropiadas y reivindicadas, de forma oportuna, por el ciudadano común, consciente de que el conflicto y la disputa, también (re)estructuran los mecanismos de participación y fortalecen el sistema democrático.

En particular, las experiencias de consultas y sus resultados en los municipios estudiados, constatan que los espacios de participación son fortalecidos en las escalas locales (micro), donde los asuntos públicos y sus efectos están más próximos al ciudadano, por ser el lugar donde se propicia una actuación más comprometida con las consecuencias socio-espaciales de las decisiones. En otras palabras, el caso de las consultas estudiadas tienen un significado con relación a la visibilidad que gana la escala local como lugar (o locus privilegiado) del ejercicio cívico, de la solidaridad y la confianza de las redes de vecindad, por eso mismo, la consulta como manifestación de decisión individual consigue repercutir como espacio de movilización colectiva y explicitación de contradicciones y conflictos en estas escalas territoriales.

En relación con el pronunciamiento de la Corte Constitucional, interesa resaltar de forma especial la connotación que tiene, tanto el periodo de confrontación de argumentos entre diversos actores en un

importante ejercicio de interpretación republicana de la regla, cuanto el propio contenido de la sentencia, considerada una victoria por los movimientos ambientalistas, al confirmar el derecho de las comunidades a vetar las actividades de neo-extracción en sus territorios municipales, es decir, un veredicto que otorga poder y autonomía a las comunidades locales delante de las nuevas tendencias de penetración de los capitales internacionales.

Todo esto, sin olvidar que la Consulta Popular trae avances pero también riesgos y limitaciones. Específicamente en el caso estudiado, es válido registrar las inquietudes con relación a la posibilidad de surgir coyunturas favorables a la exploración del subsuelo, sea en éstos, o en los otros municipios donde todavía no se ha realizado la consulta. Esto plantea que la autonomía otorgada a las comunidades locales, esta vez, con resultados en pro de la defensa de su entorno, también podría ser mecanismo pasible de servir a otros intereses. Esta cuestión, más que una incertidumbre, reflejo de la criticada fragmentación del poder, por parte de las visiones centralizadoras, debe asimilarse como expresión de la lógica y esencia de los mecanismos de participación de escala local; cuyo papel camina al lado de una ciudadanía consciente y fortalecida a través de procesos democráticos y estos, a la vez, con el ejercicio de la ciudadanía.

De hecho, la Consulta Popular, por sí sola, no es expresión acabada de democracia participativa. Esta debe complementarse con otros mecanismos, en especial con espacios ampliados de deliberación que tengan algún nivel de periodicidad. Bajo esa perspectiva es que se entiende la potencialidad de los mecanismos de participación popular institucionalizados, considerando siempre que éstos no pueden substituir otros espacios o monopolizar la acción de los ciudadanos en la vida pública, pero si complementar o derivarse de otros ambientes de dialogo y control ejercido por la sociedad organizada en torno a las políticas y programas públicos.

Finalmente, sobre el proceso de consultas estudiado, todavía en construcción, cabe resaltar, por un lado, la necesidad de considerar procedimientos que valoren los recursos e innovaciones de las tecnologías de la información en la reducción de costos y tiempo de los procesos de votación, a la vez que se favorece el accountability (como rendición de cuentas públicas), un reto que puede ser asumido como ejercicio de programas académicos del área; mientras por otro lado, hay necesidad de continuar el acompañamiento de su dinámica desde la perspectiva académica y ciudadana, principalmente para analizar las potencialidades y repercusiones a medio y largo plazo de estas consultas en los destinos y horizontes del territorio y

en las condiciones de vida de sus ciudadanos.

*Agradecimientos especiales a Gonzalo Eduardo Jiménez Bermúdez por la revisión de la versión final, no obstante, como autora soy la única responsable por su contenido.*

## REFERENCIAS<sup>17</sup>

- ACM - Asociación Colombiana de Minería. **Congreso Nacional de Minería: Futuro de la industria en el territorio.** Cartagena 2017. Disponible en: < <http://www.acmineria.com.co>>. Acceso en 3 de junio de 2017.
- AVRITZER, Leonardo. Democracia na América Latina: da inovação institucional ao velho problema do equilíbrio entre os poderes. **Revista USP**, 2016, no 109, p. 75-86.
- BLANQUER, Jean-Michel. La consulta popular en Colombia, ejemplo de una adaptación política e institucional. **Bulletin de l'Institut Francais d'Etudes Andines**, Institut Francais d'Etudes Andines (IFEA), 20 (1), pp.221-235, 1991.
- BOBBIO, Norberto. **El futuro de la democracia.** México: Fondo de Cultura Económica, 1986.
- CONTROLARÍA General de la República. **Minería en Colombia.** Bogotá, 2013.
- CORTE Constitucional de Colombia. **Sentencia T-445/16.** Disponible en: <<http://www.corte-constitucional.gov.co>>. Acceso en 13 de junio de 2017.
- CUNILL, Nuria, **Participación ciudadana, dilemas y perspectivas para la democratización de los Estados latinoamericanos.** Caracas: CLAD, 1991.
- CHAMORRO Roserro, M. Participación ciudadana en América del Sur: institucionalidad y acciones ciudadanas tras la dictadura en Argentina y Brasil. **Revista CES Derecho**, 7(1), 27-38. 2016.
- ESCOBAR, Aubert Luis. La consulta popular en México. **Revista de la Facultad de Derecho de México**, vol. 64, no 262, 2014. p. 185-201, 2014.
- HABERLE, Peter. **Hermenéutica constitucional. A sociedade aberta dos intérpretes da Constituição.** Porto Alegre: Fabris ed. 2002.
- HARVEY, David. **Diecisiete contradicciones y el fin del capitalismo.** Quito: Instituto de Altos es-

<sup>17</sup> Por cuestiones de espacio y porque ya están presentadas en el documento con su respectiva fuente (Secretaría del Senado - [www.secretariassenado.gov.co](http://www.secretariassenado.gov.co)), no son relacionadas las disposiciones legales consultadas.

- tudios Nacionales del Ecuador. 2014.
- GARCÉS, Miguel; RAPALINO, William. La Consulta Popular como mecanismo de participación ciudadana para evitar actividades mineras. **Justicia Juris**, 11(1), 52-62, 2015.
- LLORENS, Marta. La consulta popular como mecanismo para revitalizar el urbanismo democrático. **Revista Catalana de dret públic**, núm. 46, pp. 160-181, 2013.
- MEDINA-VELASCO, Miriam. Participação e espaço Urbano. Enfoques, contextos e tendências. **Pós- revista do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo**, FAU-USP/Universidade de São Paulo, v. I, 37-49, 2002.
- POLO, Esteban. **La consulta popular y su control previo de constitucionalidad**. Disertación de Maestría. Pontificia Universidad Católica del Ecuador. Quito, 2012.
- RNEC – Registraduría Nacional del Estado Civil (Colombia). **Consulta Popular: Mecanismos de participación**. Disponible en: <<http://www.registraduria.gov.co/-Consulta-popular,3650-.html>>. Acceso en 6 de junio de 2017.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. ■

Priscila Gonçalves Santos

# Desculpe incomodar o silêncio de vocês

## o transporte coletivo enquanto espaço público

### Resumo

*Dado o esvaziamento do espaço público tradicional na cidade, a disseminação da cultura do medo do outro e do espaço urbano, o artigo busca analisar o ônibus sob dois aspectos: o passageiro do transporte coletivo enquanto uma releitura contemporânea da figura do flâneur, resgatando a reflexão sobre o ambiente construído e as práticas socioculturais contemporâneas; e enquanto microcosmo da cidade e, conseqüentemente, janela para a observação das questões em torno do sujeito social e espaço de resistência da esfera pública. Nesse sentido, analisam-se as conseqüências do planejamento urbano modernista (predomínio do automóvel, zoneamento monofuncional, explosão das cidades) no sujeito social e na desconstrução da cidade enquanto ambiente diverso e democrático, propício ao encontro, à sociabilidade, à troca entre estranhos e ao conflito, assim como o espaço público enquanto espaço de permanência, fim em si mesmo, e espaço de exercício de civilidade e consolidação da esfera pública.*

Espaço público

Transporte coletivo

Resistência

Sociabilidade

Flâneur

### Abstract

*Given the emptying of traditional public space in cities, the dissemination of the culture of fear of others and urban space, this article aims to analyze the bus under two aspects: its passengers as a contemporary re-reading of the flâneur character, leading to reflections about constructed environment and contemporary sociocultural practices; the mass transportation as microcosm of the city and, therefore, a glimpse to the matters of the social being and a space of resistance of the public sphere. In this regard, it analyses the consequences of modernist urban planning (car predominance, monofunctional zoning, urban sprawl) in the social being and the deconstruction of the city as a diverse and democratic environment, able to foster meetings, sociability, exchange and conflicts between strangers. The public space is accounted as a space of permanence, an end in itself, and as a place to exercise civility and consolidate the public sphere.*

Public space

Mass transportation

Resistance

Sociability

Flâneur



## INTRODUÇÃO

O urbanismo modernista, a predileção pelo modelo de cidade rodoviária e os condicionantes do contexto histórico provocaram a partir do século XX uma série de alterações no perfil do sujeito social, na configuração espacial das cidades e no imaginário urbano. Essa conjuntura desencadeou, principalmente entre as décadas de 1990 e 2000, uma crise social e uma crise no espaço público, tanto em sua dimensão material quanto imaterial. Essa foi fundamentada em grande parte pelo esvaziamento e negação do espaço público tradicional e intensificou no sujeito o medo do outro que lhe é estranho e da cidade, acirrando preconceitos e comprometendo a heterogeneidade do espaço público.

No entanto, é possível perceber que o instinto social do ser humano persiste, embora em menor proporção, e que muitos espaços na cidade ainda são capazes de reunir estranhos, promover a troca entre eles e potencializar o sentido social, civil e político do espaço público. Desse modo, busca-se destacar o espaço em movimento do ônibus como um desses espaços de exterioridade, de exposição ao outro e à cidade, onde é possível às pessoas exercitarem sua civilidade. Diferentemente do metrô, modal que tende a ser predominantemente subterrâneo, o ônibus destaca-se por permitir uma relação mais direta e peculiar entre seu usuário e o espaço urbano. Não só porque é mais lento, pode flexibilizar o seu trajeto a depender do motorista ou do trânsito e está mais vulnerável a imprevistos, mas principalmente porque realiza seu trajeto predominantemente na superfície do espaço urbano, permitindo não apenas sua contemplação como também uma maior interação com o mesmo.

Apesar de a frota ser insuficiente para acessar todas as regiões das cidades, essa modalidade de transporte tem uma importante função de integração e dessegregação do território urbano, na medida em que sua função primordial é justamente conectar as diversas partes da cidade, “conduzir e distribuir as pessoas, levá-las para longe de suas vizinhanças” (CAIAFA, 2007, p.89). Seu cotidiano repleto de acontecimentos inusitados e situações imprevistas convida aqueles que dele usufruem a interagir, e sua capacidade de produzir um recorte da vida social na cidade o transforma em um lugar propício à observação e vivência do cotidiano urbano. Do mesmo modo, o ônibus, ao mesmo tempo em que possibilita a troca e o convívio entre grupos sociais distintos, cria oportunidades de o passageiro observar e refletir sobre a paisagem urbana e funciona como espaço propício ao exercício da arte de flunar, a partir de

uma releitura da figura do flâneur<sup>1</sup>.

Opta-se, portanto, por refletir sobre o potencial desse espaço em manter viva a dimensão imaterial do espaço público na medida em que a sua dimensão material tradicional tem perdido essa capacidade. Busca-se contextualizar a descaracterização do espaço público da cidade enquanto espaço vivo e propício ao exercício de civilidade para, então, aprofundar as questões peculiares ao ônibus enquanto espaço de exterioridade. Para tal, propõe-se refletir sobre algumas práticas socioculturais comuns a esse espaço-tempo compartilhado, em especial os momentos de entretenimento e solidariedade protagonizados por seus passageiros, funcionários e pelos ambulantes, artistas e pedintes.

Nessa perspectiva, busca-se refletir sobre as experiências vivenciadas nesses transportes coletivos na cidade de Salvador e do Rio de Janeiro, respectivamente, entre 2006 e 2013 e entre 2013 e 2017, assim como a coleta de reportagens relacionadas a esse tipo de transporte. Pretende-se, portanto, refletir sobre acontecimentos cotidianos e discutir no campo acadêmico questões relativas à cidade, ao espaço público, ao sujeito contemporâneo e à sociabilidade urbana.

## O ESPAÇO PÚBLICO E A CIDADE RODOVIÁRIA

Ao espaço público é atribuída tanto uma dimensão material, física, quanto uma dimensão imaterial, abstrata. A esta, são atribuídos diversos sentidos, dentre os quais destaco o social, o civil e o político, a fim de delimitar o significado a ser associado à expressão espaço público, ao longo do artigo. O sentido político concebido a partir dos pensamentos da filósofa alemã Hannah Arendt (2016 [1968]) associa o espaço público ao conceito de esfera pública, isto é, à “reunião de indivíduos que fiscalizam o exercício do poder e pronunciam-se sobre questões relacionadas à vida comum” (DELGADO<sup>2</sup>, 2011, p.18, tradução

1 O flâneur é uma personagem urbana criada, no século XIX, pelo poeta francês Charles Baudelaire e muito difundida no meio acadêmico pelo filósofo alemão Walter Benjamin, no século XX. Essa personagem configura uma crítica ao ritmo imposto pela revolução industrial e pela modernidade, de maneira geral, e pode ser compreendida como aquele sujeito que vaga na cidade a fim de experimentá-la, um observador da vida urbana que tem na cidade sua grande fonte de inspiração e reflexão.

2 “Reunión de personas particulares que fiscalizan el ejercicio del poder y se pronuncian sobre asuntos concernentes a la vida en común”.

da autora). Este surge como “lugar da ação política e de expressão de modos de subjetivação não identitários, em contraponto aos territórios familiares e de identificação comunitária” (SERPA, 2007, p.16) e está centrado, portanto na separação entre a vida pública e a vida privada.

O espaço público político relaciona-se, ainda, a dois fenômenos correlacionados entre si: a publicidade e o mundo comum. O primeiro refere-se ao fato de que “tudo que aparece em público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível” (ARENDT, 2016, p.61). Este fenômeno contribui para compreender a realidade enquanto uma construção intersubjetiva e possibilita ao sujeito julgar as questões relativas à vida comum. O segundo fenômeno está relacionado à capacidade do espaço público de estabelecer algo que “a despeito de diferenças de posição e da resultante variedade de perspectivas” interessa a todos e é capaz de reuni-los, congregando-os, relacionando-os e separando-os (ARENDT, 2016, p.65).

O sentido social atribuído ao espaço público pelo filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre (2001[1967]; 2000 [1974]) parece priorizá-lo enquanto um espaço multidimensional que contém e está contido nas relações sociais de ordem próxima e distante, e que assume um valor ativo na reprodução da vida urbana. O espaço público social emerge como um espaço adequado à promoção da sociabilidade entre diferentes classes e grupos sociais, abarca a dimensão subjetiva e peculiar do cotidiano e destaca-se como espaço do imprevisto, da surpresa e da aventura.

Ele é concebido como um produto social, um espaço de representação no qual é possível apreender a sociedade e o contexto histórico que o condicionam e que por ele é condicionado. Uma totalidade produzida a partir de três dimensões de igual valor e interconectadas dialeticamente: o *espaço percebido*, construído a partir de “redes de interação e comunicação que se erguem na vida cotidiana [...] ou no processo de produção” (SCHMID, 2012, p.99); o *espaço concebido*, associado às representações do espaço (formas verbalizadas e imagens ou signos) e produzido pela estrutura de planejamento e poder; e o *espaço vivido*, que se refere à dimensão simbólica do espaço e é “o espaço da mediação entre o percebido e o concebido” (SERPA, 2007, p.174). Enquanto espaço dominado, apropriado pelo ser humano, ele permite vislumbrar o espaço público social enquanto um campo de possibilidades relativas à construção de uma realidade diferente.

O sentido civil atribuído ao espaço público pelos sociólogos Zygmunt Bauman (2001 [2000]) e

Richard Sennett (2014 [1974]) vai transformá-lo no espaço fundamental para exercitar a civilidade, estabelecer uma vida pública e, conseqüentemente, potencializar o espaço público político proposto por Arendt (2016). Entendida como “a atividade que protege as pessoas umas das outras, permitindo, contudo, que possam estar juntas” (SENNETT<sup>3</sup>, 1978 apud BAUMAN, 2001, p.122), a civilidade seria fundamental para permitir a “sociabilidade pura, distante das circunstâncias de poder, do mal-estar e dos sentimentos privados das pessoas que as usam” (Id). Pois implicaria o desenvolvimento da “capacidade de conviver com a diferença, sem falar na capacidade de gostar dessa vida e beneficiar-se dela” (BAUMAN, 2001, p.135). Essa capacidade é fundamental para “enfrentar a pluralidade de seres humanos e a ambivalência de todas as decisões classificatórias” (BAUMAN, 2001, p.135), de maneira a romper com um processo que se autoperpetua e se reforça e que compromete o diálogo entre estranhos e diferentes. No entanto, a fim de possibilitar a interação social real entre estranhos, Bauman (2001) defende que o espaço público civil deveria ter uma configuração física que garantisse a hospitalidade e o acolhimento necessários para encorajar o uso e a permanência no espaço público.

A articulação desses diferentes sentidos permite compreender o espaço público enquanto espaço construído coletivamente e condicionado por um tempo histórico, um espaço capaz de abrigar não apenas as “necessidades coativas da vida biológica e do trabalho” (ARENDT, 2106, p.216) e o “instrumentalismo utilitário da fabricação e do uso” (Id), mas também de se manifestar enquanto espaço-tempo da fruição, do uso e do gozo emancipatório. Do mesmo modo, defendem-no como espaço de acesso irrestrito e generalizado, capaz de reunir uma ampla diversidade de sujeitos e grupos sociais e potencializar as trocas entre eles.

No entanto, se analisarmos o espaço público contemporâneo podemos perceber que esses diversos sentidos têm sido comprometidos tanto pelas transformações na materialidade desse espaço, cada vez menos convidativo e segregado, quanto pelo contexto histórico da modernidade líquida marcado por crises políticas, sociais e econômicas fortemente influenciadas pela insegurança e fluidez de um tempo no qual nada foi feito para durar (BAUMAN, 2001). Ele refletiu uma crise do espaço público que se intensificou principalmente entre as décadas de 1990

3 SENNETT, Richard. **The fall of public man**: on the social psychology of capitalism. Nova York: Vintage Books, 1978. p. 264.

e 2000 e reflete um esvaziamento de sua dimensão material e o esvaziamento de seu sentido social, civil e político.

Esse esvaziamento reflete uma série de questões, dentre as quais estão tanto a diminuição do tempo livre e da disposição física e psicológica do trabalhador para sair de casa, em decorrência do prolongamento das jornadas de trabalho, como o impacto do aumento significativo da violência nas cidades, fruto do aumento das desigualdades sociais e do acirramento da intolerância entre os diferentes grupos sociais. Essa violência é, em grande parte, motivada por um Estado que, cada vez mais, compreende a cidade como mercadoria e volta-se para ações e intervenções paliativas, pouco efetivas e comprometidas com a alteração do atual quadro das questões urbanas.

É possível perceber que o abandono do espaço público reflete, também, a forte influência dos meios de comunicação de massa no comportamento, na destinação do tempo livre e nos desejos da população. A partir da década de 1990, eles criam um imaginário de insegurança e de medo em torno do espaço público, desqualificando-o e desvalorizando a vivência do mesmo. Do mesmo modo, passaram a alimentar um mercado voltado para produtos e serviços de segurança privada e contribuíram para a fetichização dos condomínios residenciais fechados, por exemplo. Esses, cada vez mais equipados com as técnicas e equipamentos de segurança disponíveis no mercado, são providos, ainda, de uma variedade de serviços e comércios que promovem a negação do espaço público e evitam que seus moradores entrem em contato com grupos considerados perigosos e se exponham à imprevisibilidade e diversidade desse espaço (FERRAZ et al, 2014).

O medo do espaço público associado à tendência em relacionar segurança a isolamento incentivou, ainda, a proliferação de equipamentos urbanos (centros comerciais, shoppings centers e centros culturais, por exemplo) voltados a absorver as funções de lazer, comércio e serviço, antes associadas ao espaço público. A existência, nestes equipamentos, de vigilância e de normas de conduta que excluem os grupos sociais marginalizados e temidos e garantem a sensação de segurança necessária para a sua popularização na contemporaneidade.

Por sua vez, a adoção desde meados do século XX de uma arquitetura que pouco dialoga e, muitas vezes, nega o espaço público, contribui para desqualificá-lo esteticamente e favorece o seu processo de esvaziamento. Há uma intensificação da reprodução dos “não lugares”, isto é, lugares desprovidos “das expressões simbólicas de identidade, relações e história” (BAUMAN, 2001, p.120) fundamentais para a con-

solidação do espaço público como ambiente fértil para interação entre estranhos e, conseqüentemente, propício ao desenvolvimento e aprendizado das difíceis habilidades da civilidade (BAUMAN, 2001).

No que se refere à materialidade do espaço público é possível perceber a forte influência do urbanismo modernista e da reprodução do modelo de cidade rodoviarista. Consolidado no século XX e fundamentado nos princípios da racionalidade e funcionalidade, o urbanismo modernista mudou profundamente a representação da cidade e desconstruiu uma série de práticas socioespaciais urbanas através de uma visão paternalista, universalista e centralizadora que difundiu o zoneamento monofuncional (habitação, trabalho, lazer e transporte) e os equipamentos urbanos enquanto “ilhas separadas do contexto urbano” (SECCHI, 2015, p.100) e cujo “interior é separado do exterior por grades intransponíveis e muros impenetráveis à visão” (Id).

Considerados por Harvey (2014, p.75) como inimigos da diversidade, por temerem “o caos e a complexidade, por considerá-los desorganizados, feios e irremediavelmente irracionais”, os urbanistas modernos permitiram a desconstrução do espaço público como espaço de convívio e centro de irradiação cidadã (Kuster; Pechman, 2014, p.19), na medida em que a cidade moderna é projetada e construída segundo a lógica que eles entendiam como adequada e que majoritariamente era incompatível com as práticas socioespaciais existentes.

A implementação do urbanismo modernista no Brasil culminou, a partir da década de 1950, com a proliferação do modelo de cidade rodoviarista, caracterizada pelo privilégio atribuído à escala do automóvel e pela articulação dos espaços urbanos, prioritariamente através de rodovias. Essa proliferação resultou de uma política que atingiu seu auge no governo de Juscelino Kubitschek<sup>4</sup> e é marcada pela infiltração mais explícita da mentalidade capitalista no modo de produção do espaço urbano e nas relações sociais. Ela privilegiou o investimento em rodovias em detrimento dos demais meios de transporte (MARICATO, 2008).

<sup>4</sup> Consagrado pela frase “governar é abrir estradas”, o então presidente do Brasil apropria-se do modelo rodoviarista para melhor integrar o território nacional e, com isso, viabilizar a industrialização. A construção, ampliação e melhoramento de rodovias incentivaram e viabilizaram também a instalação de indústrias automobilísticas no país. A construção de Brasília, por exemplo, ilustra não apenas a necessidade de ampliar a rede rodoviária para integrá-la ao resto do país, mas também o fetiche criado em torno do automóvel nesse período. Durante os governos militares, a política rodoviarista é mantida sob o mesmo pretexto de integração do território nacional.

No entanto, o fetiche criado em torno do automóvel e os incentivos fiscais fizeram com que o aumento do uso desse veículo gerasse, na contemporaneidade, graves problemas de mobilidade urbana, em decorrência dos engarrafamentos, e intensificassem a aridez do espaço público, através da sobreposição de viadutos e da multiplicação de espaço urbanos residuais, comprometendo ainda mais a vitalidade do espaço público (JACOBS, 2013).

Da mesma forma, a esperança entre os urbanistas de que, ao solucionar os problemas de trânsito, solucionavam o maior problema das cidades (JACOBS, 2013, p.6) fez com que as necessidades desse veículo fossem “mais facilmente compreendidas e satisfeitas do que as complexas necessidades das cidades” (Id). No entanto, a solução dos problemas de mobilidade implicam mais trânsito e congestionamento (GHEL, 2015, p.9), quando fundamentados na construção de novas vias e áreas de estacionamento para aliviar a pressão do tráfego, pois funcionam como um convite ao maior uso de automóveis. Sendo assim, a criação de alternativas dentro da lógica de facilitação do trânsito de automóveis agravou suas consequências.

Observa-se, ainda, que os engarrafamentos influenciaram as pessoas a restringirem seus deslocamentos pela cidade na busca por melhor qualidade de vida, comprometendo a vivência e a exploração da mesma. Isso tem dificultado a desconstrução dos discursos tendenciosos veiculados pela grande mídia e acirrado certos preconceitos e medos, contribuindo para a intensificação das tensões e dos conflitos sociais e políticos num espaço urbano cada vez mais extenso, segregado e desigual.

De maneira geral, o urbanismo modernista e a cidade rodoviarista contribuíram para consolidar o espaço público como um conjunto de fragmentos isolados e desarticulados entre si e em pleno estado de tensão, assim como um espaço simplesmente exterior, vazio, residual, impróprio para o uso coletivo, destinado a ser lugar de passagem e dar suporte ao fluxo de circulação dos edifícios (ARANTES, 1993, p.102). Dessa forma, esvaziado de sua vitalidade, o espaço público, gradativamente, reduziu-se a um espaço de circulação de mercadorias e pessoas através dos automóveis.

Sendo assim, o espaço público tem seu potencial de promover encontros e troca, e, conseqüentemente, seu sentido social, civil e político comprometidos. Desse modo, esse espaço contribuiu para a atual crise urbana e social que conduz a contemporaneidade a um retrocesso quanto à noção de bem público e de solidariedade, e contribui para enfatizar intolerâncias, preconceitos e estabelecer fronteiras e exclusão social.

## O ESPAÇO PÚBLICO E O TRANSPORTE COLETIVO: O CASO DO ÔNIBUS

O comprometimento da dimensão material e imaterial do espaço público, principalmente a partir da metade do século XX, no entanto, não ocorre de maneira generalizada. É possível verificar, na contemporaneidade, uma série de brechas no espaço urbano que tendem a fazer com que o sentido social, civil e político do espaço público manifestem-se. Aqui, destaco o transporte coletivo, em especial o ônibus, como uma dessas brechas, visto que ele permite uma relação mais direta entre seu usuário e o espaço urbano.

Diferentemente de muitas praças, largos e ruas que foram esvaziadas pela tensão social, o transporte coletivo permanece ocupado frente à necessidade das pessoas de cumprir com seus compromissos. Conforme levantamento encomendado ao Ibope pela Confederação Nacional da Indústria (CNI)<sup>5</sup>, realizado entre 2011 e 2014, o ônibus é o principal meio de locomoção da população brasileira (25%), embora o índice de insatisfação com esse meio de transporte seja elevado. Segundo essa mesma pesquisa, aqueles que utilizam o ônibus diariamente têm como principais queixas o valor das passagens e o grau de desconforto do transporte (sujeira, cheiro, superlotação, por exemplo).

O espaço-tempo compartilhado no ônibus gera práticas socioculturais a partir de diferentes tipos e escalas de acontecimentos desencadeados pelos passageiros ou por vendedores ambulantes, artistas ou pessoas desempregadas em busca de contribuição financeira. Essas práticas tornam o ambiente interno dos ônibus ainda mais dinâmico, diverso e rico. Embora muitos insistam em se prender às janelas como forma de imergir no espaço externo e fugir daquele espaço compartilhado com estranhos, evitando contatos visuais ou situações que desencadeiam possíveis trocas e relações sociais, cada um desses acontecimentos convida o usuário a sair de sua inércia e de seu momento de introspecção. Convida-o a trocar (dar, receber, retribuir) com o espaço e com o outro de modo mais ou menos direto e garante a esse espaço em movimento sua peculiaridade, imprevisibilidade e aventura. Isso ratifica sua condição de espaço pú-

<sup>5</sup> Principal meio de locomoção dos brasileiros é andar de ônibus ou a pé. **G1**, Brasília, 14 out. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/10/principal-meio-de-locomocao-dos-brasileiros-e-andar-de-onibus-ou-pe.html>>. Acesso em 30 out. 2016.



blico, embora seu acesso pressuponha o pagamento de uma taxa para ingresso e o preconceito de muitas pessoas faça com que evitem esse tipo de transporte, comprometendo sua heterogeneidade social.

Os diversos acontecimentos que rompem o silêncio coletivo e seu cotidiano ocorrem tanto a partir da linguagem verbal (conversas faladas, frases e desenhos inscritos nas superfícies internas do ônibus) quanto da linguagem não verbal (corporal e gestual). No que se refere à linguagem verbal, as conversas faladas tendem a ser gerais e impessoais, fogem à intimidade e normalmente giram em torno dos assuntos debatidos pela grande mídia. Mantendo-se genéricos e populares, esses assuntos tendem a ser mais fáceis de desenrolar, aumentando a chance de conversas mais longas.

Essas conversas, na medida em que se constroem a partir de coisas que se supõem comuns ou de interesse de todos, apresentam uma força social expressiva e funcionam como agentes sociais formando opiniões, repercutindo costumes e podendo, inclusive, transformar situações políticas (CAIAFA, 2007). Na medida em que o ônibus permite ao ser humano ser visto e ouvido por outros, ele possibilita, portanto, o acesso a diferentes perspectivas sobre uma mesma coisa e contribui para a melhor compreensão da realidade (ARENDRT, 2016, p.71).

A proximidade física entre as diversas pessoas, o engarrafamento e o tempo de enclausuramento compulsório nesses espaços em movimento, assim como o fato de que, em sua maioria, os percursos são feitos de maneira solitária facilitam a sociabilização entre os passageiros. A demanda por companhia e entretenimento tende a usar essa proximidade como pretexto. Da mesma forma, os encontros entre os corpos, seja no deslocamento ou no movimento abrupto do veículo podem gerar desde conflitos a gestos de solidariedade, irrompendo o silêncio e criando vínculos entre desconhecidos. O engarrafamento, embora estressante e cansativo, permite ainda ao sujeito um olhar mais atento ao espaço urbano e sensível ao discurso entranhado em sua espacialidade e sua estética, e, conseqüentemente, permite que este reflita sobre as experiências vivenciadas e as cenas visualizadas da paisagem enquadrada, na medida em que dispõe de mais tempo para percebê-las.

No que se refere à linguagem verbal não falada, o uso das superfícies do ônibus (cadeiras, parede e janela) em meio de comunicação, através da escrita ou do desenho, transforma-as em espaços de diálogo e expressão. De cunho crítico ou cômico, as mensagens tendem a transmitir palavras de conforto e sensibilizar o outro para causas políticas e para o compartilhamento harmônico daquele espaço, por exemplo. As mensagens inscritas nos ônibus, tal qual

aquelas inscritas nas superfícies que compõem o espaço público da cidade, permitem afetar um número de pessoas maior do que os acontecimentos efêmeros que ocorrem nesses espaços e tendem a criar um vínculo entre os desconhecidos. O potencial de reverberação da mensagem apreendida, a troca, mesmo que indireta, entre estranhos, e as relações estabelecidas entre o emissor e os receptores permitem construir um imaginário coletivo, potencializando o ônibus como um espaço de intermediar relações entre desconhecidos, reafirmando seu caráter de espaço público.

Dentre as diversas práticas socioculturais intrínsecas a esse espaço de resistência da esfera pública e recorte da realidade urbana, serão destacados três: o entretenimento gerado pelos comerciantes, artistas e pedintes; a comoção que determinadas discussões ou episódios geram na coletividade; e os gestos de solidariedade. Eles tendem a enfatizar ou suavizar, a depender do passageiro, todo o desconforto e tensão que os solavancos, o risco de queda e a proximidade com o outro tendem a criar.

É a partir de frases de efeito que as mais emblemáticas personagens dessa aventura em que consiste a viagem de ônibus buscam chamar a atenção. Rompem o silêncio e interrompem as conversas com timbres de voz imponentes e chamam a atenção pela sua caracterização, suas histórias engraçadas ou trágicas, e por suas palavras de afeto e compaixão. Esforçam-se em romper a indiferença através de um breve espetáculo, sensibilizando, manipulando e entretendo os presentes. Sendo assim, é comum alguns passageiros comprarem o que não precisam e doarem o pouco que têm.

Essas personagens são ilustradas pelos ambulantes que muitas vezes provém “o passatempo da viagem”, isto é, o lanche que irá aliviar a fome ou distrair o momento em deslocamento, também podem oferecer utensílios domésticos, artigos de papelaria (blocos de anotação, canetas, adesivos) e bolsinhas “multiuso”, por exemplo. No entanto, há também os artistas, músicos ou atores, ora a divulgar apresentações, ora a si mesmos, que popularizam a arte e suavizam a rotina desgastante do deslocamento nesses coletivos, conferindo trilha sonora ou compartilhando histórias. Existe também um grande número de “pedintes”, pessoas desempregadas que contam histórias comoventes e buscam ajuda financeira de qualquer tipo para comprar alimentos para a família ou superar um problema de saúde. Há ainda um caso emblemático, em 2016, do estudante universitário que resolveu dar aulas em ônibus no Pará<sup>6</sup>.

<sup>6</sup> Desempregado, universitário dá aulas em ônibus para bancar estudos e comove internautas. *Gazeta Online*, 26 ago.



## Passageiros fazem festa de aniversário surpresa para motorista dentro de ônibus em Fortaleza

Motorista de ônibus teve a 1ª festa de aniversário da vida: 'meus pais não tiveram oportunidade de me dar essa brincadeira'.



Por G1 CE  
06/10/2017 05h48 - Atualizado 06/10/2017 05h48

**Figura 1:**  
Manchete sobre festa de aniversário em ônibus, Fortaleza, CE.

Fonte: G1, 2017

**VIRAL** 05/10/2017 11:25 -03 | **Atualizado** 05/10/2017 14:52 -03

## O dia em que passageiros fizeram um 'chá de bebê' improvisado em um ônibus do RJ

Passageiros resolveram fazer uma festa surpresa para uma ambulante que vendia café na Avenida Brasil. ❤️



By Luiza Belloni

**Figura 2:**  
Manchete sobre chá de bebê realizado por passageiros de um ônibus, Rio de Janeiro, RJ.

Fonte: Huffpost Brasil, 2017

A heterogeneidade de pessoas e grupos sociais permite que em determinados momentos a externalidade gere dissensos, e são nesses momentos que aquele auditório mais ou menos atento resolve se posicionar de maneira mais enfática. A reclamação destaca-se pelo seu potencial de chamar a atenção dos presentes e funciona como um dispositivo de conversas e discussões, reverberando ao longo de todo o coletivo e em alguns casos gerando a polarização do mesmo, numa espécie de prática de solidariedade a fim de dar razão aos argumentos e à causa pela qual se discute. Tem-se a impressão de que quanto mais comum a causa pela qual se discute, maior seu poder de mobilizar e maior sua tendência a durar. Percebe-se que a escassez de práticas de civilidade, o egocentrismo e o atrofiamento da tolerância, comuns a contemporaneidade, têm potencializado e multiplicado esses conflitos.

No entanto, diferentemente de outros espaços coletivos, há a resistência de muitos gestos de solidarie-

dade e práticas de boa convivência nos ônibus. Nesse sentido, destaco, dentre muitos passageiros, a prática de quem está sentado se oferecer para carregar os pertences de quem está em pé. Essa prática é aprendida seja através da observação ou da experimentação de seus benefícios e perdura, apesar de tentativas de coibi-la através das lendas urbanas que contam casos de furto ou de descarte de roubo com a transferência da culpa para o outro.

Há, ainda, o uso de palavras como “licença” e “obrigado”, mesmo que por questões de sobrevivência diante da necessidade de deslocar-se ou, simplesmente, a fim de evitar conflitos, assim como o instinto de evitar a queda de alguém, alertando-o ou estendendo-se para segurá-lo, ou demonstrando solidariedade após o acidente. Percebem-se, ainda, iniciativas que buscam facilitar o deslocamento dos outros no interior do veículo, facilitar a acomodação daquele que vai se posicionar ao seu lado, assim como informar aqueles que solicitam direcionamento. Essas pequenas, porém significativas ações capazes de reverberar gentileza e solidariedade e apontar caminhos de esperança.

Dessa forma, ao reunir estranhos e fazê-los compartilhar de um mesmo espaço-tempo, o ônibus

2016. Disponível em: <[http://www.gazetaonline.com.br/\\_conteudo/2016/08/noticias/brasil/3970003-desem\\_pregado-universitario-da-aulas-em-onibus-para-bancar-estudos-e-come-internautas.html](http://www.gazetaonline.com.br/_conteudo/2016/08/noticias/brasil/3970003-desem_pregado-universitario-da-aulas-em-onibus-para-bancar-estudos-e-come-internautas.html)>. Acesso em 30 out. 2016.

permite visualizar, de forma intensa, constante e frequente, trocas e práticas de sociabilidade e solidariedade entre desconhecidos, funcionando como um espaço comum e ambiente propício ao exercício de civilidade. É possível verificar, ainda, que muitos vínculos são construídos entre aqueles que costumam pegar a mesma linha de ônibus no mesmo horário, seja através de uma amizade restrita àquele espaço ou não, ou a partir de gestos de solidariedade. Nesse sentido, é possível vivenciar, por exemplo, desde a comemoração de festas de aniversário a conversas triviais e pessoais, como ilustram as figuras 1<sup>7</sup> e 2<sup>8</sup>.

O espaço-tempo compartilhado no ônibus revela-se como uma rica oportunidade para exercitar a arte de flunar, na medida em que oferece um recorte da realidade urbana e constrói um microcosmo da cidade como ambiente heterogêneo, dinâmico e social, oferece uma variada coletânea de cenas urbanas enredadas por acontecimentos de diferentes escalas e práticas socioculturais peculiares. A arte de flunar surge no século XIX através da figura-chave da modernidade: o flâneur. Essa personagem, concebida pelo poeta francês Charles Baudelaire, como um produto da revolução industrial e da vida moderna das grandes cidades europeias, está associada ao momento em que a rua passa a abrigar a vida urbana, configurando-se não apenas como circulação, mas como um espaço em si, repleto de expressão simbólica e alma; e o espaço público passa a despertar certo fetiche.

O termo flâneur, que pode ser traduzido como pessoa que passeia ociosamente, significando “vadio” justamente por romper com o ritmo de vida desencadeado pela industrialização, nada mais é do que um observador atento da vida urbana. Caracteriza-se por “estar fora de casa, e, contudo sentir-se em casa onde quer que se encontre; ver o mundo, estar no centro do mundo e permanecer oculto ao mundo” (BAUDELAIRE, 1996, p.22). Essa personagem urbana entende a cidade e a multidão que a habita como um corpo simbólico que deve ser decifrado, nas entrelinhas do cotidiano e do homem comum. Guarda em si o deslumbre do efêmero e da capacidade intrínseca da cidade de orquestrar o espaço urbano e a multidão, tal qual um caleidoscópio a arranjar e rearranjar ordens de representação do todo ao acaso.

É possível verificar que essa prática de observar a

realidade urbana, perceber e refletir sobre as narrativas políticas, sociais e econômicas que se enlaçam e se materializam na paisagem, permanece viva através de muitos passageiros dos ônibus, tanto aqueles que observam as cenas enquadradas pelas janelas quanto os que observam o espaço interno. Afinal, a dinâmica dessa paisagem em constante movimento e a rotatividade dos acontecimentos internos revelam-se importantes entretenimentos para os passageiros dos ônibus em suas viagens. As diversas aventuras estéticas inseridas nesse espaço ou dele vislumbradas despertam, mesmo que involuntariamente, a curiosidade, a atenção aos detalhes e às entrelinhas das cenas urbanas vivenciadas e o deslumbre frente à capacidade intrínseca da cidade em orquestrar o espaço urbano e a multidão, tal qual um caleidoscópio a arranjar e rearranjar ordens de representação do todo ao acaso.

Esse potencial do ônibus em criar flâneurs a observar a paisagem externa, mesmo que de maneira parcial, também está atrelado ao fato de esse veículo de transporte possuir uma série de atributos que garantem o distanciamento necessário para a prática dessa arte. A elevação do olhar, o movimento, a troca de paisagens reforçam esse perfil de observador, de quem está fora daquele ambiente, mas sensível à sua experiência estética. Da mesma forma, essa inserção em outro ambiente e essa impressão de distanciamento possibilita, também, certa segurança e certa tranquilidade de usar e abusar dessa prática do olhar.

É válido ressaltar, também, a importância do trajeto realizado pela linha de ônibus, tal qual o percurso da caminhada do flâneur do século XIX, para a riqueza ou não das experiências vivenciadas, seja por permitir um maior desbravamento do espaço urbano e contato com áreas da cidade menos óbvias ou desconhecidas, ou seja simplesmente pela frequência do mesmo trajeto permitir observar mais detalhes e possibilitar construir mais relações de afeto e memória com aquele espaço. Da mesma forma, o trajeto interfere diretamente no tipo, quantidade e diversidade de passageiros, podendo despertar maior ou menor diversidade de acontecimentos e de curiosidade e encantamento.

Diferentemente da deriva à qual se submete o personagem de Baudelaire, o passageiro-flâneur tende a ter seu trajeto e destino previamente definidos. Da mesma forma, lhe é exigido um maior poder de abstração quando as imagens através da janela se assemelham mais a borrões que retratos da realidade, exigindo-lhe maior concentração para o preenchimento dos hiatos entre as paisagens e os momentos fragmentados, de maneira a construir narrativas que possam apreender o espaço urbano e o outro, mantendo o fascínio à representação do presente ao qual

7 Disponível em: <<https://g1.globo.com/ceara/noticia/passageiros-fazem-festa-de-aniversario-surpresa-para-motorista-dentro-de-ônibus-em-fortaleza.ghtml>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

8 Disponível em: <[http://www.huffpostbrasil.com/2017/10/05/o-dia-em-que-passageiros-promoveram-um-cha-de-bebe-improvisado-em-um-ônibus-do-rj\\_a\\_23233711/](http://www.huffpostbrasil.com/2017/10/05/o-dia-em-que-passageiros-promoveram-um-cha-de-bebe-improvisado-em-um-ônibus-do-rj_a_23233711/)>. Acesso em: 25 jan. 2018.

se refere Baudelaire (1996). No entanto, as pausas, o tempo ocioso e a riqueza dos acontecimentos internos e externos a esse veículo permitem as observações, reflexões e divagações comuns ao flâneur.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço-tempo compartilhado no ônibus funciona como um microcosmo da cidade evidenciando seus problemas e suas qualidades. Esse espaço cumpre a função primordial de unir diferentes grupos sociais e acolher os diversos acontecimentos comuns ao espaço público (comércio, música, teatro, propaganda, conflitos, solidariedade, conversa, troca, pichação, por exemplo) convidando e permitindo a ocorrência de interações espontâneas e a vivência de situações inusitadas que fogem ao controle de cada passageiro. Permite, assim, a reprodução da dimensão imprevisível e encantadora de um espaço público pleno de urbanidade e capaz de alimentar seu sentido social, civil e político. Esse caráter de confinamento e a proximidade com o outro permitem uma relação de troca por meio da experiência de alteridade que possibilita a ampliação de horizontes e a percepção de um mundo impossível de ser vislumbrado individualmente.

Da mesma forma, a figura do passageiro-flâneur possibilita retomar, a partir do vínculo que se estabelece com o outro e a paisagem urbana, a construção de uma série de memórias que irão recuperar um imaginário urbano pautado na segurança, através da multidão e na cidade enquanto ambiente diverso, irreverente, imprevisível e encantador. Na medida em que o flâneur sente-se acolhido e seguro onde quer que se encontre, isto é, fora ou dentro de sua casa (BAUDELAIRE, 1996) visto que foi capaz de desenvolver “uma alma igualitária e risonha” (RIO, 2008, p.32) e de se convencer “da inutilidade da cólera e da necessidade do perdão” (Id), é possível vislumbrar, também, um resgate de “toda a solidariedade pactuada ao longo dos séculos de história, que permitiu a construção das cidades, da urbanidade e, no limite, da própria civilização” (KUSTER; PECHMAN, 2014, p.12) que vem se diluindo e se desfazendo na luta pela sobrevivência que marca a contemporaneidade.

No entanto, “cada processo pode funcionar também sob uma outra ‘potência’ que não a sua própria, se retomado por uma potência que corresponde a outro processo” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p.128) e, portanto, verifica-se que a tendência atual do capitalismo em utilizar todas as formações sociais como modelos de realização de sua axiomática (CAIAFA, 2007) se manifesta na tendência da socie-

dade contemporânea ao evitamento, assim como ao aumento das intolerâncias e a confiança em externalizá-las publicamente, sem qualquer censura de civilidade, e vem modificando certas dinâmicas comuns a esse meio de transporte.

Nesse sentido, a generalização do fenômeno dos engarrafamentos duradouros e a incompatibilidade do prolongamento desse tempo em trânsito, com a tendência contemporânea a estar sempre fazendo ou produzindo algo e consumindo necessidades induzidas, implica uma demanda por tornar aquele tempo em trânsito em algo útil, associá-lo a alguma outra função que não apenas o deslocamento, o que implica certo escape do momento compartilhado coletivamente. Da mesma forma, a tendência da sociedade de limitar ou fugir da interação com estranhos aumenta o silêncio nos transportes coletivos e reduz as relações e potencialidades do mesmo enquanto espaço público. Principalmente com os adventos tecnológicos desencadeadores e intensificadores da compressão tempo-espaço (HARVEY, 2014), como os *smartphones*, seus aplicativos de conversas e jogos, e os cada vez maiores e isolantes *headphones* ou fones de ouvido, de forma a evidenciar uma nula predisposição em interagir.

Entendendo a importância desse espaço como espaço de resignificação de um modelo de cidade que desconstrói práticas de civilidade, mas também como de resistência de um olhar e de uma exposição ao ambiente urbano, é de grande relevância atentar não apenas para essas descaracterizações, mas também para as políticas relacionadas a esse meio de transporte coletivo. Afinal, a precarização desse serviço, seja através da qualidade do ônibus, do preço das tarifas ou do alcance dos percursos, sua extensão territorial e sua capacidade de agregar grupos sociais diversos, em muito afeta não apenas sua função de circulação, deslocamento, mas principalmente compromete sua leitura como espaço público.

A configuração de um contexto que desestimule o uso do ônibus compromete não apenas seu protagonismo de resistência frente à contínua desconfiguração e esvaziamento do espaço público tradicional, mas também compromete a experimentação de diferentes espaços do tecido urbano e o compartilhamento, mesmo que involuntário, de tempo e espaço entre estranhos. Perpetua uma alienação coletiva, dificulta a ruptura das barreiras impostas pelos discursos simplificadores, estereotipados e parciais da grande mídia, a serviço da lógica hegemônica. Dessa forma, alimenta-se o medo, a violência urbana, as disputas, os conflitos e a fragmentação, seja do espaço ou da sociedade.

O ônibus enquanto espaço de resistência do es-

paço público, da diversidade e da coletividade, da experiência da alteridade que renova os processos subjetivos, afirma certa autonomia e emancipação da sobrecodificação de um Estado neoliberal e da axiomática capitalista e contribui para o debate sobre outras formas de se pensar a cidade e a resistência a essa estrutura perversa. Afinal, garantir o imprevisível pode trazer a diferença, condição fundamental para desarticular esse sistema econômico altamente flexível, capaz de sobreviver à heterogeneidade apenas quando esta está a serviço de seus axiomas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDDT, Hannah. **A condição Humana**. 12 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.
- ARANTES, Otília Beatriz Fiori. **O Lugar da Arquitetura depois dos Modernos**. São Paulo: EDUSP/Fapesp, 1993.
- BAUDELAIRE, Charles. **Sobre a Modernidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CAIAFA, Janice. **Aventura das cidades: ensaios e etnografias**. FGV Editora, 2007.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997. v. 5.
- DELGADO, Manuel. **El espacio público como ideologia**. Madrid: Catarata, 2011.
- FERRAZ, S. M. T.; MENDONÇA, P. R. C. C.; LYRA, L. . “Arquitetura da Violência: Segurança patrimonial, ‘dessociabilidade’ urbana e gentrificação”. In: V SEMINARIO INTERNACIONAL DERECHOS HUMANOS, VIOLENCIA Y POBREZA, 2014, Buenos Aires. Anais... **V Seminário Internacional de Direitos Humanos**, 2014. v. 1.
- GHEL, Jan. **Cidade para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2014.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- KUSTER, Eliana; PECHMAN, Robert. **O chamado da cidade: ensaios sobre a urbanidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2001. 144p.
- LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. 4 ed. Paris: Anthropos, 2000. 485p.
- MARICATO, Ermínia. O automóvel e a cidade. **Ciência & Ambiente**, 37, Santa Maria, p.5-12, 2008.
- RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP – espaço e tempo**, São Paulo, n. 32, p. 89- 109, 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74284>>. Acesso em: 23 out. 2016.
- SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público**. Rio de Janeiro: Record, 2014. 530p.
- SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007. ■

**Priscila Gonçalves Santos** é mestre em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal Fluminense. Arquiteta e urbanista formada pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal da Bahia.  
[gs.priscila@gmail.com](mailto:gs.priscila@gmail.com)



Ana Lúcia Rodrigues, Pollyana Larissa Machiavelli e Priscila de Almeida Souza

# A cidade que acorda e a cidade dorme

## a invisibilidade da população em situação de rua

O presente ensaio fotográfico foi realizado na cidade de Maringá, situada na região Norte do estado do Paraná. O objetivo foi enfatizar a apropriação do espaço público maringaense pelos “sem-teto”, ressaltando a diferença de paisagem noturna e diurna produzida pelos mutuários. A cidade que acorda não é a mesma cidade que dorme. Expulsa dos espaços privados do mercado imobiliário, essa parcela da população ocupa os espaços públicos, mas sua presença na paisagem urbana é contestada todo tempo. A invisibilidade torna-se uma constante devido aos diversos esforços governamentais e institucionais em removê-los para outros lugares.

O grupo torna-se invisível para a população também, o contraste é nítido; a apropriação do passeio por um grupo que tem seu momento de lazer está ao lado de outro grupo que usa a calçada como colchão. No Brasil, a questão da habitação emerge na discussão da luta de classes, principalmente no que diz respeito aos habitantes, que, pela falta de opção, ocupam as mais diversas áreas insalubres e perigosas. No entanto, essa é apenas uma vertente da segregação e discriminação do espaço urbano resultante de fatores econômicos, sociais e culturais. O *Direito à Cidade*, tão debatido por Henry Lefebvre, parece não ser o mesmo para todos. ■















## Ana Lúcia Rodrigues

é professora associada da Universidade Estadual de Maringá - Departamento de Ciências Sociais, doutora em Sociologia - PUC SP, e pós-doutora em Urbanismo FAU-USP. Coordenadora do núcleo Observatório das Metrôpoles - Região Metropolitana de Maringá.

[alrodrigues@uem.br](mailto:alrodrigues@uem.br)

## Pollyana Larissa Machiavelli

é arquiteta e urbanista - UEM. Mestranda do Programa de Ciências Sociais na linha de Dinâmicas Urbanas e Políticas Públicas da mesma universidade. Pesquisadora da rede Observatório das Metrôpoles - Núcleo Região Metropolitana de Maringá.

[pollyana.machiavelli@gmail.com](mailto:pollyana.machiavelli@gmail.com)

## Priscila de Almeida Souza

é assistente social - Faculdade Ingá. Especialista em Saúde Mental - UEM. Mestranda do Programa de Ciências Sociais na linha de Dinâmicas Urbanas e Políticas Públicas da mesma universidade. Pesquisadora da rede Observatório das Metrôpoles - Núcleo Região Metropolitana de Maringá.

[priscilaalmeida123@hotmail.com](mailto:priscilaalmeida123@hotmail.com)

Com Helena Menna Barreto Silva

# Habitação no Centro de São Paulo

políticas, disputas e impasses

**D**uas semanas após o incêndio e o desabamento do edifício Wilton Paes de Almeida, localizado no Largo do Paissandu, no centro de São Paulo, a arquiteta e urbanista Helena Menna Barreto Silva nos concedeu uma entrevista sobre a questão habitacional na área central de São Paulo. Na conversa, realizada em Montreal, Canadá, a pesquisadora expôs os percursos e os problemas das políticas de habitação popular em áreas centrais no país dos anos 1980 até hoje, explorando em mais profundidade o caso de São Paulo. Carioca de nascimento, a entrevistada dedicou boa parte do seu trabalho de gestão pública e pesquisa acadêmica à capital paulista, culminando com a coordenação do Programa Morar no Centro, durante a gestão Marta Suplicy (2001-2004), e de diversas pesquisas sobre a questão fundiária, as políticas urbanas e os programas habitacionais da área central da cidade.

Doutora pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, com uma tese sobre as relações entre a política habitacional e a questão fundiária no Brasil e em São Paulo, a pesquisadora criticou o modelo dominante de intervenção em

áreas centrais no país e a ausência de políticas e instrumentos adequados ao equacionamento da habitação popular nos centros das cidades brasileiras.

A entrevista está dividida em três seções temáticas. A primeira, “Habitação em áreas centrais”, explora as origens e a evolução do debate sobre as políticas habitacionais em São Paulo e a influência que tiveram na escala nacional. A pesquisadora ressalta o papel dos movimentos sociais na defesa da reforma de edifícios ociosos para habitação de interesse social e a importância da circulação internacional de ideias, que permitiu desenhar instrumentos urbanísticos inovadores na cidade. Na seção “A experiência do Programa Morar no Centro”, a entrevistada narra o desenvolvimento de um dos mais importantes programas habitacionais em áreas centrais elaborados no país, destacando as negociações com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, financiador do projeto. Por fim, a seção “Transformações recentes do centro de São Paulo” explora as dinâmicas imobiliárias e populacionais da área na última década, e analisa as parcerias público-privadas como o novo modelo privilegiado de implementação de programas habitacionais na área central,

apontando as consequências desse cenário e a falta de soluções aparentes no curto prazo.

Esperamos que os aspectos discutidos na entrevista contribuam para uma reflexão sobre os caminhos necessários para evitar novas situações trágicas, às quais um grande contingente de pessoas está cotidianamente submetido, e avançar na implementação de políticas que possam garantir o direito à moradia dos grupos populares nas áreas centrais de São Paulo e de outras metrópoles brasileiras.

## HABITAÇÃO EM ÁREAS CENTRAIS

**No Brasil, o debate sobre habitação em áreas centrais é recente e São Paulo é uma das cidades pioneiras nessa discussão. Como esse tema entrou na agenda da cidade?**

Essa discussão apareceu já no início dos anos 1980, na gestão municipal Mário Covas (PMDB, 1983-1985). Durante a preparação do Plano Diretor, apresentado em 1985, se começou a falar dessa questão, mas ela estava muito mais ligada a uma solução da

problemática dos cortiços, com o intuito de melhorar a situação da população encortiçada. Saíram pesquisas interessantes na época, como um relatório da Secretaria Municipal de Planejamento<sup>1</sup>, mostrando a dimensão do problema na cidade, especialmente nos bairros centrais, assim como a precariedade física dessas moradias. Existiam também algumas entidades envolvidas nesse debate, como o Centro Gaspar Garcia, que desde meados dos anos 1980 já estava empenhado na defesa dos moradores face aos despejos e cobranças abusivas.

Nessa época, começou em toda a cidade um fenômeno de ocupações de terrenos vazios por movimentos populares, formados principalmente por famílias que viviam em moradias alugadas. Eu era assessora da Secretaria Estadual de Habitação de São Paulo e colaborei para criar, na Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), uma linha de atuação para a região metropolitana que não existia antes – a CDHU atuava apenas em projetos de mutirão nas cidades do interior do estado. O objetivo dessa nova linha era desapropriar terrenos vazios e construir moradias por meio de empresas privadas ou mutirões. Embora uma parte daquelas famílias fosse moradora de cortiços no centro, os projetos da CDHU ocorreram em áreas das zonas leste e norte, mas relativamente bem localizadas.

No governo Luiza Erundina (PT, 1989-1992), que teve a Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) comandada por Ermínia Maricato, surgiram as primeiras experiências que, embora pontuais, já carregavam várias sementes da constituição das zonas especiais de interesse social (ZEIS) como forma de viabilizar a melhoria e a produção de novas unidades habitacionais na área central. Eu lembro que, no Plano Diretor apresentado em 1992, nós fizemos uma formulação de ZEIS, na qual as ZEIS de cortiço se chamavam ZEIS 4. Existia uma equipe de trabalho em cortiços na SEHAB, preocupada com uma visão mais abrangente, no sentido de não intervir apenas para melhorar ou substituir os edifícios encortiçados, mas trabalhar com a melhoria ambiental das quadras onde esses cortiços se concentravam. Nesse período, que coincide com o auge das propostas de mutirão com autogestão no município, a Prefeitura desapropriou sete cortiços, fez projetos bastante interessantes (320 unidades no total), mas eles só foram concluídos na gestão Marta Suplicy (PT, 2001-2004), porque ficaram interrompidos nos

governos Paulo Maluf (PPB, 1993-1996) e Celso Pitta (PPB, 1997-2000).

Em 1992, no final da gestão Erundina, foi organizado um seminário sobre a reabilitação do centro, aberto ao público e com a participação de técnicos da cooperação francesa então existente entre as cidades de Rennes e São Paulo, especialmente da *Agence internationale pour l'amélioration de l'habitat* e do *Pact-Arim*<sup>2</sup> e foi discutida a possibilidade de produção de habitação na área central, especialmente a partir da reforma de edifícios existentes. Essa questão foi incorporada no projeto do Plano Diretor, que acabou não sendo aprovado e ficou escanteado nas duas gestões seguintes.

### Como essas questões se desdobraram na década de 1990 em São Paulo?

Durante os anos 1990, houve uma grande ofensiva de reabilitação da área central de São Paulo, com importantes investimentos do governo estadual para a recuperação de edifícios ligados à cultura (Sala São Paulo, Pinacoteca etc.) concentrados na região da Luz. Em 1993, a Prefeitura criou o Programa de Requalificação Urbana e Funcional do Centro de São Paulo (Procentro), que tinha o objetivo de coordenar as iniciativas públicas e privadas de reabilitação da área central. A Associação Viva o Centro, instituição privada capitaneada pelo Bank Boston, foi criada no início dos anos 1990 e participou ativamente da criação de duas leis municipais destinadas a atrair investimentos privados para o centro: a Operação Urbana Centro, que oferecia benefícios para a requalificação imobiliária nos distritos Sé e República, e a Lei de Fachadas, que incentivava a recuperação de prédios tombados por meio da troca de potencial construtivo utilizável em áreas de interesse do setor imobiliário, ambas em 1997.

Paralelamente, os movimentos sociais começaram a fazer levantamentos de prédios vazios na área central. Muitos deles foram ocupados e, a partir daí, as reivindicações populares adquiriram outra escala. A

<sup>2</sup> Entidade privada sem fins lucrativos, enquadrada juridicamente como “associação de serviço social de interesse geral”, criada em 1942 no contexto da luta nacional contra o habitat insalubre na França. Após a criação das operações programadas de melhoria do habitat (OPAH), na década de 1960, era contratada pelos governos locais para assegurar a relação entre o setor público e os habitantes dos bairros a reabilitar, incluindo numerosos aspectos técnicos, sociais e financeiros ligados às operações. Atuou também em projetos de recuperação de centros históricos em outros países. Em 2015, a entidade modificou seu estatuto e passou a se chamar *Solidaires pour l'habitat* (SOLIHA).

<sup>1</sup> SÃO PAULO (Município), Secretaria Municipal do Planejamento. Cortiços em São Paulo: frente e verso. São Paulo, 1985.



primeira ocupação foi feita em 1997, em um prédio na rua do Ouvidor. Em seguida, o prédio do INSS da avenida Nove de Julho também foi ocupado e outros se seguiram. Os movimentos tentaram negociar com a Prefeitura e a CDHU para obter recursos para reformar esses prédios e criar apartamentos destinados às famílias ocupantes. Alguns conseguiram recursos do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), criado pouco tempo antes pelo governo federal e gerido pela Caixa Econômica Federal, voltado a famílias com renda de até seis salários mínimos mensais. Esse programa não concedia a propriedade privada plena desde o momento do contrato. Tratava-se de um *leasing* com duração de 15 anos. Durante esse período, a Caixa continuava proprietária do edifício e responsável por sua administração, o que significava vantagens e desvantagens, mas era a única alternativa disponível no momento e os movimentos faziam o possível para que os prédios indicados fossem incluídos no programa. Assim, no fim dos anos 1990, havia um grande levantamento de imóveis vazios e o consenso de que uma parte deles poderia ser reformada para habitação. Além da atuação concreta dos movimentos de moradia, existia uma discussão muito forte sobre a necessidade de habitação em áreas centrais, realizada por urbanistas, técnicos da área de transporte e outros profissionais.

Eu creio que a organização de cursos e seminários, nos quais participaram técnicos da Caixa e representantes dos movimentos e suas assessorias técnicas, foi muito importante para discutir soluções e formar quadros engajados em projetos socialmente aceitáveis para os centros. No fim de 1999, com apoio da Caixa, do *Pact-Arim* e da *École Nationale des Ponts et Chaussées* (ENPC) e participação da Associação Viva o Centro e da Centro Universitário Belas-Artes, coordenei, pelo Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos (LabHab) da FAUUSP, um curso de capacitação para gestão de programas de reabilitação de áreas centrais, em que se discutiram experiências internacionais e nacionais, assim como instrumentos para realizar intervenções que garantissem a reabilitação do patrimônio e a oferta de moradia social.

Em agosto de 2000, coordenei, também pelo LabHab, um seminário intitulado “Habitação no Centro: como viabilizar essa ideia?”, apoiado pela Caixa e pela Companhia do Metrô de São Paulo. Para esse seminário, foi organizado um texto com informações completas sobre os distritos centrais da cidade, incluindo dados sobre a evolução demográfica, o emprego, o uso do solo, a dinâmica imobiliária etc. Entre outros, convidamos os movimentos sociais e os empresários que estavam começando a fazer reformas de prédios na área central – duas reformas interessan-

tes já tinham sido feitas e esses apartamentos estavam sendo vendidos para a classe média baixa.

### **Qual era o contexto no governo federal nesse período?**

Não existia nenhuma proposta abrangente de política habitacional, muito menos para as áreas centrais, mas havia muitos técnicos na área de desenvolvimento urbano da Caixa interessados no tema. As propostas posteriores do Ministério das Cidades em relação às áreas centrais decorreram fortemente dessa série de discussões que nós fizemos e, também, da experiência concreta que foi realizada em São Paulo no período 2001-2004. A partir daí, a discussão se espalhou em algumas capitais brasileiras. Os técnicos da Caixa tiveram um papel importante, por conta das agências distribuídas no país todo. O contato entre os técnicos, os pesquisadores e os movimentos populares de São Paulo também foi essencial. Os movimentos de moradia do centro estavam mais bem organizados em São Paulo que em outras cidades brasileiras. No Rio de Janeiro, essas ações eram muito preliminares, mesmo porque o centro da cidade era bem diferente do centro de São Paulo e de outras cidades do país.

### **Você já havia tido uma experiência anterior com habitação popular em Portugal, não?**

Eu fui para Portugal em 1975 e fiquei cinco anos lá. Tive uma experiência com um programa de provisão habitacional para famílias faveladas e encortiçadas chamado Serviço de Apoio Ambulatorio Local, que funcionou por alguns anos depois da restauração da democracia, em abril de 1974. As equipes técnicas, contratadas por um organismo nacional, desenvolviam projetos de reassentamento nos próprios terrenos ou em terrenos próximos cedidos pelas administrações municipais às associações de moradores. Os projetos eram desenvolvidos em discussão permanente com os moradores, que também eram responsáveis pela gestão das obras de urbanização e construção. Trabalhei com esse projeto nas cidades de Setúbal e Oeiras, esta na região metropolitana de Lisboa.

Retomei o contato com os portugueses nos anos 1990, principalmente com o arquiteto Felipe Lopes, que tinha sido coordenador do programa de reabilitação de bairros históricos em Lisboa. Nesse programa, eles criaram linhas de intervenção mínima, de baixo custo, de modo a proporcionar as condições básicas de habitabilidade para manter a população residente, as atividades que existiam, o pequeno comércio etc., tentando não incentivar a gentrificação. Enfim, dis-

tante das propostas de demolição ou renovação total do ambiente construído e do tecido social. Parecia bastante compatível com a realidade dos bairros populares do centro de São Paulo e de outras capitais. O Felipe Lopes participou dos cursos organizados pelo LabHab e muitos outros eventos em outras cidades brasileiras.

### **Vocês estabeleceram uma rede internacional para trocar experiências?**

Exatamente, principalmente com os técnicos do Pact-Arim. Uma parte deles estava bastante decepcionada porque algumas experiências de renovação urbana e melhoria habitacional destinada a moradores pobres posteriormente se tornaram projetos completamente ligados à gentrificação, especialmente em Paris e outras cidades que contavam com mercado dinâmico e atratividade internacional.

De qualquer maneira, nós estudamos bastante os instrumentos que existiam lá. Discutimos formas de tentar adaptar os instrumentos para permitir uma atuação em perímetros alargados e criar subsídios à renovação, inclusive para que os proprietários dos prédios alugassem por valores menores em relação ao mercado privado convencional. Eles trouxeram a experiência dos parques de locação social e os subsídios ligados a essa proposta. A cooperação francesa participou do financiamento de vários dos encontros que fizemos em São Paulo, permitindo que fossem concedidas bolsas para os integrantes de movimentos sociais e de assistências técnicas.

Além das informações sobre os instrumentos legais, esses contatos foram importantes para avançar na discussão sobre as técnicas de recuperação de edifícios. A renovação dos prédios era feita, tanto em Portugal como na França, por pequenas empresas, com alta capacitação técnica, mas adaptadas ao tipo de intervenção, o que permitia que os custos fossem muito menores. Quando o PAR permitiu a reforma de prédios e essas intervenções se concretizaram no Brasil, um dos problemas era que a Caixa fazia enormes exigências para escolher as empresas, que deviam comprovar experiência técnica e capacidade financeira muito superiores às necessárias para intervenções de relativa simplicidade, inclusive porque não necessitavam de equipamentos pesados. Por exemplo, as empresas tinham que dar como garantia, quando faziam reformas de prédios, um valor semelhante ao do prédio. Com isso, só grandes empresas podiam fazer as obras e os custos acabaram sendo enormes. Isso era também completamente contrário ao nosso objetivo de formar mão de obra, incentivar pequenas

empresas e gerar empregos. Se tivesse ocorrido dessa forma, as intervenções poderiam ter sido simplificadas e multiplicadas.

### **Quais foram os principais aspectos das experiências internacionais absorvidas no desenho das políticas e dos instrumentos de intervenção em áreas centrais em São Paulo e no Brasil?**

Eu fiz um doutorado sanduíche na França, na segunda metade dos anos 1990, sobre gestão de políticas habitacionais, e para mim ficou claro que era essencial haver uma articulação entre política urbana e política habitacional. Essa articulação não existia no Brasil. Por exemplo, quando a esquerda fazia os programas de governo para as eleições municipais, estaduais ou federais, sempre havia um grupo trabalhando isoladamente as propostas para habitação popular, sem a compreensão de que é a gestão da cidade (as leis de zoneamento e a distribuição dos investimentos urbanos, por exemplo) que exclui os mais pobres e inviabiliza a habitação popular nas localizações adequadas, por determinar os preços do solo. Isto é, não adianta ter mais recursos, construir algumas casas, fazer projetos de mutirão e, ao mesmo tempo, não lidar com a questão do planejamento e da gestão da cidade. Daí o problema dos instrumentos urbanísticos, especialmente aqueles que contribuem para viabilizar a permanência ou a provisão de habitação em áreas que recebem melhorias urbanas.

As ZEIS 3 foram pensadas para serem perímetros de uma ou várias quadras onde se combinam vários instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade, com o intuito de evitar a ociosidade, obrigar a destinação de uma porcentagem mínima para habitação de interesse social (HIS), priorizar a compra de imóveis por agentes públicos, entre outros objetivos. A ideia era que houvesse um plano de intervenções em cada perímetro e as ZEIS fossem os locais prioritários de investimentos públicos em moradia popular. Na realidade, as ZEIS não funcionaram como deveriam e foram deturpadas. A atribuição de recursos estaduais e federais não privilegiou as ZEIS. Elas permaneceram no desenho, sem iniciativa pública para a aplicação dos instrumentos. Vejam como foram os projetos do Programa Minha Casa Minha Vida (MCVM): nada nas ZEIS.

A ideia de percentual mínimo de HIS também tem influências da legislação francesa de 2000 (lei Solidarité et renouvellement urbain) que, entre outros aspectos, impõe aos governos locais a responsabilidade de garantir um mínimo de 20% de habita-

ção social em todas as cidades.

Nós acompanhávamos a experiência de renovação urbana de Barcelona e de outras cidades, nas quais promover gentrificação era, ao mesmo tempo, objetivo e resultado dos projetos. Alguns técnicos franceses mais militantes tinham uma posição bastante contrária a projetos como o de Barcelona, e nós tentávamos nos apoiar nessa e em outras críticas para fortalecer a discussão no Brasil. Defendíamos, então, a criação de instrumentos para poder atuar no centro e manter os moradores pobres. Um dos objetivos do programa de locação social era ter uma oferta permanente de unidades para garantir moradia adequada aos mais pobres que precisassem permanecer no centro, sabendo que a venda de unidades próprias (e altamente subsidiadas) seria previsível no contexto da valorização.

#### **Quando foi possível aplicar esses instrumentos?**

Entre 2001 e 2004, havia equipes na Prefeitura, tanto nas áreas de habitação quanto na de planejamento urbano, que tinham acompanhado essa discussão. Havia também a participação de movimentos sociais e a simpatia do governo municipal a essas ideias. Nesse período, nós fizemos seminários que tiveram a participação do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (SindusCon-SP). Os empresários estavam bastante interessados nessa discussão, para criar um mercado da reabilitação de edifícios e depois expandi-lo para faixas de renda mais elevada.

Foi nesse contexto em que nós conseguimos desenvolver os instrumentos e colocá-los no Plano Diretor de 2002. Isso foi extremamente importante porque esses instrumentos acabaram permanecendo. As ZEIS, apesar de terem sido deturpadas, acabaram criando uma cultura do percentual obrigatório de habitação social.

#### **Qual a sua avaliação do papel dos movimentos de moradia nas primeiras experiências de reforma de prédios ociosos para HIS?**

Eles tiveram um papel essencial, com certeza. Foram eles que descobriram a via da utilização massiva do estoque de prédios ociosos, fizeram os levantamentos de campo e organizaram uma lista muito grande desses prédios. Nem todos os prédios eram adequados para transformar em habitação, mas essa lista foi importante para que eles comesçassem a trabalhar com as assessorias técnicas e desenvolver projetos de adaptação, e depois discutir o financiamento com a Caixa.

Já no fim do governo Celso Pitta, existia um apoio mais concreto aos movimentos sociais. A Caixa tinha concedido financiamentos do PAR e alguns projetos tinham sido iniciados. Depois, os movimentos mostraram que era possível fazer a autogestão desses imóveis reformados, embora não sem dificuldades, especialmente quando o número de unidades era muito grande.

## **A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA MORAR NO CENTRO**

### **O Programa Morar no Centro foi um marco das políticas de habitação em áreas centrais. Como a proposta surgiu e foi negociada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) na gestão Marta Suplicy?**

O escopo do programa surgiu das discussões comentadas anteriormente e foi definido como um “conjunto integrado de intervenções municipais” visando “melhorar as condições de vida dos moradores do centro” e “evitar o processo de expulsão da população mais pobre, que muitas vezes ocorre em políticas de reabilitação de centros urbanos”. Evitou-se o termo gentrificação, pouco usado ainda entre nós naquela época. A proposta era combinar formas diversificadas de atendimento (casa própria, locação social e PAR), de intervenção urbana (construções isoladas e perímetros de reabilitação integrada do habitat, PRIHs) e de projetos (construção nova e reforma de edifícios).

No início da administração Marta Suplicy, o pedido de empréstimo ao BID estava engavetado. De repente, se descobriu que existia esse projeto, mas nós examinamos a proposta e vimos que era completamente incompatível com o Morar no Centro e com a proposta que a Subprefeitura da Sé estava discutindo, chamada Reconstruir o Centro. A prefeita decidiu que obter esse recurso do BID era importante. A subprefeita da Sé, a arquiteta Clara Ant, e eu ficamos responsáveis por coordenar a reestruturação da proposta.

Eu estava na SEHAB. O Paulo Teixeira era o secretário de habitação e eu tinha entrado na equipe para ser coordenadora do Procentro, não para o programa de habitação popular. Era uma proposta mais ampla, mas eu fui cada vez mais me direcionando para a questão da habitação, tendo dificuldade para dialogar com os interesses da Associação Viva o Centro e, por isso, fui sendo escanteada.

O Procentro passou a ser coordenado pela arquiteta Clara Ant. Quando se descobriu que existia o financiamento do BID, a Prefeitura achou que era

uma grande oportunidade e, a partir daí, todas as propostas de intervenção foram inseridas nesse projeto e precisaram ser discutidas com o BID. Uma das propostas principais do Programa Morar no Centro era aplicar recursos do Fundo Municipal de Habitação em programas de locação social. A ideia da locação social em São Paulo era ter um parque público de edifícios em que se ofertariam unidades alugadas a um valor compatível com a renda das famílias e com condições de conforto, evidentemente, extremamente superiores aos dos cortiços. Isto é, os valores dos aluguéis seriam muito baixos para a população de baixa renda enquanto precisasse e esses imóveis nunca seriam vendidos. Seria um estoque de imóveis que também criaria um certo equilíbrio da oferta, porque os cortiços cobravam valores absurdos e os proprietários e os intermediários se aproveitavam, já que as pessoas não tinham documentação, entre outros fatores. Isso fazia com que os aluguéis custassem caríssimo e que as pessoas vivessem em condições absolutamente miseráveis.

Quando a Prefeitura decidiu trabalhar com o BID, nós tivemos que submeter o Programa Morar no Centro ao organismo. Fomos várias vezes a Washington para discutir o projeto e me lembro de um dos consultores do banco dizer: “O que é isso? É muito pobre no centro. O que vamos fazer para a classe média voltar para o centro?”. Nossa posição era a de que não seria preciso dar incentivos para a classe média voltar, porque ela voltaria por conta própria quando o centro estivesse melhor. De qualquer forma, a primeira proposta desse consultor era criar um bônus para os “pioneiros” da classe média. Nós achávamos que isso não tinha sentido. Não existia a menor possibilidade de usar recursos municipais para dar bônus para a classe média. Além do mais, quais critérios a Prefeitura utilizaria? Quem seria beneficiado, quando, onde? Era uma ideia completamente absurda e isso nós conseguimos combater, mas a negociação sobre locação social foi mais difícil. O consultor do BID realmente achava que não fazia sentido implementá-la em São Paulo, alegando que a locação social estava sendo descartada na Inglaterra – claro, a Margaret Thatcher tinha acabado com os parques de locação social – e que nos EUA esses conjuntos habitacionais só criavam problemas. Essa discussão, apesar de longa, foi bem interessante, porque nós debatemos muito sobre esse tema com especialistas dos Estados Unidos, da França e de outros países para tentar convencer os técnicos do banco de que a Prefeitura faria um número limitado de unidades de locação social e que essa linha de atuação seria sempre limitada em volume. Com o PAR, eles não tiveram nenhum problema. Eles acharam bastante interessante a proposta dos PRIHs.

### E em relação à recuperação do edifício São Vito?

Esse foi o grande problema com o BID. O prédio, construído nos anos 1950 com cerca de 600 pequenos apartamentos, era o grande símbolo da decadência do centro de São Paulo. Ao lado, ficava o edifício Mercúrio, com apartamentos maiores. O São Vito realmente estava em uma situação de degradação física enorme. Um belo dia, uma revista publicou uma entrevista com a prefeita Marta Suplicy, em que ela comentava que a visão do edifício a partir da sua janela na Prefeitura era “horrorosa” e que o prédio deveria ser demolido. O BID fez um estudo para avaliar a valorização dos imóveis do entorno caso o São Vito fosse demolido e concluiu que isso geraria impacto positivo para a Prefeitura em arrecadação de impostos. Existiam todos aqueles estudos de impacto econômico absolutamente idiotas.

Começou uma luta muito clara dentro da Prefeitura. A nossa equipe e mais algumas pessoas defendiam que o São Vito poderia e deveria ser reabilitado. Trabalhamos para elaborar um projeto, discutimos com a Caixa, e depois o secretário de habitação decidiu contratar um arquiteto de renome para o projeto ter uma marca. O fato é que a própria discussão atrasou muito a intervenção de melhoria do prédio. Houve vários projetos diferentes e, claramente, era necessário diminuir o número de unidades e criar alguns espaços comuns, mas o prédio poderia perfeitamente ser transformado – não havia nenhum problema de estrutura, por exemplo. Nós trabalhamos bastante com os técnicos franceses que tinham experiência em gestão de condomínios e, especificamente, condomínios degradados, de modo a garantir uma boa gestão depois das obras de reforma. Na França, também houve um grande problema: parte das unidades do parque locativo público (HLM) foi vendida com muito subsídio, mas depois os proprietários não tinham dinheiro para pagar o condomínio e os prédios acabaram entrando em um estado grande de degradação. O BID defendia a demolição do prédio, mas acabou aceitando a proposta de recuperação. No final da gestão Marta, o edifício tinha sido desapropriado e as pessoas já tinham saído com bolsa aluguel ou indenizações. No governo José Serra (PSDB, 2005-2006), a Prefeitura decidiu demolir o prédio. Apesar da resistência dos movimentos do centro, na administração Gilberto Kassab (DEM, PSD, 2006-2011) ele foi demolido.

Para demolir o São Vito, tiveram também que demolir o edifício Mercúrio, que estava em ótimo estado de conservação e não atrapalhava a visão de nenhum esteta. Demoliram os dois, no fundo, para criar uma área de estacionamento. Eu creio que seja



a área de estacionamento mais cara do mundo, porque houve o custo da desapropriação e o custo da demolição. A taxa de ocupação daquele terreno era de mais de 25 vezes. O prédio tinha sido construído com outras regras, ocupando a totalidade do terreno, e depois não se poderia mais construir nada parecido naquele lugar. Quando se discutia a demolição no governo Marta Suplicy, eu me lembro de ter usado pessoalmente um argumento com o Paulo Teixeira: “você ainda não concluiu a construção de nenhuma moradia, não está inaugurando nenhum dos projetos que estão sendo desenvolvidos, e, de repente, a sua primeira obra será demolir 600 unidades. Você vai ver aquele prédio ser demolido, os caminhões carregando o entulho, as complicações no trânsito, tudo por causa de 600 unidades destruídas. Pensa bem se isso é bom, politicamente, para a sua carreira. E pode ficar seguro que na universidade nós vamos criticar muito essa intervenção”.

**De forma geral, qual a sua avaliação do financiamento do BID à Prefeitura de São Paulo?**

O contrato com o BID demorou muito para ser efetivado, por conta das discussões no conselho do programa e no Senado Federal, e só foi assinado em junho de 2004, seis meses antes do final da gestão Marta Suplicy. Antes da assinatura, a Prefeitura usava recursos próprios, considerados como sua contrapartida (40%) no empréstimo total de US\$ 167,4 milhões. A maioria das intervenções da época – a reabilitação do Mercado Municipal e outros prédios e o programa habitacional, principalmente – foi realizada com recursos avançados pela Prefeitura ou pelo PAR. Em uma publicação do Instituto Pólis<sup>3</sup>, nós comentamos vários aspectos desse programa. Eu, pessoalmente, acho que esse financiamento não contribuiu e funcionou mesmo como um empecilho ao avanço da política habitacional do município no centro de São Paulo. Sem falar de como foram usados os recursos para habitação nos governos que se seguiram ao da Marta Suplicy.

Na verdade, o BID já tinha um programa no centro de São Paulo ligado à CDHU (Programa de Atuação em Cortiços), mas muito pouco coisa tinha sido feita no centro no âmbito desse projeto. Basicamente,

se dava dinheiro para as pessoas irem buscar uma habitação em qualquer lugar. Eram verbas de atendimento. Um estudo de impacto socioeconômico já havia apontado o problema da grande presença de população de baixa renda e encortiçada, e não se poderia ter dentro de um programa financiado pelo BID uma proposta clara de expulsão dessas famílias, então era preciso propor outra solução. Na negociação do financiamento do BID à Prefeitura na gestão Marta Suplicy, foi importante provar para o banco que o programa da CDHU não atendia a pessoas com renda inferior a três salários mínimos mensais para defender que era necessário um programa de locação social como forma de atender a essas famílias. Por isso, a locação social constou na proposta final aprovada pelo BID.

**A ex-prefeita Marta Suplicy, em várias ocasiões, indicou que apoiava a valorização imobiliária da área central. Você considera que, no interior da Prefeitura, havia uma aceitação de intervenções que pudessem promover a gentrificação da área central?**

Com certeza. O discurso era o da diversidade social, mas no fundo o que prevalecia era a ideia de substituição de população ou, pelo menos, dos frequentadores dos espaços públicos. Na verdade, havia algumas pessoas claramente de direita e preconceituosas naquela administração, que chegaram a afirmar que tinham medo de andar no centro, por exemplo. Uma parte da administração realmente defendia a limpeza social do centro – a retirada dos camelôs, por exemplo –, e todas essas questões foram alvo de muitas disputas.

Houve uma mudança no decorrer da discussão com o BID: as atribuições da Subprefeitura da Sé foram retiradas e a gestão do plano, que passou a se chamar Ação Centro, foi transferida para a Empresa Municipal de Urbanização (Emurb, atual SP Urbanismo). A empresa passou a ser coordenada pela arquiteta Nadia Somekh e estar diretamente ligada ao gabinete da prefeita, já que ela queria controlar o projeto de perto. O Ação Centro se tornou a menina dos olhos da Prefeitura, relacionado à venda da imagem da cidade.

**Você já tinha a percepção de que o discurso da mistura social encobria outras intenções?**

Não sei bem como isso era pensado, mas estava claro que se esperava que o centro tivesse outros frequentadores, não só os pobres e malvestidos. No entanto, ninguém falava de expulsão de moradores. No nosso

3 CYMBALISTA, Renato et al. *Políticas públicas para o centro: controle social do financiamento do BID à Prefeitura Municipal de São Paulo*. São Paulo: Instituto Pólis, 2008. Disponível em: [bit.ly/polis-politicas-publicas-para-o-centro](http://bit.ly/polis-politicas-publicas-para-o-centro). A entrevistada publicou, em um anexo do trabalho, uma avaliação do componente habitacional do programa: SILVA, Helena Menna Barreto. A habitação no financiamento do BID para o centro de São Paulo. In: CYMBALISTA, Renato et al. Op. cit.



grupo da SEHAB, estava claro que, melhorando as condições de circulação e outros problemas do centro, a classe média viria. Nossa posição era de que a vinda da classe média não era um problema, desde que se garantissem a manutenção e o aumento da população de baixa renda.

Isso me faz lembrar de outro financiamento que nós pedimos à União Europeia, o projeto “Reabilitação dos bairros centrais com inclusão social”, que buscava financiar, em um dos PRIHs, a construção de um centro de capacitação voltado à criação de pequenas empresas e à formação de mão de obra para a reforma de edifícios, destinado principalmente aos moradores dessas áreas. A ideia era construir, dentro de uma área de ZEIS, um edifício para locação social e outro para o centro de capacitação. Na época, nós chegamos a fazer um concurso público de projetos com o departamento estadual do Instituto de Arquitetos do Brasil. Eu lembro que estive em Bruxelas para discutir essa proposta e a primeira contestação que os técnicos da União Europeia fizeram foi de que se tratava de um projeto de gentrificação. Eu respondi que a nossa equipe estava tentando fazer alguns contrapontos à gentrificação, porque as intervenções do projeto financiado pelo BID poderiam resultar em gentrificação, e que nós estávamos tentando garantir um espaço para a habitação popular, permitindo a permanência de uma parte dessa população trabalhadora. Eles resistiram bastante. O empréstimo saiu depois, mas o projeto foi alterado na administração Serra.

Ao falar de intenções de substituição camufladas, eu queria reforçar que nós sentíamos que formávamos um bloco – os técnicos da Prefeitura que estavam engajados com o Projeto Morar no Centro e os movimentos sociais –, e que, de qualquer forma, a ex-prefeita Marta Suplicy apoiou todos esses projetos de habitação popular, com exceção do edifício São Vito, que ela considerava muito feio.

### **Como foi a experiência dos perímetros de reabilitação integrada do habitat (PRIHs)?**

Os PRIHs faziam parte do programa do PT para a habitação no centro. Uma das inspirações foram as operações programadas de melhoria do habitat (OPAH) francesas. Os PRIHs eram territórios que deveriam ter um plano discutido com a população local, nos quais vários instrumentos seriam aplicados. A ideia era ter um escritório-antena em cada um deles, fazendo a articulação com a população e os responsáveis por políticas setoriais. Na instalação desses perímetros, na Luz e no Glicério, se pôde ver que havia várias entidades atuando nessas áreas de

maneira dispersa, sem comunicação. Era o caso do movimento dos catadores de papel, dos comerciantes e da Igreja, entre outros. Havia conflitos, mas a participação dos diversos grupos de cada perímetro promoveu uma articulação entre eles para elaborar os planos de intervenção e produção habitacional.

Na Luz, o escritório-antena durou mais tempo. Nos dois perímetros, além dos problemas de habitação, existiam problemas sociais grandes. A área do Glicério era bastante complicada, com a presença do tráfico de drogas. É importante lembrar o papel da Igreja católica como proprietária imobiliária. No perímetro da Luz, grande parte dos imóveis pertencia à Cúria Metropolitana, que os alugava para comerciantes. Existiam também alguns cortiços que estavam dentro das áreas da Igreja. Quando houve a delimitação da ZEIS, a Cúria foi procurada pela Prefeitura para informá-la das regras específicas e eventuais penalidades às quais os terrenos localizados em área de ZEIS estavam submetidos. Tentou-se fazer um processo de negociação e me lembro de que havia um padre responsável pelo patrimônio imobiliário da Igreja, que resistiu um pouco. O cardeal Dom Evaristo, já afastado das funções religiosas e políticas, morava na área do PRIH-Luz. O então cardeal Dom Claudio Hummes participava com alguma frequência das reuniões do PRIH e teve um papel muito importante, porque pressionou a Igreja a ceder, e uma parte dos terrenos foi vendida para a empresa que construiu o conjunto residencial no perímetro da Luz.

### **Que tipo de influência os promotores imobiliários e a Associação Viva o Centro desempenhavam?**

Os proprietários imobiliários não pressionavam muito, porque não eram organizados. A propriedade na área central de São Paulo é complicada, por conta de questões como espólios não resolvidos e acúmulo de dívidas. Nós destrinchamos um pouco melhor esse assunto em uma pesquisa<sup>4</sup>. Não havia organização dos proprietários, mas a Associação Viva o Centro exercia muita pressão para que uma parte dos edifícios vazios fosse destinada para projetos de classe média, porque a Associação tinha muito medo que o centro fosse transformado em um gueto pobre.

<sup>4</sup> SILVA, Helena Menna Barreto (Coord.). *Tributos imobiliários e imóveis vazios no centro de São Paulo*. São Paulo: Lincoln Institute of Land Policy, 2009. Disponível em: [bit.ly/tributos-imobiliarios-imoveis-vazios](http://bit.ly/tributos-imobiliarios-imoveis-vazios).

**Em relação aos edifícios ociosos da área central de São Paulo, quais aspectos chamavam a atenção na época?**

Havia muitos hotéis desocupados. Os hotéis são um tipo de edifício que tem uma vocação básica para ser transformado em apartamentos, porque os andares já têm divisões em pequenos cômodos e muitos banheiros. Por isso, grande parte dos hotéis estava nas nossas listas para ser comprada. Ao mesmo tempo, a Associação Viva o Centro buscava incentivar a reforma de alguns hotéis para aumentar a oferta de hotelaria de alto padrão no centro. Uns dois ou três chegaram a ser remodelados, mas pouco mudou, já que o centro não se gentrificou e não havia muita demanda por hotéis na área, com exceção de alguns no entorno da República. Para a política habitacional, o melhor cenário teria sido a compra dos antigos hotéis pelo PAR e a destinação para habitação popular, porque não existiam outros compradores potenciais na época. Atualmente, há vários antigos hotéis ocupados por diferentes movimentos sociais.

Havia também outros prédios maiores, antigos edifícios comerciais com andares sem subdivisões, que acabaram sendo comprados ou alugados por universidades particulares e órgãos da Prefeitura e do governo estadual que decidiram voltar para o centro antigo, depois de terem debandado na segunda metade do século passado. Esse processo tinha começado na administração Luiza Erundina com a mudança da sede da Prefeitura do Parque Ibirapuera para o Palácio das Indústrias, no parque Dom Pedro (e depois para a antiga sede do Banespa ao lado do viaduto do Chá), seguida da volta de outras secretarias municipais. Nos anos 2000, empresas estaduais, como a Companhia do Metrô e a CDHU, também se instalaram no centro. Esse movimento de retorno da administração pública foi muito importante para ocupar uma parte dos grandes prédios e valorizar a área central. Além disso, estimulou muitos funcionários a mudarem para o centro, o que explica em parte o aumento da população e ocupação dos domicílios vazios constatada pelo Censo de 2010.

**Qual era a posição dos promotores imobiliários em relação às propostas de habitação popular na área central de São Paulo?**

Vou dar um exemplo. A primeira proposta de ZEIS, votada no Plano Diretor quando o PT tinha mais força na Câmara dos Vereadores, não previa habitação de mercado popular (HMP), voltada à classe média, só HIS. Os percentuais eram de 40% de HIS e o restante para outros usos – no centro, basicamente usos

comercial (incluindo estacionamentos), institucional e indústria não poluente. Dessa forma, seria possível fazer um mix de usos que tornaria a produção de habitação social muito mais barata e seria mais adequado para manter as características de centro popular. Os térreos, a parte mais cara dos imóveis, seriam destinados aos usos comerciais. Quando os planos regionais foram discutidos, em 2004, o Sindicato de Habitação (Secovi-SP), o SindusCon-SP e outras associações do setor da construção civil entraram com força no debate e conseguiram mudar a destinação de 60% de área para outros usos e criar a obrigatoriedade de 40% de HMP, sobrando 20% para outros usos. Com isso, a proposta e a equação econômica que estavam sendo pensadas foram por água abaixo. A inclusão do HMP foi decidida pelos vereadores e isso mudou totalmente o funcionamento das ZEIS. Quando as empresas foram atuar nas ZEIS, elas produziram para a renda média, se utilizando da isenção de pagamento de outorga onerosa nessas áreas. Ou seja, foi um presentão para as construtoras. Companheiros nossos que estavam na Câmara dos Vereadores não perceberam que, quando existe uma disputa pelo mesmo terreno, os usos mais rentáveis (imóveis mais caros) são beneficiados por poderem pagar mais e, nessa situação, a produção de HIS fica absolutamente inviável.

## TRANSFORMAÇÕES RECENTES DO CENTRO DE SÃO PAULO

**O mercado imobiliário da área central vem se dinamizando há pelo menos uma década e o Censo 2010 registrou crescimento demográfico dos distritos centrais de São Paulo nos anos 2000, revertendo a tendência de diminuição da população residente. Como você analisa essas transformações?**

Elas estão muito relacionadas com a crise do trânsito e do transporte na metrópole. Algumas pessoas começaram a considerar morar no centro por conta do enorme tempo gasto nos deslocamentos. O centro é a região mais acessível por transporte público e continua a concentrar as ofertas de emprego e as possibilidades para atividades informais. O primeiro movimento é uma busca por aluguel na área central. Em uma pesquisa que coordenei<sup>5</sup>, nós vimos que o

5 SILVA, Helena Menna Barreto (Coord.). Tributos imobiliários e imóveis vazios no centro de São Paulo. São Paulo: Lincoln Institute of Land Policy, 2009. Disponível em: bit.

número elevado de imóveis vazios tinha diminuído bastante e que realmente havia uma demanda enorme por habitação na área, não só de trabalhadores do centro, mas também de pessoas que trabalhavam em outras áreas servidas pelas linhas do metrô. A inauguração da linha 4-amarela do metrô ampliou essa procura. Havia, então, uma demanda grande de apartamentos baratos por estudantes, trabalhadores do comércio e servidores que se mudaram para o centro com a instalação dos órgãos públicos na área, impulsionando a ocupação do imobiliário existente.

A produção de unidades residenciais aumentou muito. Eu fiquei impressionada em ver que, nos últimos anos, mesmo após o boom imobiliário, o distrito República recebeu uma parte considerável da produção de edifícios novos da cidade. Entre 2013 e 2016, os lançamentos nesse distrito (4.231 unidades) corresponderam a 4,2% do total do município. Essa participação é maior que a dos distritos de Tatuapé e Santo Amaro, por exemplo. Grande parte são miniapartamentos, que, aliás, eram muito comuns no centro até os anos 1950. Alguns são estúdios que chegam a ter 10 m<sup>2</sup>, em prédios com espaços de *co-working* e outras áreas comuns. Há, portanto, uma grande produção desse tipo, que aumentou a oferta. O valor médio do metro quadrado dos lançamentos imobiliários da área da República subiu muito comparativamente aos outros bairros da cidade. Não se compara com o valor dos bairros mais caros, mas os preços subiram muito. De qualquer forma, não acho que seja um processo de gentrificação.

#### **Quais as principais características desse repovoamento da área central de São Paulo?**

Eu acho que o caráter popular do centro permanece, porque é uma pequena classe média que vem se mudando para lá. Eu tabulei alguns dados e vi que, entre 2000 e 2010, o crescimento maior é o da população masculina, sendo que antes existia uma população feminina maior, de mulheres sozinhas, por exemplo. O crescimento da população da subprefeitura da Sé<sup>6</sup> foi de 15,5% entre os dois censos, quase o dobro do crescimento registrado no município, que foi de 8,8%; a população masculina cresceu 19,4% e a feminina 12,3%. Devem ter se mudado muitos homens sós para a área central. Não houve um aumento muito grande da renda média da região. Esse processo de repovoamento está acontecendo, mas é um repovoamento popular ainda, e, em alguma me-

da, esporádico.

Lembro uma entrevista que o empresário Claudio Bernardes, ex-presidente do Secovi-SP, me concedeu em 2008. Ele foi pioneiro na reciclagem de prédios na área central, com o lançamento de um empreendimento no fim dos anos 1990. Na época da entrevista, ele me disse que não conseguia chegar ao preço de metro quadrado mínimo para justificar os investimentos e que, caso não ultrapassasse esse piso, iria parar de produzir no centro. Isso provavelmente mudou a partir do boom imobiliário e da maior oferta de crédito. Em 2016, o valor médio das unidades lançadas na República foi de R\$ 515 mil.

Com a entrada das incorporadoras na Bolsa de Valores, muitas dessas empresas compraram terrenos na área central e nos distritos vizinhos e têm que destiná-los de alguma maneira. Eu acredito que as grandes empresas devam ter aumentado muito sua presença no centro.

#### **Mesmo que não haja um processo de gentrificação em curso, como você vê a situação dos grupos de baixa renda que sofrem pressões constantes, como na Luz?**

Existem duas questões. A primeira é a pressão pela valorização da área com o aumento geral dos aluguéis, incluindo o aluguel em cortiços. Parte dos mais pobres precisa sair para as favelas. A segunda é a tendência de retirada total do setor público e a privatização da produção de HIS, reduzindo enormemente o atendimento aos mais pobres. Vemos hoje as agências públicas (COHAB/SP e CDHU) desenvolvendo projetos que atendem prioritariamente às classes médias. Existe mesmo uma pressão dessas agências públicas em mudar o perfil de bairros inteiros. Isso começa com a primeira proposta de parceria público-privada (PPP) de habitação do governo do estado, utilizando todas as vantagens do instrumental deixado pelo Plano Diretor. Em 2012, a Secretaria Estadual de Habitação fez a proposta dessa PPP, com cerca de 22 mil unidades, em cima das ZEIS e apresentou o discurso de que parte dos imóveis é destinada à classe média, mas que os mais pobres também são atendidos. A proporção destinada às famílias de mais baixa renda, no entanto, é sempre absurdamente baixa. A PPP traz novos moradores de renda superior para zonas que eram ocupadas majoritariamente por população pobre e encortiçada. Trata-se claramente de induzir a substituição dos moradores.

O problema não é só relacionado à habitação, porque essas intervenções também tendem a acabar com o comércio local. Esse é um dos fatores que

ly/tributos-imobiliarios-imoveis-vazios.

<sup>6</sup> Composta pelos distritos Bela Vista, Bom Retiro, Cambuci, Consolação, Liberdade, República, Santa Cecília e Sé.

não deixou o Projeto Nova Luz ser implementado, porque houve uma resistência muito grande dos comerciantes. Essas atividades são muito rentáveis e as indenizações de lucro cessante são muito elevadas. Todas as atividades são muito rentáveis, até os cortiços. Existe um equilíbrio nessas áreas e esses grandes projetos impactam diretamente essas atividades.

Esses projetos custam caríssimo para o poder público. O governo estadual faz um contrato com essas empresas, em que elas são responsáveis pela construção, pela venda dentro de certos critérios e pela gestão dos condomínios por um certo tempo. É um negócio completamente absurdo e exige um esforço enorme por conta das desapropriações. No Projeto Nova Luz, a proposta era, por meio da concessão urbanística, delegar os custos das desapropriações aos investidores privados. Isso não funcionou, porque o mercado não está interessado. Eu acho que está claro que o mercado imobiliário de renda média e superior não está interessado no centro. O problema é que o simples anúncio dos projetos ou as primeiras medidas para implementação deles (desapropriações e demolições) têm efeitos importantes sobre os moradores e sobre o mercado imobiliário, desestabilizando a vida do bairro inteiro.

#### **A falta de concorrentes na licitação da PPP de habitação indica essa falta de interesse?**

Exatamente. Os estudos iniciais da PPP foram realizados em 2012 pelo Instituto de Urbanismo e Estudos para a Metrópole (URBEM). Em seguida, o governo estadual publicou um decreto de desapropriação e teve que voltar atrás, porque a lista de imóveis tinha prédios residenciais, cortiços, comércios funcionando, entre outros. Um absurdo total. O número inicial de unidades foi reduzido para 14 mil na licitação do projeto, e, dos seis lotes licitados, só um está sendo executado, com 3.683 unidades, sendo 2.260 para famílias com renda mensal entre 1 e 6 salários mínimos. Na licitação da PPP, esse lote foi o único a receber propostas, de uma só empresa, a Canopus.

O custo de cada unidade será muito superior ao limite do MCMV faixa 2. Isso é um absurdo porque o custo unitário é enorme, e esse subsídio é absolutamente irracional para a destinação para baixa renda. Muitos dos terrenos também são públicos, ou seja, a Prefeitura e o governo estadual dão os terrenos, os prédios que estão sendo construídos nessas áreas são caríssimos, e os subsídios gastos são muito elevados para, no fim, trazer famílias de classe média. É uma enorme falta de lógica do ponto de vista social, mas também do ponto de vista da gestão do dinheiro pú-

blico. Também não consigo entender do ponto de vista empresarial, dada a falta de interesse dos empresários em participar da licitação.

#### **Qual a sua avaliação da qualidade arquitetônica e da inserção urbanística dos empreendimentos da PPP de Habitação?**

Essa PPP acabou se transformando em algo absolutamente contrário à primeira proposta, que previa projetos de qualidade e uso múltiplo, ainda que ignorando e destruindo o tecido urbano e social dos bairros. Essas preocupações acabaram e os empreendimentos que estão sendo construídos são iguais a tantos outros da periferia. O projeto original para a quadra da antiga rodoviária era a construção do Teatro de Dança, um grande equipamento cultural. Esse projeto não se realizou e se resolveu fazer um grande conjunto habitacional que não requalifica a área e dificilmente atrairá compradores interessados em qualidade arquitetônica. Eu continuo a apostar em intervenções diversificadas nas quadras do centro combinando preservação e melhoria de alguns imóveis com novas construções com qualidade arquitetônica e equilibrando os tipos de uso, como na proposta dos PRHs.

#### **Qual a sua avaliação geral do uso de PPPs em políticas habitacionais?**

As PPPs são hoje vistas como o grande achado das políticas habitacionais. Para HIS, não existe nada além disso e do MCMV, que é raríssimo na cidade de São Paulo. A COHAB/SP, por exemplo, lançou há alguns meses a licitação internacional de uma nova PPP de habitação na cidade inteira (22 mil unidades). Isso precisa ser estudado, porque o custo público é enorme. Não tem lógica, tanto do ponto de vista financeiro quanto do ponto de vista do atendimento habitacional. Estou preocupada com a falta de uma crítica mais geral à política das PPPs porque é preciso denunciar a ausência do Estado na produção habitacional e a lógica atual que desconsidera a necessidade de fazer o maior número possível de unidades pelo menor custo – tanto o custo público quanto o custo para as famílias –, que permitiria o aumento das possibilidades de acesso à moradia pelas famílias de baixa renda. Nenhuma dessas questões está presente no debate.

No fundo, é a mesma ideia do que está sendo realizado no Porto Maravilha, no Rio de Janeiro: o Estado dá os terrenos para as empresas e depois tenta tirar uma migalha para implementar alguma iniciativa do plano de habitação de interesse social. Então, mon-



tantes enormes de recursos são gastos para depois tentar realizar algum projeto que seria socialmente inclusivo. Por que não contratar apenas o projeto e a construção nos terrenos que já são públicos? Por que não buscar formas de reformar os prédios vazios de maneira menos custosa? Por que oferecer subsídio municipal em PPPs?

Na conversa com os movimentos sociais, eu percebo que a única coisa com a qual eles estão conseguindo se preocupar agora é se participam dos conselhos da PPP e em que condições. Eu acho a participação muito importante, porque existem brechas que podem ser usadas, no mínimo para impedir o andamento do projeto, como aconteceu no Nova Luz, apesar de todos os estragos que chegaram a ser feitos. Os movimentos de moradia criticam, entre outros aspectos, os critérios de seleção dos contemplados da PPP, que exigem a comprovação de vínculo empregatício no centro. Isso exclui quem não trabalha no centro e os numerosos moradores da área central que são trabalhadores informais. Eles também condenam o fato do projeto não incluir famílias com renda mensal inferior a um salário mínimo.

Em resumo, não há uma crítica mais aprofundada sobre o modelo das PPPs. Acho que é um efeito do quadro geral do país, de desesperança e de falta de propostas. Por outro lado, nesse quadro atual, não vejo que as PPPs de habitação vão andar com muita rapidez, por conta da crise e do mercado desaquecido.

### **Existe o risco de o estoque de terras em ZEIS ser consumido para atender faixas de renda não prioritários do ponto de vista do déficit habitacional?**

Se a produção privada tradicional para renda média (HMP) e as PPPs continuarem, com certeza. Grande parte do estoque de ZEIS vai ser comprometida, embora ainda permaneçam as exigências do Plano Diretor para a construção do percentual mínimo de HIS. O problema é que as unidades de HIS oferecidas nem sempre atendem aos mais necessitados. Mesmo quando os programas contemplam a faixa de renda mais baixa (0 a 3 salários mínimos), dificilmente as unidades têm preço adequado às famílias com renda inferior a 3 salários mínimos, o que dificulta o acesso dessas famílias à moradia. O ex-prefeito Fernando Haddad (PT, 2012-2015), ao apoiar a PPP na versão mais recente, afirmou que a construção por meio desse modelo seria mais rápida que as obras realizadas pela Prefeitura e propôs que o município oferecesse mais subsídios para viabilizar o acesso aos mais pobres. Ora, ao contrário do que parece, subsídios geralmente têm efeitos perversos: quando os

proprietários ou os empresários sabem que o comprador conta com subsídio e pode pagar mais caro, o preço dos imóveis tende a subir. Os subsídios acabam nas mãos dos proprietários fundiários ou dos empresários.

Os movimentos sociais tiveram que lidar com essa situação, quando tentaram comprar terrenos para empreendimentos do MCMV Entidades na região metropolitana de São Paulo. Em um caso, a negociação já estava avançada com um proprietário, mas outro empreendedor tinha interesse no mesmo terreno para um empreendimento do MCMV na faixa 2. O preço do terreno subiu imediatamente, porque o proprietário sabia que o segundo empreendedor poderia pagar mais, já que venderia as unidades por preços superiores. O poder público precisa exercer um papel proativo de controle dos subsídios e do preço dos terrenos. Não é razoável esperar que a iniciativa privada exerça o protagonismo na produção de habitação de interesse social.

### **O número de imóveis ociosos vem diminuindo na área central de São Paulo. Do ponto de vista da política habitacional, qual é a importância do combate à ociosidade?**

Eu acredito que existe muita margem para combater a ociosidade e destinar os imóveis sem uso para habitação de interesse social, tanto nos distritos centrais como em áreas adjacentes, como a Mooca. Quando nós fizemos a pesquisa sobre os tributos imobiliários<sup>7</sup>, percebemos que existe um número considerável de edifícios ocupados nos térreos – principalmente por estacionamentos, que geram rendas elevadas aos proprietários – e desocupados nos andares superiores. Isso também acontece em outras capitais brasileiras. O valor do metro quadrado dos térreos é, em muitos casos, seis vezes superior ao valor dos demais andares. É necessário, portanto, estimular usos comerciais nos térreos, mas recuperar os andares superiores para o uso residencial.

A construção em miolo de quadras é outra estratégia possível. Em vários dos bairros centrais de São Paulo, existem quadras com sobrados e pequenos edifícios, que podem receber novas construções. Para isso acontecer, é preciso realizar projetos detalhados. Os PRIHs eram tão importantes porque permitiam que equipes de arquitetos estudassem a fundo perímetros específicos e identificassem oportunidades, como projetos de usos mistos sem grandes modificações. A ideia não era, necessariamente, realizar demolições e verticalizar essas áreas. Eu acredito que a

<sup>7</sup> Op. cit.



política de intervenção no território da área central deva ter uma dimensão muito mais pontual que as grandes licitações. As grandes construtoras não têm o menor interesse em realizar projetos de pequeno porte. O lucro delas está na escala e na repetição.

Existem muitas possibilidades de implementar uma política de combate à ociosidade, inclusive com IPTU progressivo no tempo, mas esse instrumento não funciona isoladamente. Nos dois exemplos citados, o melhor seria se a Prefeitura tivesse programas específicos de parceria com os proprietários e linhas de financiamento para produzir HIS nessas situações particulares.

Eu acredito que há um estoque imobiliário considerável para ser transformado. As ocupações de antigos hotéis por movimentos sociais apontam para isso. Além disso, defendo que as construções novas de habitação de interesse social incorporem usos mistos, porque o centro não é lugar para se fazer conjunto habitacional no sentido tradicional. É preciso misturar os usos e manter as atividades econômicas e os empregos dessa área.

**Quais são os maiores entraves para a realização de intervenções que produzam habitação de interesse social nas áreas centrais?**

Não existe uma política habitacional voltada às condições específicas das áreas centrais, ou seja, que desenhe programas adequados ao tecido urbano, às características da propriedade imobiliária existente e às necessidades e às aspirações das pessoas de baixa renda. Não há, tampouco, linhas de financiamento adaptadas. Nesse momento, o MCMV é o único programa habitacional de relevância, com a lógica de produção em escala em grandes terrenos. Para as grandes empresas, interessa pouco a reforma de prédios em áreas centrais ou a execução de pequenos empreendimentos. Se houver interesse político, eu acho que não seria impossível usar recursos do Fundo Municipal de Habitação, da CDHU e federais, inclusive do MCMV, para implementar uma política séria. Quanto aos terrenos vazios e edifícios a reformar,

talvez haja estratégias de aquisição, mistura de usos e escolha de empresas que permitam reduzir custos e multiplicar o atendimento. Enfim, acho possível produzir HIS em grande escala, multiplicando pequenas intervenções de reforma e construção nova nas áreas atuais de ZEIS do centro.

**Quais ações podem ser tomadas nesse cenário de ausência de uma política habitacional específica para os centros?**

No atual cenário político, talvez não seja realista pensar em soluções racionais, mas sim tratar das emergências ou de corrigir erros de projetos em andamento. Em relação às ocupações de edifícios abandonados, não é possível deixá-las sem o mínimo de acompanhamento. Essa questão está diretamente relacionada à tragédia do edifício Wilton Paes de Almeida. O poder público é responsável pelo o que está acontecendo lá dentro e tem que, na medida do possível, entrar em contato com o movimento e propor um acompanhamento das condições de segurança. As instalações elétricas normalmente são precárias e utilizadas acima da capacidade. Se for impossível corrigir, as famílias precisarão sair e as autoridades municipais têm que estar preparadas para oferecer soluções provisórias com um mínimo de qualidade (contratos com hotéis e proprietários de imóveis vazios, entre outras).

Há alguns projetos de reforma de prédios ocupados por movimentos com recursos municipais ou federais, mas o processo é muito lento. Por outro lado, além das dificuldades para obter imóveis, mesmo quando foi possível a liberação de recursos por meio do MCMV Entidades, há um conjunto de entraves que precisam ser contornados.

Com relação às PPPs em andamento, considero que o mais adequado seria negociar a destinação de um número importante de unidades para alugar às famílias com pouca renda e hoje locatárias. Esse parque locativo poder ser gerido pela COHAB/SP ou por uma ONG capacitada. ■

**Helena Menna Barreto Silva** é graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1965), mestre (1990) e doutora (1998) em Estruturas Ambientais Urbanas pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Realizou pós-doutorado na Universidade de São Paulo (2006). Pesquisadora do Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos (LabHab) da FAUUSP e pesquisadora independente do *Lincoln Institute of Land Policy*. Trabalhou na Empresa Municipal de Urbanização de São

Paulo (Emurb, 1981-1985) e na Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU, 1985-1995). Coordenou o Programa Morar no Centro na Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo (2001-2004). Atuou como consultora de diversas organizações, como Banco Mundial (1991-1992), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (1997), Fundação SEADE (1998), Pact-Arim Internacional (1999-2000), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2005-2006) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (2009-2010).

# Peixes e aquários

## *peças e cidades*

a simbiótica relação entre  
habitantes e seus locais

Nathalia Assmann Gonçalves

O filme *Aquarius* retrata uma questão bastante latente nas grandes cidades atuais: a especulação imobiliária. O enredo se desenrola a partir de uma não aceitação de venda do apartamento de propriedade de Clara. A empresa compradora pretende destruir o prédio no qual a protagonista reside e construir um novo condomínio mais luxuoso no local. A personagem se vê em um embate bastante simbólico com a construtora que já havia comprado todas as unidades do edifício, só restando a de Clara, que se vê sozinha no prédio cobiçado.

Digo simbólico o embate, pois a negativa se baseia menos em uma questão monetária, já que a oferta é de um valor bem elevado, e mais em uma razão subjetiva de preservação de

memória e apego afetivo ao ambiente. Nesse sentido, há uma evidente resistência à ideologia que reduz tudo e todos a um valor comercializável – isto é, abre margem a uma crítica à racionalidade mercadológica que atualmente se tornou regra nas grandes cidades. Esse embate fica bastante evidente, pois Clara pertence à classe média/alta, não necessitando de mais dinheiro para seguir sua vida já confortável no bairro de Boa Viagem em Recife. Nesse sentido, a protagonista não é seduzida por nenhuma quantia em dinheiro, devido sua condição social permitir essa escolha. Vale ressaltar que, caso a personagem e os habitantes desse prédio pertencessem a uma camada mais vulnerável e precária da sociedade, não haveria tanto diálogo como ocorreu no

**Nathalia Assmann  
Gonçalves**

é graduada em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestranda em Direito pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

ago.nathalia@gmail.com

filme, conforme exemplos trágicos na história brasileira<sup>1</sup>, em que famílias foram retiradas a base de força policial, mesmo quando preenchiam os requisitos de usucapião ou de concessão.

Entretanto, apesar de o filme não ter escolhido uma pessoa pertencente à camada social mais baixa não é perdida a credibilidade da crítica ao ganancioso mercado imobiliário que não mede esforços para atingir os seus objetivos por mais lucro individual. Clara bravamente se utiliza de sua posição privilegiada para afirmar que o apartamento em questão não possui preço, mas sim um enorme valor sentimental.

Observando por um viés de classe, a protagonista poderia ser uma cliente da construtora em questão, entretanto essa possível relação contratual não é concretizada. O filme pretende abordar a questão da especulação imobiliária a partir de uma negativa que é mais respeitada (por vir de uma classe mais abastada) do que aquela vinda de uma pessoa com menos recursos financeiros, restando aí uma crítica à valorização do valor de troca em relação ao valor de uso.

A protagonista vive de maneira empoderada em sua residência, ao rejeitar argumentos que afirmam ser perigoso uma mulher viver sozinha em um prédio. Nesse sentido, é colocado em xeque os “discursos prontos” de sua classe privilegiada, na medida em que Clara reconhece o seu local de fala e tenta articular maneiras de resistir a essa lógica dominante. Essa questão fica bastante evidente nos diálogos que trava com Diego, responsável pela empresa de construção, e também com seus filhos, que não compartilham, abertamente, de seu posicionamento contrário à venda.

É interessante que o “não” direcionado para quem normalmente ouve “sim” pode desencadear comportamentos bastante perversos, como se observou nas práticas não explícitas de retaliação à não cooperação. Como no caso de uma “festa” promovida pela construtora, exatamente no apartamento acima do de Clara, ocasionando uma sujeira desconcertante nas áreas comuns do edifício. Além desse caso, há também a sorrateira e clandestina colocação de cupins em vários apartamentos adquiridos pela empresa no prédio em que Clara ainda reside. Esse último fato é bastante metafórico, sendo o desfecho do filme, por representar os interesses do mercado na cidade, podendo ser feita uma alegoria, na qual os cupins representariam as empresas sedentas por lucro e metas financeiras e a madeira sendo a cidade e os habitantes que são fagocitados pelos interesses mercantis espe-

culatórios.

Interessante também observar que o filme pontua a questão do privilégio passado de geração em geração, tal qual no modelo aristocrático, mostrando que a riqueza se forma de maneira automática ao se pertencer à determinada família. Essa situação fica evidente no momento em que Diego afirma ser neto do dono da empresa de construção, mostrando um maior envolvimento de sua vida com a construtora, sendo também “uma questão de família” conseguir comprar o apartamento e iniciar o novo empreendimento. Isso também é demonstrado quando conversa com seu amigo jornalista, que afirma empregar quase toda sua família na redação do jornal. Esses fatos contribuem para que haja uma reflexão, também, sobre como que é de fato construída a elite brasileira, ou seja, qual é a lógica que rege esses “donos(as) de capital”, de que maneira se operam esses privilégios e como se refletem na formação da cidade que moramos. Por essa razão é que o retumbante “não” de Clara serve para negar não só a venda de sua unidade habitacional, mas também essa lógica de privilégios que é acostumada a receber somente “sim” por serem possuidoras do famigerado “valor de troca”. Conforme afirma Lefebvre (2011), a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso. Em outras palavras, em virtude do sistema econômico (que se tornou um modo de vida), o valor de uso foi subjugado pelo valor de troca. Essa realidade não considera os habitantes da urbe que constantemente se veem em embates operados por essa lógica.

Importante destacar que o filme deixa bastante claro que o lugar em que se vive é muito mais do que uma mera transformação em capital, ou como muitos afirmam “porto seguro em tempos de crise”; é também um ambiente em que resguardamos memórias, afetos e recordações. No caso de Clara, esse local foi importante na cura de um câncer, por vezes lembrado no filme, e palco da criação de seus filhos. Através de *flashes* de cenas do passado, se percebe um apego bastante emocional a essa moradia, que abrigou muitas celebrações e alegrias.

A trama mostra também a relação que Clara possui com o entorno do seu local de residência, indicando o quanto formamos redes de afeto ao residir em um ambiente; isto é, o quanto as trocas subjetivas e objetivas que estabelecemos em um local podem se modificar ao residir em outro endereço. Isso mostra que a nossa vida está intimamente conectada com as relações que o ambiente de moradia pode nos

<sup>1</sup> Como nas emblemáticas e violentas remoções que ocorreram no período dos grandes eventos sediados nas grandes cidades brasileiras, como a Copa e as Olimpíadas.



proporcionar.

O filme, sem dúvida, abre margem para a questão sobre “que tipo de cidade queremos?”, a qual, segundo David Harvey, não pode ser separada da questão do tipo de pessoas que queremos ser, que tipo de relações sociais buscamos, que relações com a natureza nos satisfazem mais, que estilo de vida desejamos levar, quais são os nossos valores estéticos. O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização (HARVEY, 2014). A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e a nossas cidades é um dos direitos humanos mais preciosos, ainda que um dos mais menosprezados pelo fato de, inevitavelmente, ir de encontro aos interesses do mercado que visa o lucro e não o compromisso social, que visa metas e não a sustentabilidade social da urbe.

Dessa maneira, esse filme retrata um quadro que está cada vez mais comum nas grandes cidades, não só no Brasil, mas globalmente. Essa realidade urbana mercantilizada transforma em produto não só o local que utilizamos para viver, mas também a cidade como um todo; isto é, confundindo o preço com valor, como se tudo estivesse à venda e a serviço do capital. Nesse sentido, tendo em vista a relação simbiótica que nós, moradores das cidades, possuímos com as mesmas, deveríamos reivindicar esse direito democrático de uso a fim de contemplar todos e todas, de uma maneira coletiva e não individual. Portanto, em alusão ao nome do filme, somos tal qual peixes de aquário, dependentes de um ambiente não inóspito para sobreviver; somos pessoas da cidade que necessitamos de um ambiente socialmente acolhedor para que possamos (con)viver de uma maneira socialmente mais justa.

## REFERÊNCIAS

- Filme **Aquarius**. Ano de produção: 2016; Direção: Kleber Medonça Filho. Duração: 142 minutos; Gênero: Drama; País de origem: Brasil
- HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014. 294 p.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001. 143 p. ■

## RESUMO

O premiado filme brasileiro, *Aquarius*, conta a história de uma moradora e proprietária de um apartamento localizado em um ponto cobiçado por uma construtora. Essa empresa pretende construir um novo empreendimento no local, mas para isso necessita comprar todas as unidades do edifício em questão. Lara, a moradora protagonista, se nega a vender seu apartamento por questões subjetivas. A partir desse momento, a história se aprofunda, perpassando diversas simbologias que nos remetem criticamente à ideologia mercadológica vigente e, por vezes, naturalizada na concepção de muitos moradores da cidade. Nesse sentido, a trama é bastante rica em metáforas sobre os rumos que a cidade tem tomado.

**Palavras-chave:** Cidade; Especulação imobiliária; Mercado.

## ABSTRACT

*The award-winning Brazilian film, Aquarius, tells the story of a resident and owner of an apartment located at a point coveted by a construction company. This company intends to build a new enterprise in the locality, but for this it needs to buy all the units of the building in question. Clara, the resident protagonist, refuses to sell her apartment for subjective reasons. From that moment the history begins to be more profound, permeating various symbolologies that critically refer us to the prevailing market ideology and sometimes naturalized in the conception of many city dwellers. In this sense, the plot is very rich in metaphors about the directions that the city has taken.*

**Keywords:** City; Speculation; Market.

### Aquarius

(Brasil, 2016, 142 minutos)


Direção: Kleber Mendonça Filho

Gênero: Drama

Robert Pechman

# Cai a noite sobre a cidade

Imagens sorrateiras da urbe na pintura de Jan Siebert

 Lapa - Jan Siebert

## FANTASMAS NOTURNOS

Em muitos idiomas a palavra a palavra NOITE é formada pela letra N mais o número 8. Assim, n mais oito(noite), n mais eight (night), n mais ocho (noche), n mais huit (nuit)... . Sendo a letra N o símbolo matemático do infinito e o oito deitado também simbolizando o infinito. NOITE significa, em todas as línguas, a união do infinito.

No começo era a Luz. Depois vieram as Trevas. E viu Deus que era boa a Treva e dela fez a Sombra, que o Senhor separou da Luz.

Das sombras fez-se a Noite e da Noite o mistério dos homens. Dos mistérios fez-se , então, a cidade.

É noite na cidade...

“Eis a noite sutil, amiga do assassino,

Ela vem como um cúmplice, a passo lupino”. (BAUDELAIRE, 1985, p.349).

É noite na cidade...

Das espeluncas saem os ruídos do sexo e do vinho. A cidade dorme e ao sair do estado de seu torpor, libera desejos, gozos, o amor e o “inútil” dos gastos não-econômicos. O espaço noturno liberta a ordem cerceadora da cidade-solar.

É o perigo...

### Robert Pechman

é professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutor em História pela Unicamp.

betuspechman@hotmail.com



Não se sabe quem vigia quem. A cidade se torna uma selva, é o apelo dos lobos. Segredos e complots se tecem enquanto muitos dormem. É nesse momento que errantes, amorosos e criminosos despertam para seu cotidiano noturno.

“Qual grande alcova o céu se fecha lentamente, E em besta fera torna-se o homem impaciente”. (Idem, p.349).

Os demônios acordam e o meretrício se espalha pelas ruas colorindo-as com seu ‘rouge’. Cozinheiros de restaurantes, jogadores, artistas de teatro, músicos, ladrões e boêmios, tomam as ruas, como uma nova fauna que se impõe à cidade. Mas também ela, a urbe, pode ser amável para com o trabalhador e para com o sábio, pois que anuncia a hora do descanso da faina selvagem.

“Ó noite, amável noite, almejada por quem  
Cujas mãos, sem mentir, podem dizer: Amém,  
Ganhamos o nosso pão”. (Idem, p.351)

Qual é, podemos nos perguntar, a essência dessa noite?

Para o poeta italiano Giacomino Leopardi,

“As palavras “noite”, “noturno”, etc. e as descrições da noite são muito poéticas porque a noite, confundindo os objetos, só permite ao espírito conceber uma imagem vaga, indistinta, incompleta, tanto dela, quanto das coisas que ela contém. Da mesma forma “obscuridade”, “profundo”, etc... (CALVINO, 1993, p.74).

Para o historiador da cidade de Paris, Pierre Sansot no seu livro “Poétique de la ville” a grande pergunta sobre a especificidade da noite que se impõe é, “qual a essência da deambulação noturna?” Fechado em si- argumenta Sansot- o homem era uma vítima passiva, fugindo de seu sofrimento.

“Ao longo das ruas e avenidas desertas ele inicia uma aventura da qual não sairá indene, mas da qual ele assegura a responsabilidade, a qual ele conduzirá a seu termo à qualquer custo” (SANSOT, 1996, p.231).

Em Sansot não podemos nos conhecer, senão a partir da vivacidade da cidade, que nos fornece um excelente material de projeção, que nos reenvia nosso próprio rosto, nossos medos secretos, nossos desejos inesperados (SANSOT, 1996, p.231). É o que ele chama de “paisagem sentimental”, um ‘promenade nocturne’. Durante o dia assinala o historiador, os homens com suas presenças indiscretas ou turbulentas, colocariam um freio a essa livre projeção ( Idem, p.231).

O espaço neutro e dócil do dia urbano é substituído por um espaço noturno cheio de surpresas. A questão , agora, é entre o homem, a noite e a cidade. Daí o questionamento de Sansot: “quais são, pois, os

papéis da noite e da cidade? (Idem, p. 232). Esvaziada dos olhares humanos, mas tomada pela presença humana, a cidade noturna espera e escuta. Ela não nos diz nada, ela não nos aprova, não nos culpa, nem nos consola, conclui Sansot (Idem, p.232).

Como imaginar, então, a cidade noctívaga na sua diferença com a cidade diurna, quando a ordem e o trabalho pontuam como organizadores e formuladores da vida cotidiana das massas. E,

“Entretanto, demônios insepultos no ócio  
Acordam do estupor, como homens de negócio,  
E estremeçam a voar o postigo e a janela.  
Através dos clarões que o vendaval flagela”.  
(BAUDELAIRE, 1985, p. 351)

À noite essas massas se dissolvem e a cidade se transforma, povoada por pessoas em busca de uma experiência menos civil e mais mundana.

“O Meretrício brilha ao longo das calçadas;  
Qual formigueiro ele franqueia mil entradas;  
Por toda parte engendra uma invisível trilha,  
Assim como o inimigo apronta uma armadilha;  
Pela cidade imunda e hostil se movimenta  
Como um verme que ao Homem furta o que o sustenta”. (Idem, p.351).



Paris by night - Brassai

Ocultando as identidades, a noite se faz permissiva para com os segredos individuais, que proporcionam a cada um sonhar acordado fantasias de

todos os tipos.

Como capturar a aura de seres com uma espécie de invisibilidade que se impõe nas ruas?

Podemos pintar esses seres? Podemos desenhar seus desejos? Fotografar suas paixões? Com que sonham? Que lhes vai na alma? Quais são seus medos? Com que fantasiam? Quais são seus sonhos de cidade? Que lhes sussurra a noite urbana? Que lhes conta a escuridão?

O que sabem do silêncio, do mistério, do temor, da solidão, do abandono, da sensualidade, da liberação dos corpos, do erotismo, da procura do outro, dos encontros/desencontros, da festa...?

Atento aos murmúrios e gemidos da alma dos viventes das cidades das multidões, Baudelaire, em seu "O spleen de Paris", diante do entardecer, vitupera:

"Quais são os desgraçados que o entardecer não acalma, os que, como as corujas, tomam a chegada da noite por um sinal do sabá? (BAUDELAIRE, 1995, p.72)

O crepúsculo - incita o poeta maldito - excita os loucos. Para ele enquanto a noite põe trevas no espírito de muitos, no seu espírito põe luz. A noite é seu refúgio da mediocridade das gentes e das coisas. É com ironia, cinismo e com prazer que ele saúda a noite:

"Ah, noite. Ah, refrescantes trevas. Sois para mim o sinal de uma festa interior, o livramento de uma angústia. Na solidão das planícies, nos labirintos pedregosos de uma capital, fulgor de estrelas, explosão de lanternas, sois os fogos de artifício da deusa Liberdade. Crepúsculo, como és doce e suave...". (Idem, p.73).

No poema em prosa "À uma da manhã" o poeta já denunciava seu incômodo com o cotidiano da cidade: "Vida horrível. Cidade horrível". Para concluir, com prazer, com as doçuras da noite:

"Enfim. Sozinho...Por algumas horas teremos silêncio, senão repouso. Enfim, sumiu a tirania da face humana e agora só quero sofrer por conta própria"(Idem, p.36).

Baudelaire é o cartógrafo do noturno e do soturno do formigueiro humano que ousa atravessar o deserto noturno em busca de... algo não possível sob a alacridade do sol.

"Ouvem-se aqui e ali as cozinhas a chiar,  
Os teatros a ganir, as orquestras a ecoar";  
(BAUDELAIRE, 1985, p. 352)

É uma outra forma de sociabilidade que se impõe e que exige outro ritual para que as pessoas possam conviver. Para a filósofa Anne Cauquelin, nas trilhas de Baudelaire, de Alexandre Dumas e de Restif de

la Bretonne, autor de "Les nuits de Paris" ou "Le spectateur noturne" (passeio noturno de observação de Paris que durou 1001 noites ou 20 anos), à noite a cidade exige uma outra compreensão. A lei do dia não seria a mesma da noite. Liberado dos horários do trabalho e dos circuitos fechados, o homem, se pergunta a filósofa, seria ele mesmo? (CAUQUELIN, 1977, p.11).Quais são os códigos secretos desse mundo?

Para Cauquelin a cidade noturna é a resposta à selva do dia urbano, sua contrapartida, pois ao sossegar, deixando-se dormir, a cidade libera os desejos, os gozos, o amor. As sombras - sugere Cauquelin - longe de pesarem sobre esse enorme acampamento humano, liberam, espantando a codificação diurna, permitindo que alguma desordem fure o enredo e a rede trançada que contém a vida urbana funcionando com todas as suas contenções necessárias ao convívio mínimo entre os muitos diferentes.

É Baudelaire que nos aponta as frestas, as fendas, esse laceramento, essa ruptura, essa fratura do exoesqueleto que envolve a cidade e tenta protegê-la de qualquer perturbação, de qualquer disrupção que trescale à transformação do 'script' urbano.

"Sobre as roletas em que o jogo encena farsas  
Curvam-se escroques e rameiras, seus comparsas,  
E os ladrões, que perdão ou trégua alguma têm,  
Começam cedo a trabalhar, eles também,  
Forçando docemente o trinco e a fechadura  
Para que a vida não lhes seja assim tão dura."  
(Idem, p.351)

Que mundo é esse em que à fábrica, se impõe o cabaré; o trabalhador cede passo ao dândi; a esposa cede à prostituta; o negócio ao jogo?

Que inversão é essa onde o civil se faz mundano, onde a polícia é guardiã da desordem e a cidade se torna um teatro no avesso da paisagem útil do cotidiano?

Existiria, ainda, na cidade alguma possibilidade de não ter seu corpo tão disciplinado, tão mutilado pela cultura da ordem e da utilidade?

Segundo Cauquelin, a cidade de tudo se apodeou: "a cidade é o todo, é o mundo... a realidade urbana é deus, com sua ubiquidade". (Idem, p.7)

Seria o espaço noturno, se indaga Cauquelin, um outro espaço, o duplo do espaço urbano? Seria possível que desse noctambulismo, dessas trevas, brotasse uma anti-cidade, com suas bruxas, seus ritos, suas magias? (CAUQUELIN, 1977, p.9). Ali, na penumbra de um 'chiaroscuro', o sexo bascula, mulheres que são homens; homens que são mulheres.

De dia o homem é um fantasma, asseado, sem

odor, um robô, mas a noite ele encontra um sexo, uma voz, uma mão que apalpa, um nariz que fareja. É a dança do prazer, afirma Cauquelin (Idem. p.10).

Ao espaço quadriculado e sufocante que a civilização produz, o tempo aponta a saída: a insônia (Idem, p.11).

Estar acordado sem precisar ser industrioso, apreciando seus próprios escuros, conversando com sua sombra. Mas a cidade reage e se ilumina, como se fosse uma inscrição no espaço, indicando a paz urbana, as ilhas de 'pax urbis'. A paz social, portanto, passa pela luz inflingida às trevas, onde a luz, revelando a "coisa" cidade, pretende preservá-la de inesperados rituais noturnos.



 **Chefatura de Policia** - Brassai

Mas o poder não dorme à noite, tampouco o controle da urbe. O Estado fraternal- ressalta Cauquelin- protege e vigia cada um de noite, como de dia (Idem, p.166). Mas não tem ainda o poder de impedir que se sonhe... que se sonhe que estamos acordados em plena cidade noturna. Não se trata de sonambulismo, mas de ação, de se inscrever na carne da cidade com a enorme vocação pelo desconhecido e pelo renitente desejo de desejar. Desejar ser da cidade e nela sonhar sonhos inesperados.

Entre nós, o cronista de início do século XX, con-

siderado estilisticamente como um "decadente", herdeiro brasileiro de Huysman e de Baudelaire, João do Rio, no seu livro de contos "Dentro da Noite, supõe a noite como profunda, espessa e alegórica. Não é por menos que a epígrafe de seu livro remeta ao lamento do Rei David, do Antigo Testamento, quando invoca Deus pedindo proteção para seu povo: "Preservai-nos Senhor, das coisas terríficas que andam à noite" (Do RIO, 1978, sp)

Segundo Carmen T. Secco, em seu livro "Morte e prazer em João do Rio", a noite para João do RIO é uma espécie de "zona de liberação, onde os personagens deixam vir à superfície seus fantasmas recalçados por uma "cultura opressora e homogeneizadora". Mas, mesmo nesses espaços, o inconsciente não abre totalmente uma perspectiva para o "ser" dos personagens, já que estas áreas onde eles extravasam seus desejos reprimidos, se constituem margens concedidas pelo próprio sistema para essa liberação" (SECCO, 1978, p.24). Dentro da mesma "esfera semântica de decadência, a "noite" em João do Rio representa como em Huysman e Baudelaire o 'là-bas', o 'bas-fond'- o submundo onde os personagens liberam o lado sombra reprimido pela sociedade (SECCO, 1978, p.28). Segundo a autora,

"Por baixo do progresso da cidade a noite guarda um grito, um silvo angustiado que quer vir à superfície... E ele vem metaforizado pelas sombras que percorrem todos os contos de Dentro da Noite, abrindo espaços para que o "outro lado", o lado encoberto do Rio venha à tona. E o inconsciente se libera da prisão do superego. Tal grito penetra espaço à espaço esse mundo ao avesso... O onírico tem fala própria, sentido e forma. Ele é o próprio texto tecido da noite e da morte. O sonho e o texto. A noite que revela os fantasmas que transitam em seu universo opaco e ambíguo..." (SECCO, 1978, p 31).

Para Secco, tais espaços se caracterizam como zonas de frustração, pois os personagens só irão liberar seus desejos de uma forma contemplativa, ou seja, a palavra dos narradores...O bar, os salões, os cafés e as confeitarias são espaços concedidos pela própria cultura, para de certo modo, controlar e dirigir o prazer" (SECCO, 1978, 34).

O próprio João do Rio vaticina sua impressão definitiva sobre a noite:

"Oh, a impressão invante dessas figuras irreais na semi-sombra das horas mortas... Parece qualquer coisa de impalpável, de vago, de enorme,

emergindo das trevas aos pedaços”. (Citado por SECCO, 1978, p. 15).

Que Sociologia, que Antropologia podem compreender a inversão proporcionada pela noite, aonde a virtude se faz vício? Nada, nem ninguém é o que parece ser.

Por isso a cidade noturna se faz de fácil para aqueles únicos que podem compreendê-la em seu âmago: os artistas.

A noite é uma artista arteira.

São os artistas os únicos que podem nos contar algo desse mundo nebuloso, ali onde o pensamento racional esbarra em seus limites. Será necessário que amanhã, para que História, Sociologia, Antropologia possam entender outra vez aquilo que a noite urbana apenas lhes permitiu vislumbrar.

Mas, o que vê, afinal, o artista, que a nossa cegueira oblitera?

Ele vê tudo o que também vemos mas como se fosse pela primeira vez. Nada é “natural” para o artista como é para o simples mortal, que tudo vê enfadado. É como se ele visse tudo sempre pela primeira vez e por isso mesmo pudesse penetrar e revelar a alma de todas as coisas. Por isso mesmo, seu poder de reinventar a vida, tirando-a de sua “naturalidade” e dotando-a de linguagem, de significado, de simbolismo. O artista tem o dom de erotizar as coisas que vê, ou seja, doar-lhes vida. Eros como princípio da ação, que aciona o desejo, que confirma a vida.

É noite na cidade...

O artista perambula...

Ele afia seus caninos enquanto espera as nuvens cobrirem uns restos de luar que ainda iluminam os lugares.

A cidade está as escuras e o vampiro se lança a atacar incautos noctívagos que borboleteiam pelas ruas: putas, boêmios, moradores de rua, frequentadores da noite, bandidos e toda uma fauna que constitui o avesso da cidade.

O vampiro-artista ataca, suga das gentes suas histórias e injeta-lhes a longevidade, infinitude, como é o tempo noturno, que na dor ou no prazer nunca quer passar, nunca termina.

É noite na cidade...

O artista deambula...

Que caminhos trilhar?

Que portas bater?

Que janelas arrombar?

Que fechaduras meter o olho?

Ele é um voyeur disfarçado de pintor? Ou um pintor que finge voyeurismo?

É ele um fingidor, que finge sentir a dor que sente?

O que espera o artista? Quem o espera?

Olhar ou ser olhado?

Com o que sonha o artista? Que fantasias o atravessam que ele nos vende como as novas verdades do mundo? O artista acredita que as verdades do mundo estão numa Natureza Urbana. Pintar a cidade no seu estúdio?

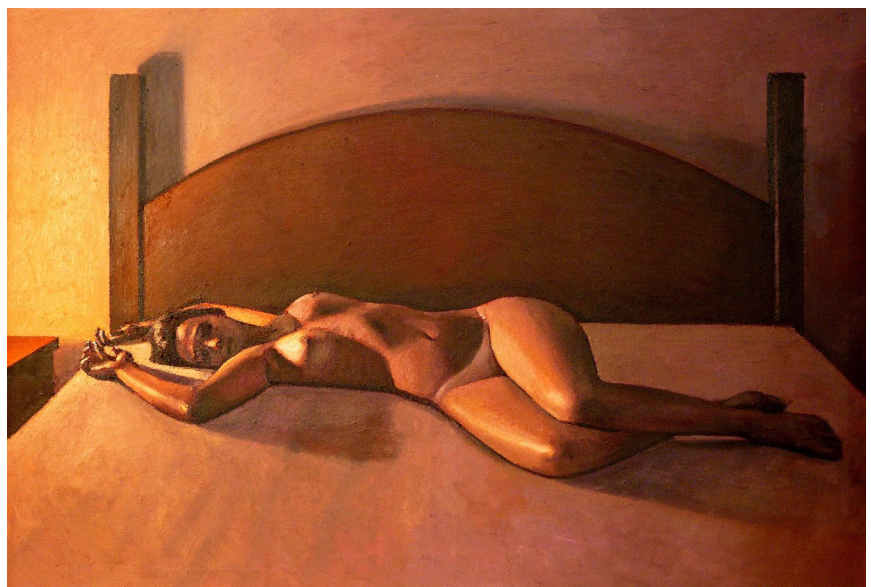
A casa ou a rua, o dentro ou o fora? Qual o seu lugar? Qual o seu ponto de vista? O artista olha, vasculha, observa, perscruta, mira..

Ele sai à rua... e pinta a vida que lhe atravessa as retinas, e descreve o que suas retinas captam...

O pintor Jan Siebert, alemão, radicado no Rio, é um desses artistas que mergulham nos baixios da cidade, mas somente à noite. Para ele, o mesmo lugar é completamente diferente de dia e de noite. Envolvido pelas sombras ele esgueira-se por temerários vazios urbanos. Ao contrário do viajante em trânsito, meses e anos passados em diferentes cidades e lugares, Siebert se dá o tempo necessário para absorver a atmosfera local, para depois produzir telas que apresentam uma arte baseada na visão, ilusoriamente natural e enganadoramente banal, de lugares e objetos do mundo visível e que têm como principal ferramenta a sua incansável observação de cenários urbanos que vêm lentamente se decompondo.

Seus quadros revelam o olhar de quem ancora no local escolhido, e, além disso, de quem faz parte daqueles conteúdos e relações.

Uma tela de Jan Siebert, onde quer que seja pintada – Alemanha, México, Brasil – é capaz de provocar uma forte sensação de pertencer ao nosso mundo cotidiano conhecido, com toda sua repulsa, banalidade e beleza.





◀  
*Jan Siebert  
 pintando na  
 madrugada*



A escolha do cenário muitas vezes é fruto de intensas procuras e pesquisas. De repente, pessoas comuns podem se transformar em protagonistas da sua própria rotina, companheiros e cúmplices da criação artística. Uma prostituta retratada à noite na esquina de uma cidade é tão real quanto o pintor a retratando. Tão real como o tempo de vida que ambos compartilham.

Vemos também nas pinturas, paisagens noturnas, praças, pontes, ruas vazias e abandonadas, tiradas do limbo por aquele que observa. Que melhor forma de lidar com o real, transformando-o em matéria estética e poética, que se deixar tomar pela própria sensação inspirada pelo lugar, pelos moradores e pelas marcas que foram deixados por histórias passadas.

Nesta interação entre o retratista e o retratado, se desenvolve uma ambivalência que vai mais além do visível, penetrando na área abstrata das sensações. É a realidade da matéria comum, que Siebert escolheu como portadora do não-material e que ele identifica como a essência dos objetos representados pela sua pintura.

Segundo o artista:

“Durante o dia, podia-se observar o movimento de pessoas pelas ruas, assim como a grande quantidade de lojas. Após o encerramento do horário comer-

cial, e ao cair da noite, o cenário modificava-se de maneira impressionante.. O velho centro tornou-se apenas um centro comercial e segue sendo somente uma lembrança dos bons e velhos tempos: um lugar no qual ninguém gostaria de morar fora de seu horário de trabalho.

À noite, o grande fluxo de pessoas desaparecia e tinha como destino a praia e as seguras residências, afastadas do perigo. Naquele mesmo momento, no centro histórico, enquanto a maior parte dos estabelecimentos comerciais estavam fechados, outra realidade podia ser vista: pequenos bares e bordéis com placas luminosas na entrada e mulheres prontas para mais uma noite de trabalho.

Descobrir o universo dessas pessoas que não vivem em ambientes seguros ou confortáveis - diferentemente daqueles que procuram este tipo de serviço só para uma aventura - foi indescritível. Além disso, podia-se encontrar usuários de drogas e até mesmo prostitutas que chegavam de diversas partes. Assim, a dura realidade vivida por aquelas pessoas e a decadência da riqueza e da elegância tornaram-se meu tema de trabalho naquela ocasião. Por outro lado, para que eu pudesse dar continuidade a isso, era necessário que eu, de alguma forma, me aproximasse delas e daquele ambiente, o que me parecia impossível, uma vez que eu necessitava conhecer mais so-



**Noturno de Santos**  
Jan Siebert

bre a vida daquelas pessoas, e portanto, necessitava de seu consentimento. A princípio, imaginei que não obteria êxito ao perguntar se alguma daquelas mulheres poderia posar para um quadro, já que eu era um estranho e tinha dificuldades para me comunicar pelo fato de não ser falante da língua portuguesa. Desaconselharam-me a andar por aquelas ruas, sob a alegação de que eram vias perigosas. Apesar disso, optei por morar no centro da cidade para que pudesse ficar mais próximo da realidade que estava vivendo naquele momento.

Minha dedicação artística em meio a esse espetáculo um tanto sombrio foi aceita com boa vontade e tolerância pelos proprietários daqueles prostíbulos que permitiram que eu pintasse quadros dos quartos das garotas de programa e também permitiram que as mesmas posassem para que eu as pintasse. Eram imagens que eu jamais pensei em registrar.

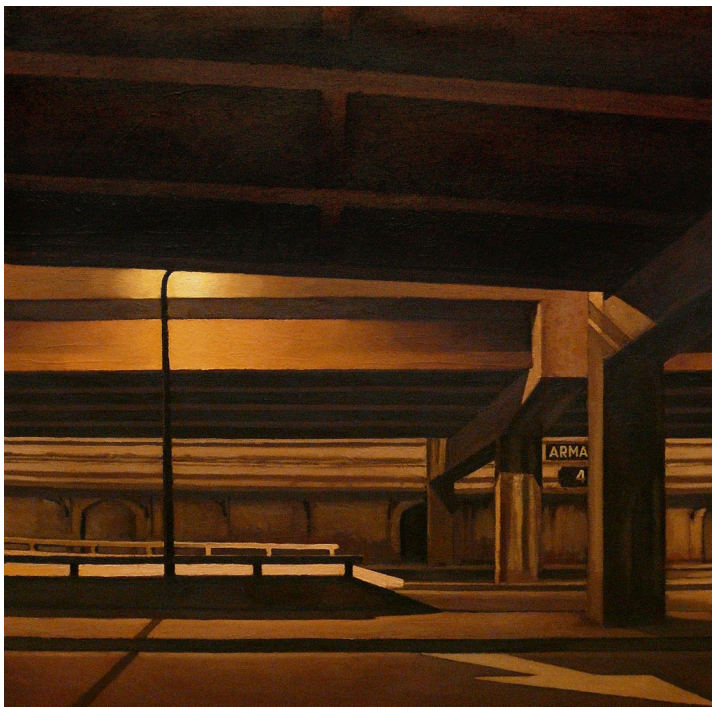
A violência e a velocidade do movimento dessa cidade lembram o apetite insaciável de um monstro que já se tornou mecanismo e vítima do próprio vício. Assim fica difícil de achar histórias e vestígios de pessoas e coisas que foram escritas aqui antes de serem engolidas para sempre. Apesar disso, existem lugares escondidos e esquecidos que conseguiram salvar as mensagens misteriosas das avalanches da cidade.

Elas começaram a me chamar a atenção para os mais ocultos vínculos e assim comecei a ler vestígios nas minhas expedições noturnas desnorteadas. As ruas abandonadas e solitárias do fluxo diário das

multidões agora mostravam uma cara mais autêntica e real. Aí estavam os restos de dias sumidos, muros com eco do passado ao lado do concreto liso que fita com o olhar vazio em um futuro lucrativo. Grafites estridentes brilharam na escassez e deixaram nascer as imagens mais estranhas na minha mente. Isso foi como um teatro surreal, um estrondo de som alto, congelado no silêncio imóvel de vistas isoladas. Os moradores desses lugares, foragidos da sociedade e







## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUDELAIRE, Charles, *As flores do mal*, RJ, Nova Fronteira, 1985.

BAUDELAIRE, Charles, *O spleen de Paris. Pequenos poemas em prosa*, RJ, Imago Editora, 1995.

CALVINO, Ítalo, *Seis propostas para o próximo milênio*, SP, Cia. Das Letras, 1993.

CAUQUELIN, Anne, *La ville la nuit*, Paris, PUF, 1977.

DO RIO, João, *Dentro da noite*, RJ, Livraria Francisco Alves, 1978.

SANSOT, Pierre, *Poétique de la ville*, Paris, Armand Colin, 1996.

SIEBERT, Jan, *Natureza urbana, Álbum da exposição*, 2014.

SIEBERT, Jan, *México, Álbum da exposição*, 2002.

SIEBERT, Jan, *O cenário do cotidiano, Álbum da exposição*, 2014.

SECCO, Carmen Lúcia Tindó, *Morte e prazer em João do Rio*, RJ, Livraria Francisco Alves Editora S.A./SEEC/RJ. ■

*O pintor atravessa a noite* - Jan Siebert



fracassados, que passam seu tempo entre assaltos e drogas, viraram uma companhia de confiança. De boa vontade guardaram cuidadosamente meus materiais de trabalho, como telas e cavalete em suas barracas, ou do contrário teria que arrastar tudo a largas distâncias. Até a seguinte noite que ia passar de novo ali pintando. Desse jeito trabalhei durante esses meses de uma perspectiva muito diferente e jamais sonhada por mim. A da realidade das ruas”.

O pintor atravessa a noite, encara todas as suas interdições e liberações. A noite vai erodindo cada proibição. Os seres vão se metamorfoseando em cidadãos quando a aurora ameaça sangar o céu com seus primeiros raios luminosos.

É hora da fauna noturna voltar para a toca e o vampiro notívago para o seu estúdio. A noite vai se despedindo e as mulheres cansadas, mas poderosas de terem nutrido a noite com seu amor, entre um bocejo e outro, voltam para seus segredos.

A rua se esvazia.

O artista, o pintor, saciado na sua fome de mundo, repara nos primeiros trabalhadores com suas marmitas. É hora de tomar café, pensa... um real café com leite e pão com manteiga. O pintor se prepara para mais um cotidiano civil. Esperando a próxima noite... a noite infinita.



REALIZAÇÃO



APOIOS

